

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Juliana Motta

**O TESTEMUNHO DE URGÊNCIA NAS COBERTURAS DE  
TRAGÉDIA: FUNÇÕES AUTORIZADAS PELO TELEJORNALISMO**

**Santa Maria, RS  
2022**

**Juliana Motta**

**O TESTEMUNHO DE URGÊNCIA NAS COBERTURAS DE TRAGÉDIA: FUNÇÕES  
AUTORIZADAS PELO TELEJORNALISMO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutora em Comunicação**.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia Franz Amaral

Santa Maria, RS, Brasil  
2022

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Motta, Juliana  
O TESTEMUNHO DE URGÊNCIA NAS COBERTURAS DE TRAGÉDIA:  
FUNÇÕES AUTORIZADAS PELO TELEJORNALISMO / Juliana  
Motta.- 2022.  
158 p.; 30 cm

Orientador: Márcia Franz Amaral  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de  
Pós-Graduação em Comunicação, RS, 2022

1. Jornalismo 2. testemunho 3. urgência 4. tragédia  
5. cobertura ao vivo. I. Franz Amaral, Márcia II. Título.

**Juliana Motta**

**O TESTEMUNHO DE URGÊNCIA NAS COBERTURAS DE TRAGÉDIA: FUNÇÕES  
AUTORIZADAS PELO TELEJORNALISMO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutora em Comunicação**.

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia Franz Amaral (UFSM)**  
Presidente/Orientadora

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cárilda Emerim (UFSC)**  
Primeiro membro

**Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Leandro Rodrigues Lage (UFPA)**  
Segundo membro

**Prof<sup>o</sup>. Dr. Mozahir Salomão Bruck (PUC-MG)**  
Terceiro membro

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Reges Toni Schwaab (UFSM)**  
Quarto membro

Santa Maria, RS  
2022

## AGRADECIMENTOS

Em algum momento no início do doutorado, alimentei a expectativa de um trabalho muito bem escrito e relevante ao campo. Expectativas típicas de quem se autocobrou qualidade e excelência no trabalho a vida toda. Quando deixei de ser repórter e editora de TV, fazendo a chamada “transição de carreira” (para usar um termo corporativo da moda) imaginei que também deixaria para trás um pouco dessa cobrança. Imaginava que esse sentimento de dar conta de tudo fosse decorrente da urgência do telejornalismo. Afinal, estamos (quase) sempre em cima da hora, atrasados e com aquela sensação de que pode não dar certo. Adrenalina, talvez, diriam os mais jovens. Na verdade, uma sensação que vai para bem além da “emoção” de ser jornalista de tv.

Somos criados socialmente para superar qualquer desafio e limitação. Questão de mérito. A produtividade e o desempenho são mais do que metas, são obrigações. A “sociedade do cansaço”, como diz Byung-Chul Han (2015), está aí. Nós somos os nossos próprios algozes. E quando se trata de mulheres, então, essa cobrança social é ainda maior. Devemos ser uma supermulher, que dá conta do trabalho, da casa, dos filhos, da saúde física e mental... Essa lista vai longe.

Hoje, entrego o trabalho possível. O trabalho possível de fazer neste momento da minha vida. A minha trajetória acadêmica coincide com o período em que tive os maiores desafios na vida: uma cobertura de tragédia, uma maternidade, uma mudança de carreira, uma pandemia e um câncer de mama. Entrego a tese possível, não a imaginada. E, se deixo registrado esse testemunho não é para justificar possíveis problemas ou deficiências da tese. É porque sei que, em algum momento, algum mestrando ou doutorando pode chegar nesse trabalho. E é para eles e, principalmente para elas, que digo: façam o trabalho possível. Uma dissertação e uma tese são apenas um trabalho acadêmico. Obviamente, um trabalho científico importante, necessário para o avanço dos nossos campos de pesquisa e que impactam na vida de todos em sociedade.

O momento atual que vivemos no país, de desinformação e ataques à ciência e às universidades, mostra a importância das Ciências Sociais e Humanas. Ainda assim, uma dissertação e uma tese são um trabalho acadêmico. Não é a sua vida. Não vale o sacrifício da sua saúde física e mental. Não vale abrir mão daquela caminhada para escrever algumas linhas. Precisei ter uma doença grave em meio a uma pandemia para aprender essa lição - e

sigo aprendendo. E, talvez, por isso mesmo, tenha sido tão desafiador terminar a tese. Descobri que a vida não deve ser deixada para depois, não deve ser negligenciada.

Por tudo isso, concluir essa etapa do doutorado já é uma grande vitória para mim. As expectativas de excelência deixo para trás junto com a Juliana que ingressou no mestrado. A Juliana que sai do doutorado não é a mesma que entrou. Ainda bem. Talvez, esse seja o real processo de doutoramento: amadurecer, perder as expectativas juvenis (que alimentamos em qualquer idade) e a ingenuidade de acreditar ser possível dar conta de tudo. Se somos gota d'água dentro de um oceano, esta tese é uma minúscula gotinha. E não considero isso um demérito. É apenas a minha contribuição possível. Outras pessoas vão dar a sua contribuição ao tema. E, assim, vamos avançando. De passinho em passinho. Aqui, entrego o meu.

Por ter chegado a esse momento, agradeço por todas as experiências vividas e necessárias. Agradeço a todas as pessoas e instituições que me ajudaram a vencer essa etapa.

Agradeço à minha família, em especial à minha mãe Iceia, ao meu marido Gustavo, e à minha amada filha Maria Gabriela, pelo carinho e compreensão desde sempre.

Agradeço às amigadas nascidas ou fortalecidas no Poscom. Quero vocês especialmente, sempre por perto, Elise Souza, Miriam Quadros e Marilice Daronco (obrigada pelos gráficos da tese, Mari).

Agradeço à professora Márcia Franz Amaral, minha orientadora desde o mestrado, pela amizade, carinho, preciosos ensinamentos e orientações.

Agradeço às colegas do grupo de pesquisa Estudos de Jornalismo, pelos compartilhamentos e parcerias.

Agradeço às professoras, professores e colegas do Poscom, por todos os aprendizados; e ao secretário Maurício Uberti Machado, por todos os auxílios.

Agradeço às professoras e professores que compõem esta banca de doutorado, pelo interesse e incentivo demonstrados desde o primeiro contato.

Agradeço à UFSM, esta universidade linda e potente que faz parte da minha vida desde a graduação.

Agradeço à CAPES, pela bolsa concedida que me possibilitou maior dedicação ao trabalho.

Esse é o meu testemunho. Da experiência de fazer uma tese. Da experiência de aceitar as mudanças da vida. Da experiência de acolher as vulnerabilidades. Da experiência de aceitar que somos (bem) falíveis. Às possíveis leitoras e leitores, o meu muito obrigada por terem chegado até aqui. Espero que, de alguma forma, essa tese contribua com o que você está buscando.



Quando te decidires, segue.  
Não esperes que o vento  
cubra de flores o caminho.  
Sequer esperes o caminho.  
Cria-o. Faze-o tu mesmo. E parte,  
sem lembrar que outros passos pararam,  
que outros olhos ficaram,  
te olhando seguir.  
(Prado Veppo)

## RESUMO

### O TESTEMUNHO DE URGÊNCIA NAS COBERTURAS DE TRAGÉDIA: FUNÇÕES AUTORIZADAS PELO TELEJORNALISMO

AUTORA: Juliana Motta

ORIENTADORA: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Marcia Franz Amaral

Nesta tese busca-se compreender o que a convocação e os usos do testemunho na urgência revelam sobre as especificidades da cobertura de tragédias em telejornalismo, a partir de três acontecimentos: o incêndio da boate Kiss, o rompimento da barragem de rejeitos de minério da Samarco e o acidente aéreo com a delegação da Associação Chapecoense de Futebol. Além do caráter trágico e da repercussão midiática que tiveram no país e no mundo, os casos também podem ser unidos pelo grande poder de afetação. As tragédias têm condições de produção muito específicas, em que a desestruturação provocada pelo acontecimento e o caráter de urgência das coberturas tensionam as práticas jornalísticas. O objetivo geral de pesquisa é analisar como o jornalismo aciona os testemunhos nas primeiras 24 horas de cobertura de tragédias, relacionando-as com as especificidades da cobertura televisiva em casos extremos. No referencial teórico, aborda-se a contribuição de diferentes áreas sobre o conceito de testemunho; o testemunho no jornalismo a partir da relação com as provas de verdade e os afetos (CASADEI, 2014; LAGE, 2016; PERES, 2017); e no telejornalismo, a partir do lugar da experiência e dos padrões recorrentes (GUTMANN, 2014; GADRET, 2016). Por fim, aborda-se os modos de narrar nas coberturas de tragédias (QUÉRÉ, 2005; LOZANO ASCENCIO; AMARAL, 2016) a partir das discussões sobre denominações e as características do trabalho jornalístico nos momentos de urgência (OSÓRIO, 2018). Desenvolve-se três níveis de análise a partir da sistematização de França (2005) sobre a individualização do acontecimento: 1) descrição do acontecimento e da cobertura; 2) narrativização do acontecimento (identificação dos agentes, graus de proximidade e denominações, funções dos testemunhos) e 3) desenvolvimento de uma tipologia de funções do testemunho a partir das distinções e regularidades entre os casos.

O *corpora* é constituído pelas primeiras 24 horas das coberturas realizadas pela Rede Globo de Televisão, num total de 111 testemunhos sendo 41 no caso Kiss, 13 no caso Samarco e 56 no caso Chapecoense. A tese conclui que os testemunhos desempenharam quatro funções na narrativa (conferir credibilidade à testemunha, caracterizar o acontecimento, caracterizar a vítima e expressar o impacto emocional), desdobradas em 18 subfunções. Também apontou que quanto maior a desorganização das rotinas e as deficiências de apuração, maior é o protagonismo concedido ao testemunho. Isto é, o jornalismo convoca os testemunhos e permite que eles excedam as funções usuais, apenas quando precisa dar conta de suas limitações, sustentar a cobertura ao vivo ou lidar com as condições de produção adversas propiciadas pelas especificidades do acontecimento

**Palavras-chave:** testemunho, tragédia, urgência, cobertura ao vivo, telejornalismo

## ABSTRACT

AUTHOR: Juliana Motta  
ADVISOR: Dr<sup>a</sup> Marcia Franz Amaral

### THE WITNESS OF URGENCY IN NEWS COVERAGE OF TRAGEDIES: FUNCTIONS AUTHORIZED BY TELEJOURNALISM

This doctoral dissertation seeks to understand what the summons and the uses of testimony in the emergency reveal concerning the specifics of the coverage of tragedies in television journalism, based on three events: the Kiss nightclub fire, the Samarco Tailings Dam Failure, and the Chapecoense Football Association plane crash. Besides the tragic features and the mediatic repercussions they had in the country and in the world, the cases can also be united by the great power of affectation. Tragedies have very specific production conditions, in which the disruption caused by the event in addition to the urgency of coverage end up pressuring journalistic practices. The general objective of this research is to analyze how journalism triggers witnesses in the first 24 hours of tragedies coverage, relating them to the specifics of television coverage in extreme cases. As a theoretical framework, the contribution of different areas on the concept of witness is approached; witness in journalism from the relationship with evidence of truth and affection (CASADEI, 2014; LAGE, 2016; PERES, 2017); and in telejournalism, parting from the place of experience and recurring patterns (GUTMANN, 2014; GADRET, 2016). At last, the forms of narrative news in the coverage of tragedies are approached (QUÉRÉ, 2005; LOZANO ASCENCIO; AMARAL, 2016) from the discussions on denominations and the characteristics of journalistic work in moments of urgency (OSÓRIO, 2018). Three levels of analysis are developed based on França's (2005) systematization of the individualization of the event: 1) description of the event and coverage; 2) narrativization of the event (identification of the agents, levels of proximity and denominations, functions of the witnesses) and 3) development of a typology of functions of the witness based on the distinctions and regularities among the cases. The *corpora* is comprehended by the first 24 hours of coverage carried out by TV Globo, in a total of 111 witnesses, 41 in the Kiss nightclub case, 13 in the Samarco case and 56 in the Chapecoense case. The study concludes that the witnesses performed four functions in the narrative (giving credibility to the witness, characterizing the event, the victim, and expressing the emotional impact), divided into 18 subfunctions. It also indicated that the greater the disorganization of routines and the deficiencies in investigation, the greater the role given to the witness. In other words, journalism summons witnesses and allows them to exceed their usual functions only when it needs to deal with limitations, sustain live coverage or attend to the adverse production conditions provided by the specifics of the event.

**Keywords:** witness, tragedy, urgency, live coverage, telejournalism

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 a 4-	Caso Kiss: diferenças na identificação dos sobreviventes .....	66
Figura 5 a 8-	Caso Kiss: dimensão audiovisual da função conferir credibilidade à testemunha .....	74
Figura 9 a 14-	Caso Kiss (cobertura ao vivo): dimensão audiovisual da função caracterizar o acontecimento .....	78
Figura 15 e 16-	Caso Kiss (cobertura ao vivo): uso de fotografias .....	79
Figura 17 e 18-	Caso Kiss (cobertura ao vivo) - imagens dos rostos dos jovens e familiares de vítimas .....	80
Figura 19 a 22-	Caso Kiss (reportagens): dimensão audiovisual da função caracterizar o acontecimento .....	81
Figura 23 a 28-	Caso Kiss (reportagens): dimensão audiovisual da função expressar o impacto emocional .....	87
Figura 29 a 32-	Caso Kiss: uso de zoom in .....	88
Figura 33 a 38-	Caso Kiss: uso de ilustra de imagem .....	89
Figura 39 a 41-	Caso Samarco- diferença na identificação de sobreviventes .....	102
Figura 42 e 43-	Caso Samarco: uso de imagens aéreas .....	107
Figura 44 e 45-	Caso Samarco: uso de ilustra de imagem .....	108
Figura 46 e 47	Caso Samarco: dimensão audiovisual da função caracterizar o acontecimento .....	109
Figura 48 a 51-	Caso Samarco: dimensão audiovisual da função expressar o impacto emocional .....	112
Figura 52 e 53-	Caso Chapecoense- diferença na identificação de testemunhos de familiares .....	124
Figura 54 e 55-	Caso Chapecoense- diferença na identificação de testemunhos entre telejornais .....	125
Figura 56 a 58-	Caso Chapecoense (cobertura ao vivo) - dimensão audiovisual dos testemunhos .....	129
Figura 59 e 60-	Caso Chapecoense: dimensão audiovisual da função caracterizar o acontecimento .....	129
Figura 61 a 63-	Caso Chapecoense: dimensão audiovisual da função caracterizar a vítima .....	132
Figura 64 a 69-	Caso Chapecoense: dimensão audiovisual da função expressar o impacto emocional .....	136
Figura 70 a 73-	Caso Chapecoense: uso de <i>zoom in</i> .....	137

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1-	Composição do <i>corpora</i> de pesquisa .....	52
Quadro 2-	Passos metodológicos .....	56
Quadro 3-	Caso Kiss- de quem são os testemunhos .....	62
Quadro 4-	Caso Kiss- como as pessoas que prestam testemunho são identificadas .....	63
Quadro 5-	Caso Kiss- como os sobreviventes são identificados .....	65
Quadro 6-	Caso Kiss- como os familiares e os amigos das vítimas são identificados ..	68
Quadro 7-	Caso Kiss: como os voluntários e moradores são identificados .....	69
Quadro 8-	Caso Kiss- funções dos testemunhos .....	71
Quadro 9-	Caso Kiss- comparativo de funções entre cobertura ao vivo e reportagens gravadas .....	72
Quadro 10-	Caso Kiss- tipologia das funções, subfunções e recorrências dos testemunhos .....	90
Quadro 11-	Caso Samarco: de quem são os testemunhos .....	99
Quadro 12-	Caso Samarco- como as pessoas que prestam testemunho são identificadas .....	100
Quadro 13-	Caso Samarco- como os sobreviventes são identificados .....	101
Quadro 14-	Caso Samarco- como os familiares e amigos das vítimas são identificados ..	103
Quadro 15-	Caso Samarco- funções dos testemunhos .....	105
Quadro 16-	Caso Samarco- tipologia das funções, subfunções e recorrências dos testemunhos .....	113
Quadro 17-	Caso Chapecoense- de quem são os testemunhos .....	121
Quadro 18-	Caso Chapecoense- como as pessoas que prestam testemunho são identificados .....	122
Quadro 19-	Caso Chapecoense – como os familiares, amigos, funcionários das vítimas e dirigentes do clube são identificados .....	123
Quadro 20-	Caso Chapecoense- como autoridades, atletas, torcedores e moradores são identificados .....	125
Quadro 21-	Caso Chapecoense- função dos testemunhos .....	126
Quadro 22-	Caso Chapecoense- comparativo de funções entre cobertura ao vivo e reportagens .....	128
Quadro 23-	Caso Chapecoense- tipologia das funções, subfunções e recorrências dos testemunhos .....	138
Quadro 24-	Tipologia das funções dos testemunhos na cobertura de tragédias .....	142
Quadro 25-	Comparativo entre ocorrência das funções dos testemunhos na cobertura de tragédias .....	144

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>2 O TESTEMUNHO</b>	<b>25</b>
2.1 DE QUAL TESTEMUNHO ESTAMOS FALANDO? UM TERMO, MUITAS PERSPECTIVAS	25
2.2 O TESTEMUNHO NO JORNALISMO: ENTRE PROVAS DE VERDADE E AFETOS	31
2.3 O TESTEMUNHO NO TELEJORNALISMO: O LUGAR DA EXPERIÊNCIA E OS PADRÕES RECORRENTES	37
<b>3 A URGÊNCIA E A COBERTURA DE TRAGÉDIAS EM TELEJORNALISMO</b>	<b>422</b>
3.1 AS DENOMINAÇÕES DA COBERTURA: O QUE É O TRÁGICO NO JORNALISMO?	422
3.2 AS PRIMEIRAS 24 HORAS DAS COBERTURAS DE TRAGÉDIA	45
3.3 QUESTÕES METODOLÓGICAS	50
3.3.1 Definição do <i>corpora</i> de pesquisa	50
3.3.2 Operações analíticas	53
<b>4 O INCÊNDIO DA BOATE KISS</b>	<b>57</b>
4.1 DESCRIÇÃO DO ACONTECIMENTO	57
4.2 DESCRIÇÃO DA COBERTURA	59
4.3 NARRATIVIZAÇÃO DO ACONTECIMENTO: DE QUEM SÃO OS TESTEMUNHOS E QUAIS AS DENOMINAÇÕES ACIONADAS?	61
4.4. FUNÇÕES DOS TESTEMUNHOS: O QUE É PERMITIDO SER FALADO?	70
<b>5 O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE REJEITOS DE MINÉRIO DA SAMARCO</b>	<b>93</b>
5.1 DESCRIÇÃO DO ACONTECIMENTO	93
5.2 DESCRIÇÃO DA COBERTURA	95
5.3 NARRATIVIZAÇÃO DO ACONTECIMENTO: DE QUEM SÃO OS TESTEMUNHOS E QUAIS AS DENOMINAÇÕES ACIONADAS?	97
5.4. FUNÇÕES DOS TESTEMUNHOS: O QUE É PERMITIDO SER FALADO?	104

<b>6 O ACIDENTE AÉREO COM A DELEGAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL</b>	<b>115</b>
6.1 DESCRIÇÃO DO ACONTECIMENTO	115
6.2 DESCRIÇÃO DA COBERTURA	116
6.3 NARRATIVIZAÇÃO DO ACONTECIMENTO: DE QUEM SÃO OS TESTEMUNHOS E QUAIS AS DENOMINAÇÕES ACIONADAS	119
6.4 FUNÇÕES DOS TESTEMUNHOS: O QUE É PERMITIDO SER FALADO?	126
<b>7 O TESTEMUNHO DE URGÊNCIA NAS COBERTURAS DE TRAGÉDIA</b>	<b>140</b>
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>148</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>152</b>
<b>APÊNDICE A- PROTOCOLO DE ANÁLISE</b>	<b>159</b>

## 1 INTRODUÇÃO

*“Eu vi tudo... a hora que começou, os vocalistas tentaram apagar o fogo, apavorados, quando eles viram que não conseguiram, saiu todo mundo correndo, daí eu não vi mais nada...”*

*“Eu estava trabalhando. Ai veio aquele barulho muito forte. Parecia um filme de terror, que a gente tava vivendo um pesadelo. E aí o que aconteceu: a gente começou a correr. O pessoal falava: a barragem estourou!”*

*“E ontem de manhã, eu me despedindo deles, eles diziam que iam em busca para tornar esse sonho realidade. E nós, muito emocionados até, compartilhamos desse sonho e... o sonho acabou nesta madrugada.”*

Os testemunhos acima são de pessoas atingidas por três tragédias brasileiras: o incêndio da boate Kiss (2013), o rompimento da barragem de rejeitos de minério da Samarco (2015) e a queda da aeronave com a delegação da Associação Chapecoense de Futebol (2016). Embora todos os casos sejam crimes e possam ser chamados de diferentes formas – crime socioambiental, desastre socioambiental, desastre aéreo, acidente aéreo, tragédia, catástrofe, acontecimento limite – todos estão unidos pelo sentido atual de tragédia no jornalismo: ruptura, falha, negligência. Além disso, também podem ser unidos pelo seu grande poder de afetação. Por definição, o acontecimento “não é unicamente da ordem do que ocorre, do que se passa ou se produz, mas também do que acontece a alguém” (QUÉRÉ, 2005, p. 59). Nesse sentido, as tragédias são acontecimentos por excelência. Quando irrompem, desorganizam, destroem, interrompem vidas, transformam realidades. Afetam as vítimas, suas famílias, suas cidades, o país, e até o mundo.

A tragédia já esteve em minha trajetória profissional de jornalista. Na madrugada de 27 de janeiro de 2013, fui chamada com urgência para cobrir o incêndio na boate Kiss, em Santa Maria (RS), que já havia provocado 40 mortes. Era preciso narrar – ao vivo – o acontecimento que tiraria a vida de 242 jovens. Como repórter de televisão, senti o quanto a tragédia também afeta o jornalismo. Enfrentei os desafios da cobertura com meus colegas e percebi como o testemunho pode ser importante nos momentos de caos. Foi a partir da entrevista de

um sobrevivente (segurança da casa noturna), que viu o início do fogo, tentou apagar as chamas e ajudou nos resgates, que a tragédia começou a ser delineada.

Essa experiência deu origem ao tema ao qual me dedico desde o mestrado, quando estudei “Os testemunhos na cobertura ao vivo do incêndio da boate Kiss” a partir da análise das primeiras 72 horas de cobertura. Em decorrência dos resultados da dissertação, propus-me a estudar outros casos e aprofundar o papel dos testemunhos nas coberturas de tragédia. Mais especificamente, a partir da observação de como o telejornalismo se apropria dos relatos da experiência pessoal, quem é convocado e como é denominado, e que funções permite que desempenhem na narrativa. Também restringi o olhar para a urgência das 24 horas iniciais, período em que a dissertação havia demonstrado ser de maior desestabilização para o telejornalismo.

Partimos da compreensão de que o aspecto testemunhal é intrínseco à prática jornalística, tanto da perspectiva do repórter, que relata a partir do que testemunha; das fontes convocadas, que relatam a partir de seus pontos de vista; como do telespectador, que é transformado em testemunha ao acompanhar a narrativa jornalística. A fala do outro sempre fez parte do jornalismo. Ancorado em uma “matriz de verdade presumida”, o discurso jornalístico apoia-se “em vozes de terceiro” (CASADEI, 2013, p. 214) buscando conferir um efeito de veracidade e autenticação ao relato. Isto é, “se faz fundado na referencialidade: sempre testemunhando sua palavra, sempre apresentando provas, ou ao menos simulando apresentá-las” (GOMES, 2003, p.15). Também faz parte do jornalismo transmitir a experiência vivida ou presenciada ao público (AMARAL, 2013, p.185).

Entretanto, se a presença do outro no discurso jornalístico se mantém constante (por ser constitutiva), o uso de sua manifestação é variável. Conforme demonstrou Casadei (2013) no estudo sobre os códigos padrões de narração nas reportagens de revistas brasileiras ao longo do século XX, o teor testemunhal do jornalismo foi sendo articulado de diferentes formas com o passar do tempo, e exercido por diferentes atores, de jornalistas a fontes.

Importante enfatizar que compreendemos o testemunho para além da sistematização clássica de fontes jornalísticas. Isto é, não consideramos como testemunho apenas o relato das fontes em seu papel social, mas, principalmente, em seu papel discursivo. Por essa perspectiva, qualquer tipo de fonte (autorizada/oficial, especialista ou testemunhal) pode prestar testemunho, na medida em que se transforma em testemunha em determinada situação, e, portanto, pode se manifestar do ponto de vista da experiência. Desta forma, compreendemos o testemunho como a manifestação de quaisquer pessoas que tenham “visibilidade pelo relato da sua experimentação, pois presenciaram o fato, participaram diretamente da sua causa ou

sofreram as consequências dele” (AMARAL, 2013, p. 183). Trata-se, não há dúvidas, de uma visão mais ampla e abrangente do testemunho. Fizemos essa escolha porque avaliamos que ao restringir o conceito poderíamos limitar, também, as funções que poderiam ser exercidas pelo testemunho. Por outro lado, em alguns momentos será necessário fazer referência a essa perspectiva, especialmente no cotejamento entre o jornalismo na tragédia e na normalidade.

No telejornalismo diário, notamos que o relato ancorado na vivência aparece com maior frequência na convocação das fontes testemunhais, que não têm os capitais sociais do conhecimento ou da autoridade (BOURDIEU, 1997). Nessa “clara tendência de valorização do testemunho nos noticiários televisivos” (BECKER, 2016, p. 15), observamos que as manifestações das chamadas “pessoas comuns” são acionadas para exemplificar ou ilustrar os mais diversos temas. Baseadas em suas experiências pessoais, essas pessoas são convocadas a falar desde os assuntos da vida cotidiana, como reflexos do aumento do preço no supermercado, problemas no trânsito ou na prestação de serviços públicos, por exemplo. Essa relação de dependência é demonstrada por um “jargão” comum nas redações: “sem *case*, sem *vt*”. O *case* ou o “personagem” da matéria são outros modos como a pessoa que presta testemunho é nomeada nas redações. Além disso, também compreendemos que o testemunho funciona como uma maneira de justificar a reportagem (um gancho, no jargão jornalístico). Conforme pontua Emerim (2012, p. 118), “na crença jornalística, o testemunho do anônimo, a pessoa comum, instrumentalizaria a mídia a respaldar seus argumentos”. Ainda, pode ser um recurso de estilo de forma a deixar o texto menos “burocrático” e mais coloquial; ou funcionar como uma estratégia de proximidade com o telespectador.

Entretanto, nossos estudos anteriores apontaram que o testemunho vai para além desses papéis na cobertura de tragédias. Ainda que os números não possam ser considerados como absolutos, mas apenas como indicadores, constatamos em nossa dissertação de mestrado (quando trabalhamos com a classificação de fontes) que as fontes testemunhais representaram 75% das fontes acionadas nas primeiras horas de cobertura do incêndio da boate Kiss realizada pela Rede Globo (MOTTA, 2016). Também notamos que os testemunhos de sobreviventes, pessoas que presenciaram ou foram afetadas direta ou indiretamente pelo acontecimento tiveram o caráter primordial de esclarecimento (66%) ao fornecerem elementos pontuais a respeito das causas e consequências do incêndio. Dessa forma, as testemunhas transgrediram com a função ilustrativa de vítima ou testemunha, habitualmente destinada a elas (CHARAUDEAU, 2010).

Atribuímos essas rupturas a todo um contexto de desestruturação constitutivo das grandes tragédias que, por se configurarem como “transtornos destrutivos que provocam uma

mudança repentina (...), alteram o equilíbrio das coisas” (LOZANO ASCENCIO, 2005, p. 290). Para Quéré (2005, p. 61-63), é exatamente essa “descontinuidade” que “provoca surpresa e afeta a continuidade da experiência”. Em outras palavras, por serem imprevisíveis, as tragédias rompem a “serialidade do decorrer das coisas”, o esperado e a ordem, até então, estável. Por essa perspectiva, um novo patamar de estabilidade só é alcançado a partir do momento no qual o acontecimento é compreendido. É por isso, defende o autor, que “fazemos tudo quanto está ao nosso alcance para reduzir as descontinuidades e para socializar as surpresas provocadas pelos acontecimentos: reconstruímos, através do pensamento, as condições que permitiram ao acontecimento produzir-se com as particularidades que apresenta”.

E o jornalismo colabora com esse processo, pois ao relacionar ações do passado, presente e futuro, coloca “as coisas em relação umas com as outras em uma ordem e perspectiva” (MOTTA, 2010, p.143), colaborando para a estabilização de sentidos e a redução da insegurança provocada pelo acontecimento. O desafio, nesses casos, é justamente articular essa rede de relações para configurar uma narrativa, visto que, nos primeiros momentos após o acontecimento, prevalecem informações vagas e não confirmadas. Dessa forma, ainda não conseguimos colocar o acontecimento “num contexto nem considerá-lo como resultado de um encadeamento serial” (QUÉRÉ, 2005, p.63).

Embora a apuração e a reconstituição dos fatos façam parte da rotina jornalística, o processo ganha complexidade nas situações de tragédia (MOTTA, AMARAL, 2019). Em um contexto de caos, o repórter ainda precisa lidar com a dificuldade de acesso às fontes oficiais/autorizadas, envolvidas com o socorro às vítimas ou com a investigação ainda em estágio inicial. Além disso, as coberturas de tragédia costumam ser pressionadas por um elemento muito específico e definidor: a urgência. Como aponta Osório (2018, p. 26), esse contexto de ruptura e emergência testa “a habilidade desenvolvida historicamente pelo jornalismo de controlar os acontecimentos”, pressionando as rotinas produtivas usuais. Outro agravante é o fato de que, muitas vezes, a cobertura realiza-se durante o desenrolar do acontecimento.

Compreendemos que todas essas especificidades da cobertura de tragédias justificam a ascensão dos testemunhos, pois os sobreviventes representam a possibilidade de obter indícios bastante pontuais que ajudem a esclarecer as causas do acontecimento. Além disso, essas fontes adquirem maior prestígio em decorrência do estatuto da testemunha, associado à experiência vivida, em princípio, incontestável. Essa distinção de verdade atribuída ao testemunho advém da etimologia da palavra. Do latim, a palavra pode ser compreendida a

partir de duas perspectivas: como *testis*, invocando a neutralidade da testemunha em uma situação de litígio; e como *superstes*, fazendo referência à experiência vivida (AGAMBEN, 2008, p. 27). Entendemos que esse potencial esclarecedor é um dos mais caros ao jornalismo, pois colabora com o efeito de veracidade ambicionado pelo discurso, na medida em que a autoridade da testemunha decorre diretamente da sua vivência e presença no local dos fatos (RICOEUR, 2007).

Para além da perspectiva ligada às provas de verdade, o testemunho também pode ser visto pelo seu potencial emocional, já que é por meio dele que o jornalismo consegue demonstrar um dos pontos mais impactantes nas tragédias: o aspecto humano. Ainda que intrínseca a esse tipo de acontecimento, a emoção é mais significativa quando o testemunho é convocado com o objetivo de ilustrar o drama vivido por sobreviventes e pessoas afetadas pelo acontecimento. Entretanto, a forma como o jornalismo se apropria desses relatos de sofrimento e os insere na narrativa é definidora para dar margem a outras possibilidades do testemunho, como o potencial político a partir da sua capacidade de afetação (LAGE, 2016). No entanto, é preciso que o jornalismo possibilite que todas essas potencialidades sejam manifestadas na narrativa.

A partir desse contexto, formulamos nosso **problema de pesquisa: o que a convocação e os usos do testemunho na urgência revelam sobre as especificidades da cobertura de tragédias em telejornalismo?** Nosso problema de pesquisa se desdobra em outras problematizações: Quem são os agentes convocados pela cobertura a prestar testemunho? Quais os seus graus de proximidade com o acontecimento? Como as particularidades de cada acontecimento influenciam nas funções desempenhadas? Existe alguma função fixa destinada ao testemunho? Em quais momentos os testemunhos excedem as funções habituais preconcebidas pelo jornalismo?

O **objetivo geral** da pesquisa é analisar como o jornalismo aciona os testemunhos nas primeiras 24 horas de cobertura de tragédias, relacionando-as com as especificidades da cobertura televisiva em casos extremos. Como **objetivos específicos**, estabelecemos os seguintes pontos: a) observar quem é convocado a dar testemunho e quais os seus graus de proximidade com o acontecimento; b) identificar a forma como os testemunhos são nomeados em cada acontecimento; c) observar o quanto os acontecimentos trágicos tensionam as práticas jornalísticas na cobertura; d) identificar as funções desempenhadas pelos testemunhos em cada acontecimento; e) analisar se as coberturas exploram as potencialidades do testemunho ou ficam mais restritas às funções usuais; f) desenvolver uma tipologia do testemunho em coberturas de tragédias em telejornalismo a partir das regularidades e distinções entre os casos.

Compreendemos que esses pontos representam não só propósitos a serem buscados com o estudo, mas também formas de **justificativa da pesquisa**. Consideramos que as coberturas de tragédia oferecem um grande potencial analítico, pois são nessas situações que o jornalismo tem suas práticas impactadas, sendo obrigado a buscar alternativas que deem conta de configurar uma narrativa mesmo com todas as adversidades propiciadas pelo acontecimento trágico. Também, é nesses momentos de desestabilização que o jornalismo deixa ver questões que, habitualmente, são encobertas pelas rotinas produtivas. Nesse sentido, o estudo pode colaborar para pensar, mais efetivamente, o que as coberturas de tragédias fazem com as testemunhas e os testemunhos.

Além disso, ao observarmos as formas de acionamento do testemunho pela cobertura, também poderemos compreender as escolhas que o jornalismo faz, tendo em vista que a narrativa é configurada a partir de uma série de ações que evidenciam determinados fatores em detrimento de outros. Como lembra Amaral, em entrevista a Quadros (2020, p. 208) ao construir uma narrativa, o jornalismo “configura percepções sociais e culturais sobre os desastres - nomeia, designa, dá contornos simbólicos e limites aos acontecimentos”. Por isso, acreditamos que, ao analisar essas questões, a pesquisa pode colaborar para que os jornalistas que já estão no mercado reflitam sobre os reflexos de suas práticas e os potenciais do testemunho não explorados. Também pode contribuir na formação dos estudantes de jornalismo, visto que as coberturas de acontecimentos trágicos estão entre os momentos mais desafiadores na carreira de qualquer jornalista. Seria a pesquisa acadêmica, resultado de tantos anos de estudo, servindo ao aperfeiçoamento de alunos e até mesmo profissionais já no mercado de trabalho.

Justificamos a escolha das coberturas de análise pelo caráter trágico, pela repercussão midiática que tiveram no país e no mundo, e pela magnitude dos acontecimentos. O incêndio da boate Kiss (Santa Maria, RS, 2013), que tirou a vida de 242 pessoas e deixou mais de 600 feridas, é considerado o quarto maior incêndio em casas noturnas do mundo. O rompimento da barragem de rejeitos de minério da Samarco (Mariana, MG, 2015), que matou 19 pessoas, destruiu uma comunidade e provocou um dano incalculável ao meio ambiente, é visto como o maior desastre mundial em barragens de mineração<sup>1</sup>. E o acidente aéreo com a delegação da Associação Chapecoense de Futebol (Medellín, Colômbia, 2016), que provocou a morte de 71 atletas, dirigentes e jornalistas, é tido como o maior acidente aéreo envolvendo times de futebol do mundo.

---

<sup>1</sup> Considerando o “volume vazado, a extensão dos danos e dos prejuízos causados” (SERRA, 2018, p. 22).

Ainda argumentamos que a proposta de tese está inserida em um contexto maior de pesquisa por integrar o Grupo de Pesquisa Estudos de Jornalismo (CNPq/UFSM). Desde 2010, o grupo tem como uma de suas questões de interesse a cobertura de tragédias e desastres e o testemunho jornalístico a partir de diferentes perspectivas e objetos empíricos. A produção já resultou em uma série de artigos (AMARAL, 2013, 2015; AMARAL, MOTTA, 2018; AMARAL, LOZANO ASCENCIO, 2016; AMARAL, LOZANO ASCENCIO, CRISTOBAL, 2020; MOTTA, AMARAL, 2016; 2019), dissertações (SILVA, 2020; SOUZA, 2019; SILVEIRA, 2019; MOTTA, 2016), e no livro “*Periodismo y Desastres: múltiples miradas*” (AMARAL, LOZANO ASCENCIO, 2019), que reuniu as reflexões de treze investigadores de sete universidades do Brasil, Espanha, México e Portugal. Assim, além de aprofundar as reflexões, este projeto também colabora para o fortalecimento do conhecimento produzido em rede.

Nesse universo de estudos já realizados, nosso diferencial está na articulação de três interesses de pesquisa: a cobertura de tragédias, o testemunho e o telejornalismo. Por meio do **estado da arte** ainda não conseguimos localizar estudos que relacionem essas três instâncias. Entretanto, identificamos diversos outros sobre cada um desses pontos, que podem dialogar com nossa pesquisa. Especificamente em relação ao testemunho, observamos um maior interesse por parte dos pesquisadores brasileiros. Conforme apontamos em estudos anteriores (MOTTA, QUADROS, 2018), o número de artigos sobre o tema apresentados nos três principais congressos de comunicação (Compós, SBPjor, Intercom) do país vem crescendo. Em 2013, apenas um artigo havia sido comunicado; já ao final de 2018, os congressos contabilizavam outros 31. Já de 2019 a 2022 (Compós e SBPjor), observamos a publicação de outros 4 artigos.

A partir desse mesmo levantamento, também apontamos que a maior parte dos artigos se refere a pesquisas sobre o testemunho no jornalismo e no cinema, especialmente em documentários. Essas narrativas mais amplas, programadas e com formatos menos rígidos têm condições de produção e rotinas profissionais completamente distintas das observadas na cobertura de tragédias. Também notamos duas perspectivas de pesquisas: uma que compreende o testemunho como importante para a matriz de verdade presumida do jornalismo e para a autenticação do discurso; e outra, que parte do potencial do testemunho em dar a ver uma dimensão mais afetiva e política.

Ainda fizemos mais uma busca de 2019 a 2022 (Compós e SBPjor) com outras palavras relacionadas aos nossos temas (tragédia, desastre, sobrevivente, sobrevivência, urgência e os casos de análise). Dentre nove artigos localizados, destacamos três que contribuem com a

discussão a respeito de nossos casos de análise: “Narrativas da memória como dispositivo: A Sirene e a luta contra o esquecimento da tragédia do Fundão” (Mozahir Salomão Bruck e Herom Vargas da Silva); “Memória, poder e verdades: disputas de sentidos no acionamento do memorável no caso do Fundão” (Mozahir Salomão Bruck, Herom Vargas da Silva e Jeane Moreira), e “A queda do avião da Chapecoense: mapeamento temático da cobertura jornalística nos jornais Diário do Iguazu, Diário Catarinense e Folha de S. Paulo” (Rafaela Taisa Menin).

Também buscamos no Catálogo de teses CAPES<sup>2</sup> trabalhos a partir das palavras-chaves “testemunho”, “testemunho midiático” e “testemunho jornalístico”, “urgência” utilizando o filtro “comunicação”. Destacamos quatro teses que apresentam importantes contribuições ao nosso estudo. Uma delas é a tese de doutorado de Leandro Rodrigues Lage (UFMG/ 2016) “Testemunhos do sofrimento nas narrativas telejornalísticas: corpos abjetos, falas inaudíveis e as (in)justas medidas do comum”, na qual o autor investiga o potencial político do testemunho a partir da análise dos programas televisivos “A Liga”, “Profissão Repórter” e “A verdade de cada um”. Metodologicamente, Lage (2016, p. 7) utiliza categorias analíticas “ancoradas na função testemunhal de corpos e falas” e “nos enquadramentos de identidade, sentimento e justiça”. O trabalho tem relações muito próximas com o nosso (testemunho e televisão) e, embora, não observe os grandes acontecimentos trágicos, aborda programas com forte apelo emocional e que demonstram o sofrimento humano. Para nós, uma das contribuições de Lage é a articulação realizada entre autores dos estudos iniciais do testemunho e os dos testemunhos midiático e jornalístico, e a discussão sobre a visibilidade concedida às vítimas e os rituais classificatórios a que são submetidas, na medida em que são concedidos “a cada uma um espaço à fala ou ruído que lhe cabe” (LAGE, 2016, p. 209).

Outra tese que também contribui com nosso estudo é “O que resta dos fatos: testemunho e guinada afetiva no jornalismo”, de Ana Cláudia Peres (UFF, 2017). A pesquisadora dedica-se ao estudo da “dimensão afetiva do testemunho”, partindo da hipótese de que “quando o testemunho é valorizado não apenas como mero procedimento técnico, mas como experiência vivenciada e/ou construída durante o percurso do relato, potencializa os afetos” (PERES, 2017, p. 9). Por essa perspectiva, a autora propõe que o testemunho não seja visto como “matriz de verdade presumida” (CASADEI, 2013), mas como “matriz de lacuna de verdade”. Avaliamos que a discussão traz um ponto de vista interessante para ampliar nossas reflexões. Ainda consideramos relevante ao trabalho a tese “Cães, indignados e indignos: o pathos da indignação no discurso jornalístico”, de Carlos Jáuregui Pinto (UFMG, 2015), na qual o autor

---

<sup>2</sup> Disponível em: < <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>>

observa a construção discursiva do sentimento de indignação no jornalismo, relacionando-a com ao “imaginário da imprensa como um cão de guarda (*watchdog*) da cidadania” (JÁUREGUI, 2015, p. 14). Embora a relação com o nosso trabalho pareça mais distante em comparação aos outros já elencados, a pesquisa interessa-nos pela abordagem da dimensão afetiva do jornalismo. Além disso, como discutimos em outra oportunidade (AMARAL, MOTTA, 2017), o telejornalismo da Rede Globo não concedeu espaço às vítimas que manifestam os sentimentos de injustiça e indignação nas primeiras 24 horas de cobertura do caso Samarco.

E na discussão sobre a urgência no jornalismo, localizamos a tese “O cibercontecimento breaking news: uma proposta teórico-metodológica para a compreensão de notícias urgentes”, de Moreno Cruz Osório (Unisinos, 2018). O autor convoca diferentes perspectivas sobre o que são as notícias urgentes e como impactam nas rotinas produtivas do jornalismo. E apresenta uma abordagem de breaking news que sugere “um processo de dispersão e de reconcentração das práticas jornalísticas, em um movimento cuja tendência é a ampliação das fronteiras do jornalismo” (OSÓRIO, 2018, p. 8).

Em relação aos nossos casos de análise, buscamos dissertações e teses pelas palavras-chave “tragédia”, “desastre” e “catástrofe”, com o filtro “comunicação”, e destacamos quatro trabalhos. Em “A queda do avião da Associação Chapecoense de Futebol na narrativa de jornais: sentidos e (re)ações na constituição do acontecimento”, Rafaela Taísa Menin (UFSC, 2019), faz uma análise da abordagem do termo tragédia nas pesquisas e da construção do acontecimento. Em “A performance de apresentadores e repórteres na cobertura da morte de profissionais da imprensa na tragédia da Chapecoense”, Isabel Caline Malheiros Silveira (UFSM, 2020), faz uma abordagem da morte e das vítimas, discute as rotinas do telejornalismo, o papel dos sujeitos e a performance dos jornalistas. Em “O caso Samarco no Jornal Nacional: narrativa e personagens do maior desastre socioambiental do Brasil”, de Douglas Elias Carvalho (UFRGS, 2018), parte da perspectiva de dramaturgia do telejornalismo para analisar os personagens acionados e os papéis desempenhados por eles (mocinho, vilão, vítima, herói...). Em “Redes de comunicação pública, visibilidade e permanência do acontecimento público Tragédia Kiss (Santa Maria, Brasil, 2013)”, Bruno Kegler (UFRGS, 2016) pesquisa a configuração das redes de comunicação que constituem o acontecimento público.

Embora nossa busca tenha se restringido aos portais de teses e dos congressos, não podemos deixar de registrar a publicação dos dois volumes do livro “Midiatização da Tragédia de Santa Maria”. A primeira obra, organizada por Silveira (2018), reúne a perspectiva de 27 autores de

dez instituições sobre a cobertura do incêndio. Já o segundo volume, organizado por Silveira e Schwartz (2018), “Midiatização da Tragédia de Santa Maria: a construção de relato em meio ao caos” apresenta entrevistas realizadas com os jornalistas locais que atuaram na cobertura. Também ressaltamos os livros-reportagem “Tragédia em Mariana: a história do maior desastre ambiental do Brasil”, da jornalista Cristina Serra; e “Todo dia a mesma noite: a história não contada da boate Kiss”, da jornalista Daniela Arbex.

A realização desse estado da arte mostrou-nos o quanto ainda há questões a serem pesquisadas tanto em relação ao testemunho nas coberturas de tragédia, como também sobre os casos específicos que nos dispusemos a analisar. Além disso, observamos a carência de estudos sobre os modos de o telejornalismo enfrentar a cobertura desses acontecimentos extremos, pressionados pela urgência e transmissão ao vivo.

Do ponto de vista metodológico, inspiramo-nos na sistematização de França (2011), a partir das contribuições de Quéré (2005), a respeito da individualização do acontecimento para desenvolvermos os nossos três níveis de análise. O primeiro passo é a descrição do acontecimento e da cobertura. O segundo passo é a narrativização do acontecimento, que é dividido em três etapas. A primeira é a seleção dos testemunhos, a partir da identificação dos agentes, do grau de proximidade deles com o acontecimento e da forma como são nomeados pela cobertura. A segunda etapa é a função dos testemunhos, a partir da análise das dimensões verbal (transcrição do texto que antecede o testemunho e transcrição do testemunho) e audiovisual (enquadramento de imagem, marcas corporais da tragédia/ marcas de emoção e uso de ilustra de imagem). E, por fim, a terceira etapa consiste no desenvolvimento da tipologia de funções em cada caso, e uma tipologia geral do testemunho de urgência nas coberturas de tragédia.

Esta tese está dividida em oito partes. Após esta apresentação, no segundo capítulo intitulado “O testemunho”, começamos com a abordagem das diferentes perspectivas que nos ajudam a pensar o testemunho, direcionamos para o testemunho no jornalismo a partir da relação com as provas de verdade e os afetos e, por fim, centramos no testemunho no telejornalismo, considerando o lugar da experiência e os padrões recorrentes. No terceiro capítulo, “A urgência e a cobertura de tragédias em telejornalismo”, discutimos as diferentes denominações que os grandes acontecimentos costumam receber para embasar a discussão sobre o trágico no jornalismo, e abordamos o contexto e as características das coberturas de tragédia nas primeiras 24 horas. Neste capítulo, também apresentamos as questões metodológicas e as operações analíticas. Nos capítulos quatro, cinco e seis apresentamos a análise de cada caso. No capítulo sete, fazemos uma aproximação entre os resultados obtidos

nos três casos e, a partir de regularidades e distinções, desenvolvemos uma tipologia das funções dos testemunhos na cobertura de tragédias em telejornalismo. Encerramos com a apresentação das considerações finais, nas quais apresento alguns caminhos para compreender o que os testemunhos de urgência revelam sobre as especificidades da cobertura de tragédias em telejornalismo.

## 2 O TESTEMUNHO

Neste capítulo, abordaremos os conceitos do termo “testemunho” a partir de diferentes perspectivas. Desde o início desta pesquisa, ainda no mestrado, deparamo-nos com a dificuldade de encontrar um conceito que pudesse servir de base para as nossas discussões sobre as práticas jornalísticas. O termo é usado de forma recorrente nas pesquisas no campo da Comunicação. Entretanto, além de não ser problematizado, parece-nos que o testemunho é utilizado como um “conceito dado”, ou seja, naturalizado como uma fala ancorada na experiência. Em virtude dessa dificuldade, buscamos em outras áreas a compreensão do que é o testemunho e os seus atributos. Por isso, caro leitor, embora possa causar uma certa estranheza aglutinar autores tão distintos, a intenção é, justamente, buscar olhares diversos e refletir como essa diversidade nos ajuda a pensar o testemunho no jornalismo.

### 2.1 DE QUAL TESTEMUNHO ESTAMOS FALANDO? UM TERMO, MUITAS PERSPECTIVAS

A pergunta pueril para uma tese de doutorado é uma necessidade de assentar bases, tendo em vista a amplitude do termo. Associado a tantas áreas, origens e perspectivas, o testemunho é acionado nos mais diversos contextos: religioso, histórico, jurídico, filosófico, psicológico e midiático. Também é apontado como sinônimo<sup>3</sup> para palavras tão diversas, que parece remeter a um conceito que cabe para quase tudo: depoimento, declaração, prova, comprovação, confirmação, atestado, sinal, indício, evidência, marca, rastro. Ainda é definido<sup>4</sup> como “ato ou efeito de testemunhar”, “ato que dá uma demonstração plena de algo; prova”, narração real e circunstanciada que se faz em juízo”, “o que demonstra a existência de algo”.

O termo “testemunha” – erroneamente, utilizado como sinônimo por vezes – faz parte desse mesmo campo semântico. Porém, a ênfase é no sujeito: “observador”, “espectador”, “pessoa indicada ou convocado para depor em juízo, investigação ou processo”; “pessoa que atesta a veracidade de um ato ou presta esclarecimentos a respeito de determinados acontecimentos, confirmando-os ou negando-os”, “pessoa que presencia um fato qualquer, espectador, presenciador”.

---

<sup>3</sup> O dicionário de sinônimos aponta 21 termos como sinônimo de testemunho.

<sup>4</sup> De acordo com o dicionário Michaelis.

Todos esses sentidos fazem parte do universo jornalístico, marcado pela necessidade de atestar, afirmar e provar a veracidade de seu relato. E o acionamento das testemunhas e de seus testemunhos é uma das estratégias utilizadas para construir o “efeito de real”, ambicionado por qualquer texto jornalístico, como discutiremos mais adiante. Quando o jornalismo convoca essas pessoas e seus relatos, carrega para a sua própria narrativa uma série de significados anteriores que se relacionam aos termos. Por isso, abordaremos algumas contribuições de outras áreas que nos ajudam a pensar o testemunho no jornalismo ao longo do trabalho.

Da etimologia latina da palavra, vem a perspectiva das testemunhas oculares, comumente acionadas em questões policiais. É o sentido de *testis*, que remete ao uso judicial, no qual uma pessoa assume a “posição de terceiro” em relação a outras duas envolvidas em um litígio (AGAMBEN, 2008, p. 27). Por terem presenciado determinada situação e não estarem envolvidas no caso, essas testemunhas possuiriam uma suposta neutralidade que as credenciariam a ocupar essa posição em um conflito. O segundo sentido presente na origem do termo é *superstes*, que identifica quem tem envolvimento direto e está implicado na situação sobre a qual presta testemunho. Isto é, quem vivenciou determinado fato, sobreviveu à experiência e, por isso, pode ser testemunha e relatar.

Esse é um ponto de partida interessante para este trabalho, na medida em que o testemunho convocado nas coberturas de tragédia, muitas vezes, assenta-se na questão da sobrevivência. Seligmann-Silva (2005, p. 84) acrescenta o trauma como um elemento presente nessa perspectiva, compreendendo “a testemunha enquanto alguém que sobreviveu a uma catástrofe e que não consegue dar conta do vivido – porque ficou traumatizada (elemento subjetivo) devido à ‘dimensão’ da catástrofe (elemento objetivo)”. Ainda que não nos detenhamos na questão do trauma neste trabalho, é importante citar esse ângulo, porque tangencia temas caros aos testemunhos nas tragédias, especialmente a partir da fala dos sobreviventes.

Interessa-nos, também, o testemunho como experiência. Independentemente se o estatuto for o da observação, o da sobrevivência ou o da união dos dois, o relato das testemunhas será sempre decorrente de uma experiência. Para Dewey (2010, p. 109-110), a experiência é natural a qualquer espécie, pois está baseada na capacidade de interagir de todos os seres. Apesar desse entendimento amplo, o autor não considera todas as experiências a partir de um mesmo estatuto. Para ele, elas devem ser distintas de acordo com sua intensidade. Assim, temos a *experiência* geral, vista como corriqueira, fragmentada e dispersa, na qual “as coisas são experimentadas, mas não de modo a se comporem em uma

experiência *singular*” (grifo do autor); e *uma experiência* entendida como significativa e “como um todo que carrega em si seu caráter individualizador e sua autossuficiência”. Isto é, se por um lado temos a interação que pode resultar na *experiência* trivial e mecânica; por outro, temos a que mobiliza as capacidades humanas, propiciando “*uma experiência* integral, forte, de rara intensidade” (GUIMARÃES, LEAL, 2008, p. 6). Desse modo, o que separa os dois tipos de experiência é o grau de afetação com que são atingidos os indivíduos.

Simões (2010, p. 3), ancorada em Dewey, destaca que nos dois casos a experiência é “constituída por um duplo movimento: o agir e o sofrer. O sujeito age no mundo, ao mesmo tempo em que sofre alguma coisa em função dessa ação, o que impulsionará o agir subsequente”. Lana et al. (2015, p. 144) também refletem sobre esse ponto, porém chamando a atenção para o fato de a experiência ocorrer em um contexto de sociedade: “o que nos afeta não depende apenas de nós, de modo que não podemos controlar o que se passa e o que acontece; entretanto, não somos indiferentes àquilo que nos atravessa e se coloca à nossa frente”.

Essa perspectiva de “experiências reais” (DEWEY, 2010, p. 110) como aquelas que afetam os sujeitos inseridos em seus ambientes, ainda salienta a questão da experiência individual que é tornada pública. Lana et al. (2015, p. 146) defendem que a experiência tem uma “certa impessoalidade”, pois sendo decorrente de uma interação e ocorrendo de forma contínua como aponta Dewey, a experiência não pode ser atribuída a uma única pessoa. Para os autores, ela “só se torna pessoal por meio do processo de narração e apropriação, ou seja, em um momento secundário, quando o indivíduo a toma para si”, reconhecendo-a como uma experiência significativa. Assim, concluem que “toda experiência é uma experiência compartilhada”. Aproximando essa linha ao jornalismo, podemos inferir que a experiência da testemunha se concretiza por meio do testemunho, ou seja, quando ela relata essa experiência. Pela narrativa jornalística, o testemunho também seria o meio capaz de tornar uma experiência mais do que compartilhada, pública.

Observamos esse papel do testemunho principalmente em relação aos grandes acontecimentos como os desastres e tragédias, pois no instante em que as vítimas narram suas experiências e atribuem sentidos a elas, também colaboram para a configuração desses casos. Ainda vamos nos debruçar, mais adiante, aos conceitos de acontecimento e às denominações que circundam nossas coberturas de análise. Por ora, precisamos pontuar algumas questões dessa perspectiva teórica que nos ajudam a relacionar testemunho, experiência e acontecimento.

Como nos lembra França (2011, p. 67), a partir das contribuições de Quéré (2005), os sentidos de um acontecimento não são dados *a priori*, mas configurados em um processo que combina diferentes elementos e temporalidades. Narrar um acontecimento “implica formatá-lo de alguma maneira, lhe conferir um sentido e fazê-lo reconhecível; implica, portanto, atribuir-lhe uma certa identidade”. E os relatos de experiência acionados pelo jornalismo participam desse processo, especialmente porque a perspectiva acrescenta um outro elemento constitutivo do acontecimento, a capacidade de afetar.

Nas palavras de Quéré (2005, p. 61), “o verdadeiro acontecimento não é unicamente da ordem do que ocorre, do que se passa ou se produz, mas também do que acontece a alguém”. Então, experiência, testemunho e acontecimento estão intimamente ligados, numa circularidade na qual o acontecimento só é acontecimento porque afeta a experiência das pessoas, que é tornada pública por meio do testemunho. E, assim, contribui para exprimir a dimensão do acontecimento e configurá-lo a partir do seu poder de afetação. A esse respeito, Babo-Lança (2005, p. 6) compreende que

a construção da identidade do acontecimento e a sua configuração dependem do modo como o acontecimento é sentido, explorado, interpretado e apropriado pelo sujeito (ou sujeitos) a quem ele acontece, sendo que este também se altera com esta experiência. É a própria identidade do sujeito que se modifica, tornando-se um *si-que-experenciou-este-acontecimento* (grifo da autora).

E é, justamente, essa modificação da identidade de um sujeito qualquer para um “*si-que-experenciou-este-acontecimento*” que propicia um dos aspectos mais característicos do testemunho: a confiabilidade presumida. A partir de um olhar da historiografia, Ricoeur (2007, p. 172), pontua que essa confiança está baseada em dois pilares: de um lado, “a asserção da realidade factual do acontecimento relatado, de outro a certificação ou a autenticação da declaração da experiência de seu autor”. Ou seja, a força do testemunho está na experiência e na afirmação dessa experiência. O autor reforça que a “descrição da cena vivida” e a declaração de estar implicado no acontecimento, ou seja, envolvido no que se narra, é fundamental para a atribuição de credibilidade à fala da testemunha.

A especificidade do testemunho consiste no fato de que a asserção da realidade é inseparável de seu acoplamento com a autodesignação do sujeito que testemunha. Desse acoplamento procede a fórmula típica do testemunho: eu estava lá. O que se atesta é indivisamente a realidade da coisa passada e a presença do narrador nos locais da ocorrência. É a testemunha que de início se declara testemunha. Ela nomeia a si mesma. Um triplo dêitico pontua a autodesignação: a primeira pessoa do singular, o tempo passado do verbo e a menção do lá em relação ao aqui (RICOEUR, 2007, p.172-173).

Apesar de dizer respeito a outra área, é muito fácil enxergar essa perspectiva no jornalismo, na medida em que as falas das testemunhas oculares costumam ser embasadas partir do acionamento do “eu vi” e “eu estava lá”. Ricoeur acrescenta mais um componente nessa relação, ao indicar que esse tipo de afirmação traz junto um pedido de crédito (“acreditem em mim”), que só será avalizado a partir do momento em que o outro aceitar esse testemunho como verdadeiro. Dessa questão, advém mais uma contribuição para pensar o testemunho: o aspecto dialogal. Isto é, o testemunho só se realiza em contato com o outro. Mas só a relação, adverte o autor, não é suficiente; ainda é necessário que ele seja aceito como verdadeiro.

Fazendo uma aproximação com o jornalismo, podemos dizer que um primeiro reconhecimento dessa confiabilidade do testemunho ocorre por parte da narrativa, pois na medida em que o convoca, ela autoriza-o a estar naquele lugar. Essa relação de confiança e credibilidade estaria completa somente a partir do contato com a audiência, que já recebe o testemunho avalizado pela instância jornalística, mas ainda precisa enxergá-lo como verdadeiro.

A questão da verdade que ronda o testemunho – e o jornalismo – é explicada pelo autor a partir das desconfianças geradas pelo processo subjetivo de memória, que passa pela percepção da situação vivida, fixação da lembrança até chegar “na fase declarativa e narrativa da reconstituição dos traços do acontecimento” (RICOEUR, 2007, p. 171). No entanto, é essa mesma subjetividade do relato da experiência que acaba por colaborar para a confiabilidade presumida, pois a autoridade da testemunha decorre, diretamente, da sua vivência e presença no local dos acontecimentos em questão. Sarlo (2012, p. 29)<sup>5</sup> vai na mesma direção de que “a narração da experiência está ligada ao corpo e à voz, a uma presença real do sujeito na cena do passado”. E sentencia: “não há testemunho sem experiência, mas também não há experiência sem narração”.

A narração da experiência também pode ser vista nas discussões sobre o testemunho histórico. Dois acontecimentos em especial impulsionaram o estudo dos testemunhos e deram origem a perspectivas distintas: os testemunhos da *Shoah* (Holocausto) e os *Testemonios* das ditaduras na América-Latina. Embora as correntes tenham características diferentes, os testemunhos dos dois casos têm em comum a experiência dramática das situações extremas.

---

<sup>5</sup> Tradução nossa: “La narración de la experiencia esta unida al cuerpo y la voz, a una presencia real del sujeto en la escena del pasado. No hay testimonio sin experiencia, pero tampoco hay experiencia sin narración”.

A *Shoah* é especialmente referenciada pela discussão do trauma e da “comunicabilidade da experiência” (LAGE, 2016, p. 22), dada a brutalidade dos campos de concentração. Para além desse ângulo, o holocausto é considerado um caso modelar não só por ser um acontecimento-limite e pelos horrores ocorridos nos campos de extermínio, mas também por ter dado origem a um “modelo de testemunho”, que passou a ser aplicado a qualquer caso, sejam eles extraordinários ou corriqueiros, como critica Sarlo.

O testemunho do Holocausto tornou-se um modelo testemunhal. Assim, um caso limite transfere suas características para casos não limites e até mesmo para os completamente banais. Não apenas no caso do Holocausto, o testemunho pede que seus leitores ou ouvintes contemporâneos aceitem sua veracidade referencial, colocando em primeiro plano os argumentos morais mantidos em relação ao sujeito que suportou os fatos sobre os quais fala. Toda testemunha quer ser acreditada, mas, no entanto, não traz em si as provas que comprovam sua veracidade, essas provas devem vir de fora (SARLO, 2012, p. 47)<sup>6</sup>

Não se trata de colocar em dúvida o testemunho do Holocausto. Sarlo não defende que os testemunhos decorrentes de casos extremos, como guerras e genocídios, devam ser colocados em dúvida. Pelo contrário, a autora argumenta que, nesses acontecimentos limite, as testemunhas, muitas vezes, são as únicas provas das atrocidades das quais foram vítimas. Porém, esse modelo de testemunho como prova irrefutável não pode ser aplicado a outros casos, sendo necessárias outras provas para além da palavra, conforme pontua. Ainda que não se refira ao jornalismo, acreditamos que esta é uma discussão produtiva de ser trazida para a narrativa jornalística, principalmente nas coberturas de tragédias que possuem condições de produção excepcionais e que tensionam as rotinas de apuração.

Já os *testimonios*, a partir dos relatos de vítimas das ditaduras, estão mais ligados ao caráter de denúncia (SELIGMANN-SILVA, 2005), configurando uma literatura de resistência ao revelar a exploração econômica e a repressão das minorias (PENNA, 2013). Esses testemunhos também contribuíram, significativamente, para o processo de responsabilização dos culpados, colaborando para o sentimento de indignação popular, assim como para a restauração de “uma esfera pública de direitos” e o fortalecimento da ideia de que os episódios do período deveriam ser lembrados para que não fossem repetidos, conforme Seligmann-Silva (2005). Dessa forma, observamos a partir da perspectiva histórica, o

---

<sup>6</sup> Tradução nossa: “El testimonio del Holocausto se há convertido en modelo testimonial. De modo que un caso limite transfiere sus rasgos a casos no limite, incluso a condiciones de testimonio completamente banales. No sólo en el caso del Holocausto el testimonio reclama que sus lectores o escuchas contemporâneos aceptem su veracidad referencial, poniendo em primer plano argumentos morales sostenidos en el respeto al sujeto que há soportado los hechos sobre los cuales habla. Todo testimonio quiere ser creído y, sin embargo, no lleva em sí mismo las pruebas por las cuales puede comprobarse su veracidad, sino que ellas deben venir desde afuera”.

potencial do testemunho de denúncia e caracterização de questões públicas e responsabilizações.

Outra contribuição histórica para pensar o testemunho é a ruptura do estatuto das vítimas. Para Hartog (2012, p. 13), os grandes acontecimentos do século XX transformaram as vítimas antes vistas como “ativas” em “passivas”. O autor explica que já tendo sido associadas ao sagrado (quando em rituais de sacrifício a divindades) e ao heroico (quando em nome da pátria), as vítimas deixaram de ser as que escolhem morrer por uma causa, para ser as inomináveis, que sofrem, mesmo sem terem feito nada para merecer essa condição. Para o autor, a grande modificação reside no fato de que a vítima heroica é transformada em vítima sofredora, isto é, de “ativa e positiva”, passa a ter “uma conotação passiva e, de certa forma, negativa”. Paradoxalmente, os eventos que provocaram essa mudança na noção de vítima também foram os responsáveis pela ascensão do testemunho das vítimas do ponto de vista do “reconhecimento social do sofrimento” (SARTI, 2011, p. 54).

Todas essas perspectivas sobre o testemunho, provenientes de tantas áreas, expõem como o conceito é amplo remete a diferentes questões e pode ser acionado a partir de muitas chaves. Também demonstram o quanto essa diversidade de compreensões pode ser acionada para explicar questões caras ao testemunho jornalístico, como experiência, confiabilidade, verdade, afetação, e o estatuto que as testemunhas assumem ao serem inseridas na narrativa jornalística. É sobre esse testemunho que discutiremos no próximo tópico.

## 2.2 O TESTEMUNHO NO JORNALISMO: ENTRE PROVAS DE VERDADE E AFETOS

Se no testemunho histórico a fala das testemunhas era decorrente da sobrevivência a acontecimentos extraordinários; no testemunho midiático, a possibilidade de testemunhar é ampliada, isto é, o testemunho não se realiza apenas com os sobreviventes. Considerando a brutalidade da *Shoah*, Lage (2016, p. 23) pontua que o testemunho do holocausto “esbarra no argumento do indizível, no impensável do acontecimento ou na necessidade de sobreviver contra sua improbabilidade”; condições completamente distintas do testemunho midiático, que parece se constituir como “uma possibilidade sempre iminente”. São épocas históricas distintas e de testemunhos diferenciados a partir do grau de proximidade com o acontecimento.

O acontecimento marco da perspectiva é o ataque ao World Trade Center, nos Estados Unidos, em 2001. Diferentemente do holocausto, o atentado terrorista é entendido como “um evento que não pode *não* produzir testemunhas<sup>7</sup>” (FROSH, PINCHEVSKI, 2011, p. 8, grifo dos autores), tendo em vista que os telespectadores foram transformados em testemunhas na medida em que a queda das torres foi transmitida ao vivo pelas redes de televisão. Ainda de acordo com os autores, “os parâmetros de espaço-tempo foram completamente transformados, distendidos pelo espaço até o ponto de vista onipresente, estendido no tempo além da cronologia transitória das notícias (aqui hoje, embora amanhã)<sup>8</sup>”. Além disso, por se tratar de um ponto turístico, o atentado também foi registrado por pessoas comuns que estavam no local, revelando “o caráter mundano e ordinário do testemunho na contemporaneidade” (LAGE, 2016, p. 24). Assim, a perspectiva do *Media Witnessing* amplia a capacidade de pensar o testemunho, a partir de três níveis:

o testemunho realizado *em, por e através* da mídia. É sobre o relato sistemático e contínuo das experiências e realidades de outros distantes para as audiências em massa. (...) se refere simultaneamente à aparição do testemunho nos relatos da mídia, a possibilidade de a própria mídia testemunhar, e o posicionamento das audiências da mídia como testemunhas dos eventos retratados (FROSH, PINCHEVSKI, 2011, p. 1, grifo dos autores)<sup>9</sup>

Essa expansão do caráter de testemunha se dá, principalmente, por meio da tecnologia, tendo em vista que o “eu estava lá”, um dos componentes da “fórmula típica do testemunho” (RICOEUR, 2007, p. 172) não é imperativo para configuração da testemunha. Desse modo, não é necessário ter estado no local do acontecimento para testemunhá-lo, pois a presença pode ocorrer por meio da mídia. Ao acompanhar o desenrolar dos eventos pela televisão, por exemplo, o telespectador pode se tornar também uma testemunha. Ou seja, todos nós podemos nos tornar testemunhas à distância em algum momento. No caso da mídia, além de testemunhar, ela também “assume uma função mediadora do testemunho” (LAGE, 2016, p. 126).

No entanto, se os aparatos tecnológicos são capazes de transformar qualquer um em uma potencial testemunha, é preciso destacar que estão em discussão diferentes estatutos de

<sup>7</sup> Tradução nossa: “is the event that cannot not produce witnesses”.

<sup>8</sup> Tradução nossa: “There space-time parameters have been utterly transformed, distented across space to the ubiquitous point of viewing, extended in time beyond the transitory chronology of news (here today, gone tomorrow)”.

<sup>9</sup> Tradução nossa: “is the witnessing performed in, by, and through the media. It is about the systematic and ongoing reporting of the experiences and realities of distant others to mass audiences. (...) if refers simultaneously to the appearance of witness in media reports, the possibility of media themselves bearing witness, and the positioning of media audiences as witnesses to depicted events”.

experiência. Para Leal e Antunes (2015, p. 215), trata-se de uma tentativa “de caracterizar uma nova forma de experiência do mundo, desenvolvida inevitavelmente com os processos midiáticos”. Por isso, os autores também pontuam que o testemunho não pode ser pensado do ponto de vista individual, mas inserido na narrativa midiática, ou seja, em textos

planejados e estratégicos, frutos de processos produtivos de organizações, que medeiam interações intersubjetivas em grande escala, e que são marcados fortemente por interesses econômicos, político-ideológicos, relações de anonimato e de regulação específicas. Buscando articular informação e experiência, os textos midiáticos apresentam desafios específicos referentes à sua veracidade e sua confiabilidade, sendo dependentes de parâmetros genéricos, da sua identificação ou não, por parte dos espectadores, com outros textos da mesma qualidade e com as regras e expectativas que os regem (LEAL, ANTUNES, 2015, p. 217)

Portanto, o testemunho é conformado e submetido a essa articulação narrativa, que resulta de um conjunto de rotinas produtivas, contextos sociais e interesses. Trata-se de uma construção estratégica a partir de lógicas e demandas próprias, que acabam por constituir os modos de narrar do jornalismo, sempre ancorados na necessidade de afirmar a sua confiabilidade. E provar a verdade do relato é uma necessidade do jornalismo desde o século XIX, quando, por influência do positivismo, começaram a ser cunhados valores como busca da verdade, imparcialidade e objetividade, que fazem parte do ideário profissional (TRAQUINA, 2005).

Esses valores que, na época da profissionalização, buscavam estabelecer diferenças entre opinião e informação, seguem presentes no jornalismo. Para Bucci (2013, p. 11), “o jornalismo ainda crê e faz crer no relato positivista”, à medida que defende a “premissa de que os eventos se sucedem independentemente da presença e do olhar do observador”, conferindo “a impressão que ‘reproduz’ a realidade” (MOUILLAUD, TÉTU, 2013, p. 84). Para construir essa confiança de que fala a verdade, “o jornalismo busca, o tempo todo, maneiras de legitimar os fatos que narra e dotar de autoridade sua fala” (MANNA, 2014, p. 74). E a convocação dos testemunhos faz parte dos procedimentos para construir esse efeito de realidade.

Independentemente do período histórico e das tecnologias envolvidas, o relato baseado na experiência sempre esteve presente no jornalismo: “é constitutivo do jornalismo que sua narração tenha um teor testemunhal, garantido por sua *habitus* profissional e seu contrato com o leitor” (AMARAL, 2013 p. 185). Assim, o testemunho é mais que um elemento da narrativa, configurando-se

como uma de suas matrizes de verdade presumida, na medida em que não importa qual é o assunto que o repórter narra: em todas as reportagens existe sempre uma promessa imaginária de verdade que é garantida pelo estatuto social do testemunho – estatuto este que o jornalismo se apropria em suas construções de sentido (CASADEI, 2014, p. 147).

Ou seja, o testemunho transfere a sua “confiabilidade presumida” (RICOEUR, 2007) à narrativa, dotando-a de credibilidade. O que mudou, ao longo do tempo, foram os modos de narrar do jornalismo e, conseqüentemente, os usos do testemunho. Ao pesquisar a função testemunhal nas revistas brasileiras ao longo do século XX, Casadei (2014) identificou três períodos distintos. Até a década de 1940, a função de prestar testemunho cabia apenas ao repórter, que relatava a partir de suas próprias impressões e vivências a respeito do acontecimento. Já nas décadas seguintes até 1960, o jornalista passou a dividir esse papel com as fontes<sup>10</sup> testemunhais. A partir do final da década de 1960, a autora percebeu o apagamento do repórter como testemunha, a ascensão de outras fontes não testemunhais, e a valorização de outras provas de verdade supostamente mais concretas e não baseadas na experiência, como dados, estatísticas e levantamentos.

Isto é, se até a metade do século XX, o efeito de verdade vinha da função testemunhal decorrente da experiência; nas décadas seguintes, passa a ser decorrente do saber científico. Além disso, acrescenta a autora, em alguns momentos, “o lastro de veracidade é dado pelo prestígio social correspondente ao papel que esse orador exerce”, sendo até mais importante do que o próprio conteúdo de sua fala (CASADEI, 2014, p. 230). Como demonstra a pesquisa histórica, ao longo do tempo, o testemunho não só “muda de mãos”, passando do repórter para as fontes testemunhais, como também tem seus papéis modificados, na medida em vai perdendo espaço como prova de verdade. É importante salientar essa questão porque, conforme abordaremos mais adiante no contexto das coberturas de tragédia, esse papel volta a ser do testemunho, principalmente quando faltam as supostas provas mais concretas das fontes oficiais.

Além dessa perspectiva de matriz de verdade presumida, há uma outra que enxerga o testemunho como meio para um jornalismo mais afetivo e que acolha as subjetividades. Essa concepção é influenciada por um movimento maior, na história, que propiciou a ascensão da figura da vítima. Essa valorização ocorreu, principalmente, por meio da literatura. Ao defender o ponto de vista do sujeito e, conseqüentemente, a importância da subjetividade, o

---

<sup>10</sup> Não trabalharemos com a classificação de fontes neste trabalho, por entendermos que o testemunho pode ser exercido por qualquer pessoa que se manifeste a partir da experiência e não apenas pelas fontes testemunhais. Entretanto, faremos algumas menções a estudos que abordam essa classificação porque avaliamos que contribuem para pensar questões caras às funções dos testemunhos.

chamado “giro subjetivo” propiciou o direito à voz a indivíduos até então deslegitimados e marginalizados. Sarlo (2012, p. 22)<sup>11</sup> compreende o movimento como uma “democratização dos atores da história”, no qual “a história oral e o testemunho devolveram a confiança àquela primeira pessoa que narra sua vida (privada, pública, afetiva, política), para preservar a memória ou reparar uma identidade ferida”.

Trazendo a discussão para o jornalismo, Serelle (2009, p. 34) pontua o impacto desse movimento, pois propiciou “a recuperação do ‘eu’ nas narrativas jornalísticas contemporâneas”. Embora, há mais de dez anos, o autor ainda as considerassem “um tanto pontuais para constituírem uma tendência”, é inegável que simbolizam uma ruptura no jornalismo ao engendrarem

um modo de relação com a circunstância em que o sujeito, implicado naquilo que conta, confere ao relato o efeito de verdade principalmente por meio do testemunho, desvelando, pela assunção da subjetividade e da afetividade, filigranas do outro, que normalmente escapam à percepção objetiva, e, por vezes, reivindicando, de modo engajado, a intervenção na realidade imediata (SERELLE, 2009, p. 34).

Além disso, essas narrativas também representam o retorno da função testemunhal ao repórter, pois nas reportagens em primeira pessoa, “a perspectiva do sujeito não apenas molda a matéria narrada, mas a própria experiência do narrador torna-se parte do fato a ser comunicado” (SERELLE, 2009, p. 39). Ainda que a inserção do testemunho do repórter possa ser vista como uma estratégia “para acolher a demanda de transparência” e conferir efeito de real (PICCININ, 2013, p. 132) – principalmente, nos casos em que o repórter assume um papel de personagem e passa a narrar sua vivência – a prática representa uma ruptura frente ao paradigma tradicional do jornalismo.

Essa modificação não consiste apenas na inserção do testemunho na narrativa, mas também nas formas como os relatos de experiência vão ser configurados. Por isso, e apesar de este trabalho não ter como objetivo analisar o testemunho de jornalistas, consideramos válida a reflexão sobre esse outro modo de narrar por acreditarmos que a perspectiva também afeta as formas de acionamento e os papéis destinados aos testemunhos.

Peres (2017, p. 122) pontua que o testemunho é concebido de duas formas no jornalismo. No denominado por ela como testemunho normativo, a “experiência é apagada em detrimento de uma narrativa declaratória como se o real pudesse ser preenchido por

---

<sup>11</sup> Tradução nossa. “la historia oral y el testimonio han devuelto la confianza a esa primera persona que narra su vida (privada, publica, afectiva, política), para conservar el recuerdo o para reparar una identidad lastimada” (SARLO, 2012, p. 22).

aspas”, apenas “para corroborar que a reportagem já se destina a dizer”. Em oposição a esse modelo, o testemunho narrativo valoriza a experiência e potencializa afetos.

Pode-se dizer ainda que, enquanto o *testemunho normativo* está muito preso aos regimes de verdade, à crença na objetividade e a todos os protocolos do paradigma informacional, servindo a um tipo de jornalismo dogmático, o *testemunho narrativo* nos interessa aqui exatamente pelo seu avesso, por valorizar os fragmentos, o lacunar, os “instantes de verdade” que se revelam no subjetivo com toda a carga afetiva inerente às situações de sofrimento (PERES, 2017, p. 122).

Dessa forma, a autora defende que o testemunho não fique restrito ao caráter explicativo do jornalismo, a partir do qual “a testemunha possui um lugar pré-definido” na narrativa tendo seu relato configurado apenas como prova de verdade e “registro objetivo de uma experiência”. A partir disso, sugere que o testemunho não seja entendido apenas como matriz de verdade presumida, mas como “matriz de lacuna de verdade”, valorizando o aspecto lacunar que, conforme Agamben (2008), é constitutivo de qualquer relato testemunhal. Por esse viés, o testemunho passa a ser “aquilo que nos aproxima da experiência e do teor de verdade dos fatos sem necessariamente vinculá-los a uma medida objetiva, pelo contrário, relacionando-os a uma composição fragmentada e repleta de subjetividades” (PERES, 2017, p. 110).

Lage (2016) acrescenta que essa abordagem mais sensível daria margem para a manifestação de outras potencialidades do testemunho, como a capacidade de afetação. Além disso, também ressalta o impacto no próprio estatuto da testemunha ocular, figura tão recorrente no jornalismo e, usualmente, atrelada às provas de verdade.

Essa dimensão afetiva, por sua vez, reconduz os sentidos tanto do testemunho ocular, quanto da encarnação do testemunho em direção às questões de ordem política e, ao mesmo tempo, afetiva, relativas ao testemunho midiático. Por um lado, o estatuto da testemunha ocular se transforma, ainda em um terceiro aspecto: a suposta objetividade e mesmo passividade do olhar é substituída pela inscrição daquele que testemunha, de modo que a presença do corpo atue menos em termos de atestação da verdade do que como possibilidade de afetação – primeiro daquele que se deixa tocar pela testemunha, depois daquele que é convocado a testemunhar através da mídia. Por outro lado, a inscrição e performance, dos corpos na cena do acontecimento fornece as condições para que haja um apelo à responsabilidade e, no limite, um engajamento para com aqueles que prestam testemunho (LAGE, 2016, p. 30).

Entretanto, a concretização dessas potencialidades do testemunho está atrelada ao tratamento concedido pelo jornalismo a esses relatos. Um dos fatores que impacta se o testemunho terá apenas o caráter de verdade ou também a capacidade de afetar a audiência e incentivar o engajamento é o modo como o jornalismo se apropria desse testemunho.

Considerando a televisão não só como um meio que veicula esses testemunhos, mas como uma instância com especificidades próprias que organiza, seleciona, prepara os sentidos e determina papéis a serem desempenhados, pontuaremos algumas questões dos modos de narrar em telejornalismo.

### 2.3 O TESTEMUNHO NO TELEJORNALISMO: O LUGAR DA EXPERIÊNCIA E OS PADRÕES RECORRENTES

Partimos da afirmação de Becker (2016, p. 15) de que o telejornalismo vive um momento de “clara tendência de valorização do testemunho nos noticiários”. Uma das razões apontadas para essa maior convocação é a necessidade de acompanhar as transformações da tecnologia digital, que vem impactando tanto na linguagem mais leve e coloquial,

como em novas formas de interação com o público, ampliando as entradas ao vivo, investindo em formatos de conversações mais flexíveis entre âncoras, repórteres e audiências (...) incrementando suas relações com as redes sociais (...) e, especialmente, abrindo espaços para a participação das audiências como colaboradoras do noticiário televisivo (BECKER, 2016, p.14).

A autora ainda pontua que todo esse cenário propiciou uma nova forma “de perceber e relatar experiências e acontecimentos”. Ainda que nossos casos de análise sejam anteriores ao COVID-19, precisamos salientar o quanto essas modificações que vinham, aos poucos, diminuindo a rigidez do telejornalismo foram aceleradas pela pandemia. Em estudo recente a respeito da cobertura sobre o coronavírus realizada pelo programa Fantástico, Becker (2021) concluiu que a linguagem audiovisual foi reconfigurada, sendo estabelecidas novas formas de narrar a partir de dispositivos móveis e videoconferências, incrementando ainda mais a participação dos telespectadores como produtores de conteúdo e normalizando uso de imagens amadoras. Para a autora, “tais estratégias exploraram a emoção e a subjetividade, sinalizaram um hibridismo de linguagens de narrativas não ficcionais e ficcionais e reafirmaram a centralidade do telejornalismo” (BECKER, 2021, p. 8).

Em coberturas como as realizadas sobre a pandemia ou em acontecimentos trágicos, o caráter emocional é, geralmente, bastante evidente. Entretanto, a emoção faz parte da televisão, ao ponto de ser considerada uma das características que a constituem. Alguns autores justificam essa concepção pela questão da imagem como “excelente vector de

emoção” (JESPERS, 1998, p. 72), outros pelo modo de narrar, ancorado em uma “narrativa emocional” com “propensão ao drama e à serialidade” (COUTINHO, 2012, p. 55). A TV ainda pode ser vista como uma “tecnologia de intimidade – uma máquina que funciona pela aproximação dos telespectadores” conforme lembra Gadret (2016, p. 69) a partir das contribuições de Kavka (1998).

Mais do que atributos isolados, Gadret (2016, p. 171) defende que o papel da emoção é ainda mais profundo, na medida em que “as qualidades estéticas da televisão acionam a emoção como eixo de produção de sentidos. Nesse processo, a emoção organiza o enquadramento da reportagem por meio da articulação de uma avaliação moral”. A autora esclarece que a emoção pode ser introduzida, reforçada ou autenticada, dependendo da forma como a narrativa articula as dimensões verbais e audiovisuais (planos, edição, som) e mobiliza sujeitos.

Ainda que esse mecanismo emocional permeie toda a construção narrativa em telejornalismo, pontuamos que alguns lugares são mais predispostos e tem maiores permissões para a expressão da emoção. É o caso de quem se manifesta do ponto de vista da experiência. Essas pessoas são chamadas de muitas formas pelo telejornalismo: pessoas comuns, sujeitos comuns, anônimos, cidadãos, populares, personagens, cases. Obviamente, nem todas as manifestações provenientes desses grupos podem ser consideradas como testemunho. Entretanto, de maneira muito frequente, são deles que partem os depoimentos baseados na experiência. Até porque as outras fontes, que possuem reconhecimento por sua autoridade ou seu conhecimento, são convocadas para desempenhar outros papéis.

Além disso, também costumam ser privilegiadas pelo jornalismo por possuírem uma “credibilidade presumida” e serem vistas como mais confiáveis, supostamente, porque não poderiam mentir de maneira deliberada (WOLF, 2012). Gonçalves (2014, p. 94) acrescenta, nesta questão, o ponto de vista das rotinas produtivas, interessante para pensar o telejornalismo. Em um contexto de crescente precariedade do trabalho e enxugamento das redações (redução de vagas e acúmulo de funções, por exemplo) aliado às exigências de velocidade do contexto digital, as fontes já respeitadas também seriam priorizadas porque atenderiam melhor “às exigências do modelo e das rotinas de produção”, segundo a autora.

Fora desse círculo de notoriedade, estão as pessoas comuns. Emerim (2012, p. 118) pontua que “na crença jornalística, o testemunho do anônimo, a pessoa comum, instrumentalizaria a mídia a respaldar seus argumentos”. Bruck (2012, p.68) também compartilha de posicionamento semelhante, ressaltando a recorrência da figura do “case” ou do “personagem” no telejornalismo diário:

[...] ter personagem é obrigatório. Afinal, alguém precisa dar legitimidade à história contada. Creio que não é exagero dizer que, muitas vezes, a produção dos telejornais gasta mais tempo tentando encontrar uma boa alma que topa gravar que vive esta ou aquela situação do que estruturar a pauta a partir das informações essenciais (BRUCK, 2012, p. 68).

Esse papel de servir como “álibi” para autenticar a narrativa também é identificado por Charaudeau (2010, p. 194). As entrevistas de testemunho ainda seriam mais fragmentadas (menor tempo de duração) e permitiriam apenas dois tipos de manifestação: como observador ou vítima de algum acontecimento. Esse caráter mais instrumental, usado para atestar a narrativa, transformaria os entrevistados em “seres sem rosto, indivíduos sem personalidade, sem afetividade, sem opiniões, sem outra identidade a não ser a de testemunha”. A eles, caberia apenas relatar “o que viu-ouviu e nada mais”. Gutmann, em estudo sobre a linguagem televisiva, também analisa os lugares destinados aos cidadãos comuns nos telejornais, apontando três possibilidades:

a de ator da ação, a figura do participante direto do acontecimento ou o personagem construído para ilustrar determinado fato (recém formado que ilustra o número de jovens em busca do primeiro emprego, por exemplo); a de testemunha, quando é um observador do acontecimento e atua na reportagem de modo a relatar o que viu; e a voz popular, quando aparece como mera audiência, sujeito comum que credencia o que se diz na notícia, estratégia cunhada de povo-fala ou fala-povo (GUTMANN, 2014, p. 80).

Embora fale de outra perspectiva, a de dramaturgia do telejornalismo, Coutinho (2012, p. 151) também chegou a conclusões semelhantes ao pesquisar a narrativa do Jornal Nacional (Rede Globo) e do Jornal da Cultura (TV Cultura). A autora apontou que “populares” e “cidadãos comuns” são acionados “quando exemplificam alguma situação-problema ou oferecem alternativas de solução” ou relatam uma experiência vivida a partir de “aspectos pessoais, privados e quase sempre emocionais”. Com uma maior ou menor variação, o que todos esses autores apontam é a existência de um lugar pré-determinado a ser ocupado por essas pessoas que narram suas experiências. Ou seja, há um padrão de testemunho no telejornalismo que é centrado na figura da testemunha ocular (que atesta e confirma o que viu) ou na vítima (que sofre).

Entre as duas posições, o papel de vítima é a que apresenta mais complexidades, especialmente quando se configuram na televisão, já que a TV possui a capacidade de “reconfigurar novos modos de proximidade e sensibilidade em relação ao sofrimento (CHOULIARAKI, 2009, p. 178). Lage (2016, p. 50) em estudo sobre os testemunhos de

sofrimento nas narrativas telejornalísticas, pontua a ascensão da figura da vítima na televisão (seja na ficção ou no telejornalismo).

Outrora considerada inocente e passiva, a vítima tornou-se, em nosso tempo, categoria social e cultural das mais relevantes, a qual, ao despertar grande interesse das narrativas midiáticas, evidencia uma face ambígua e até controversa: reveste-se de uma força potencialmente política que ora resiste à coisificação, ora serve a certa lógica instrumentalizadora do sofrimento. A notabilidade da vítima realça sua centralidade para o regime midiático, mas sob a ambiguidade de se tornarem objetos dos discursos miserabilistas ou de assumirem uma capacidade real de agenciamentos (LAGE, 2016, p. 50).

O autor chama a atenção para duas posições antagônicas que circundam o testemunho do sofrimento. Se por um lado, o relato das vítimas pode ficar centrado no lamento, no sofrimento, no drama; por outro, pode ser acionado de forma a incentivar sentimentos que predisponham à mobilização social, colaborando para a caracterização e discussão de questões públicas. O que demonstra a importância da reflexão sobre os modos como esses testemunhos são apropriados pelo jornalismo.

Pela perspectiva antropológica, as vítimas não são criadas imediatamente em virtude da ocorrência de um acontecimento. Isto é, não são produzidas por fatos (FASSIN, 2016), mas por processos de construção sociais e históricos (SARTI, 2011; VECCHIOLI, 2013). Por esse viés, a categoria da vítima não é universal e não corresponde a uma condição única e cristalizada. Pelo contrário, é mutável, construída, alvo de disputa e sempre atrelada às condições históricas e sociais. Tendo como referência os processos de reconhecimento das “vítimas de terrorismo de estado”, na Argentina, Sarti (2012, p.2) lembra que identificar uma vítima como tal diz respeito não só ao reconhecimento público do sofrimento, mas também “faz parte dos anseios de democracia e justiça (...) e remete à responsabilização social pelo sofrimento em face de experiências de violência”. E o fato de a mídia ser uma importante esfera do espaço público, faz com que o jornalismo também participe desse processo de configuração de vítimas, tanto pela visibilidade que concede às vítimas, quanto ao modo como as caracteriza e as posiciona na narrativa.

Então, um primeiro questionamento é sobre quem é considerada vítima pela narrativa; o segundo, é como essas vítimas são caracterizadas. Antunes e Caldeira (2017, p. 36), em análise sobre as construções narrativas de violência contra a mulher, salientam que as vítimas são retratadas de duas formas opostas: “as ‘boas vítimas’, aquelas apontadas no relato jornalístico como não merecedoras da morte que sofreram, e as ‘más vítimas’, aquelas cujas

ações, encadeadas narrativamente, culminaram em sua própria morte”. Vecchioli (2018, p. 19), embora se manifeste a partir de outro tema (vítimas de terrorismo) também identifica classificação semelhante. Para a autora, as “vítimas boas” são as que “merecem ter a condição de vítima”, ou seja, merecem ter seu sofrimento reconhecido. Trata-se do “diferente status moral das vítimas”. Chouliaraki (2009, p. 181) explica que qualquer narrativa aponta para um “horizonte moral”, sugerindo “uma postura normativa ao sofrimento”. Na medida em que indica como o sofrimento e as vítimas devem ser vistas, a narrativa também “atribui ao telespectador a posição de sujeito moral, de testemunha que se sente levada a agir sobre o sofrimento”.

A partir dessas questões, consideramos que o chamado potencial político do testemunho passa, também, pelo potencial político do próprio jornalismo que, ao narrar aponta, organiza, hierarquiza e direciona ao modo como as vítimas e os seus sofrimentos devem ser vistos.

### 3 A URGÊNCIA E A COBERTURA DE TRAGÉDIAS EM TELEJORNALISMO

Neste capítulo, discutiremos as diferentes denominações que os grandes acontecimentos costumam receber por parte das coberturas. A partir disso, refletiremos sobre o sentido atual de tragédia no jornalismo, abordando o contexto, as características das coberturas de tragédia nas primeiras 24 horas e a urgência como desorganizadora de rotinas e práticas. Por fim, apresentaremos as questões metodológicas e as operações analíticas.

#### 3.1 AS DENOMINAÇÕES DA COBERTURA: O QUE É O TRÁGICO NO JORNALISMO?

Catástrofes, tragédias, desastres, crimes, acidentes. Todas essas palavras fazem parte do vocabulário jornalístico e são acionadas para identificar acontecimentos que desestabilizam e rompem com a ordem esperada. Em um momento de desordem, denominar significa indicar sentidos e estabelecer limites de compreensão. Afinal, a “forma de denominar um acontecimento inaugura uma percepção que provavelmente será hegemônica até que as disputas simbólicas em torno dessa nomeação venham (ou não) à tona” (AMARAL, LOZANO ASCENCIO, CRISTOBAL, 2020, p. 129). Nesse sentido, o termo escolhido pode dar ênfase a diferentes perspectivas, já que a

denominação inscreve o acontecimento em determinados campos problemáticos, convoca alguns personagens e argumentos e desfoca outros. O jornalismo tem a possibilidade de nomeá-lo a partir de um enquadramento popular e vulgar (chubarada), a partir de uma classificação técnica (movimento de massa) ou de termos e expressões que já o inscrevem numa determinada ordem imaginária do acontecimento sensacional (acidente, catástrofe, caos, tragédia). Há denominações que dão o sentido da gravidade do evento (emergência climática, crise climática), os que acionam responsabilidades (desastre anunciado) e outros que apresentam os acontecimentos como provocados por forças externas (fatalidade, desastre natural) (AMARAL, LOZANO ASCENCIO, CRISTOBAL, 2020, p. 130).

Apesar de as denominações serem unidas pelo caráter de ruptura abrupta, cada uma delas possui uma origem e remete a universos semânticos distintos. A etimologia grega da palavra catástrofe (*kata* + *strophé*), por exemplo, significa “virada para baixo”, numa ideia de fim subido e quebra de expectativas (CATÁSTROFE, 2022). Já a origem latina da palavra

desastre (*dis + astrum*), alude a “uma desgraça ocasionada por uma influência negativa ou danosa dos astros”, representando um “acontecimento calamitoso que provoca grande prejuízo ou dano” (DESASTRE, 2022). Por sua vez, a palavra tragédia (*tragos + oidea*) remete à tragédia como “peça ou poema com final infeliz” (TRAGÉDIA, 2022).

Como fica claro, apenas a etimologia não dá conta do atual significado de cada termo, até porque nenhum aponta a ação humana como causadora do acontecimento, sempre atribuído a questões divinas, cósmicas ou sobrenaturais dos deuses. Entretanto, algumas camadas de sentidos dessas significações iniciais ainda podem ser vistas. De catástrofe, permanece a questão de desestrutura e danos, como evento que “subverte, transforma, modifica, desequilibra e regenera um estado estável de coisas” (LOZANO ASCENCIO, 1995, p. 91)<sup>12</sup>.

O termo desastre também segue nessa direção, porém com um pouco mais de detalhamento por ser utilizado por órgãos de prevenção e mitigação de desastres, como a Defesa civil. O departamento define-o como o “resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema (vulnerável), causando danos humanos, materiais e/ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais” (CASTRO, 1998, p. 52). Visto por outras perspectivas, a ênfase recai sobre as questões sociais. Valencio (2014, p. 22) compreende o desastre como uma crise de natureza sociopolítica viabilizada por diferentes vulnerabilidades, que ainda possui como forte elemento o sofrimento social provocado.

O termo tragédia também mantém de sua origem teatral a ideia de ruptura, mas a partir de uma vertente emocional, de reconhecer “a transformação da felicidade em infelicidade” (SELIGMANN-SILVA, 2018, p. 92). Em reflexão sobre os usos atuais da palavra, Cortella (informação verbal<sup>13</sup>) pontua que o sentido utilizado atualmente é equivocado

Do ponto de vista conceitual, tragédia é tudo que nos ocorre e que não poderíamos impedir, por estar além das forças humanas, como por exemplo, um tsunami, um terremoto [...]. No campo da filosofia, tudo que poderia ter sido evitado ou resultou de descaso ou equívoco humano é um drama e não uma tragédia. Um terremoto é trágico, mas a ausência de meios de alerta e proteção em algumas regiões do planeta é dramática [...]. A ideia de tragédia, neste caso, traz a marca incorreta do inevitável, reduzindo as responsabilidades de quem, de fato, as tem.

<sup>12</sup> Tradução nossa: “subvierte, transforma, cambia, desequilibra y regenera un estado de cosas estable”

<sup>13</sup> Fala do prof. Mário Sérgio Cortella, em vídeo postado em página pessoal no Facebook. Disponível em <https://www.facebook.com/watch/?v=544979919353035>. Acesso em 03/10/2022.

Sob essa ótica filosófica, as nossas coberturas de análise não seriam tragédias, mas dramas, justamente porque poderiam ter sido evitadas. E considerando que a denominação pode “suavizar um acontecimento, dotá-lo de dramaticidade, ou configurá-lo no âmbito [...] da busca pela justiça” (AMARAL, LOZANO ASCENCIO, CRISTOBAL, 2020, p.130), a referência ou não às responsabilidades costuma estar no centro das disputas. É o que ocorre no caso Samarco, chamado pela mídia de “acidente”, “incidente”, “desastre” e “tragédia de Mariana”. Formas que não aludem à responsabilização da empresa e, por isso, causam desconforto entre as comunidades, que preferem a nomenclatura de “crime socioambiental”. Outra questão, é a referência ao local onde ocorreu o acontecimento, o que poderia provocar a estigmatização da cidade. No incêndio da boate Kiss, também houve incômodo semelhante com a denominação “tragédia de Santa Maria” (grifo nosso) utilizada, especialmente, no primeiro dia de cobertura.

Todas essas ponderações nos levam a refletir sobre o conceito atual de tragédia para o jornalismo. Ribeiro e Sacramento (2014, p. 55), ressaltam que a tragédia é

na cultura contemporânea, o nome comum usado para designar acontecimentos que levam pessoas ao sofrimento e à morte imprevista, fatos que irrompem com violência no curso da vida e que são impossíveis de serem totalmente controlados e evitados. O acidente aéreo, a catástrofe natural, o assassinato, a chacina, o incêndio, a colisão numa estrada, o estupro, o vício em drogas em alguns acontecimentos, em geral, assim entendidos.

Os exemplos mostram o quão amplo é o entendimento de tragédia, o que sugere uma banalização do termo. Ribeiro e Sacramento (2014, p. 55) ainda buscam em Williams (2002) o argumento de que a “vulgarização da noção de tragédia demonstra uma necessidade de reconhecer que determinadas experiências sociais têm sido vivenciadas como trágicas”. Em relação aos nossos três casos, consideramos que o caráter trágico está na magnitude dos acontecimentos (e suas consequências) e nos aspectos de ruptura, falha e negligência humanas. Outro elemento importante é o caráter inesperado da morte. Antunes (2012, p. 49) lembra que a morte é um acontecimento jornalístico por excelência, devido ao seu caráter disruptivo: “seja qual for a modalidade, a cobertura jornalística da morte e do morrer se mostra intermitente”. Contudo, por que alguns casos ganham mais repercussão e destaque que outros? O autor nos lembra que nem todas as mortes são iguais.

Vê-se pois que há mortes e que há óbvias distinções dos corpos no seu processo de morte quanto o interdito de sua aparição; pode revestir-se de aspectos sensacionais e chocantes quanto a dimensões familiares e paroquiais; pode pertencer à esfera do pessoal quanto implicar a rotina de muitos em rituais midiáticos como a morte de celebridade; a

significação do morrer pode se reportar às dimensões do privado ou adquirir inauditas dimensões públicas (ANTUNES, 2012, p. 67).

Complementamos esse entendimento com a reflexão de Carvalho e Leal (2017, p. 293) de que “o jornalismo é parte integrante dos modos de dar inteligibilidade à morte e aos jeitos de morrer, em articulação com outros processos midiáticos”. Seja denominando os acontecimentos, delimitando sentidos, ou construindo os modos como as vítimas serão vistas, “o jornalismo parece contribuir decisivamente para a visibilidade da morte e dos modos de morrer”, como concluem os autores. É sobre esse morrer midiático que se dá em condições muito específicas que nos deteremos no próximo capítulo: a urgência nas coberturas de tragédia.

### 3.2 AS PRIMEIRAS 24 HORAS DAS COBERTURAS DE TRAGÉDIA

*“Porque eu tava trabalhando, aí eu vi um barulho assim... parecia um helicóptero. Eu... [pensei] Gente o que está acontecendo?”*. O testemunho de uma das sobreviventes do rompimento da barragem da Samarco demonstra uns dos maiores desafios das coberturas de tragédias para o jornalismo: compreender o que está acontecendo e articular uma explicação inicial. Por definição, qualquer acontecimento tem uma constitutiva capacidade de ruptura e desestruturação. Porém, as tragédias apresentam um potencial ainda maior, especialmente pelo caráter de surpresa e pela intensidade das discontinuidades que geram.

É, em certa medida, o que explica que ele seja não identificável e incompreensível num primeiro tempo: não se sabe o que se passa porque a serialidade do decorrer das coisas, que configura localmente uma parte do possível, é rompida, e não se compreende o acontecimento porque não podemos ainda inseri-lo num contexto nem considerá-lo como resultado de um encadeamento serial (QUÉRÉ, 2005, p. 63).

Para passar desse nível de abstração conceitual do “acontecimento vivido” para o “acontecimento jornalístico”, resultado da narrativa, é preciso pensar em como “o acontecimento é ‘capturado’ no tempo e pelo tempo (em sua dimensão temporal e de ruptura) e construído (dotando-se – e adequando-se – de sentimentos e nomeações) pelo jornalismo” (BERGER, TAVARES, 2013, p. 130). Também, é necessário pontuar as condições de produção em que esse processo se desenvolve.

As coberturas de tragédia costumam ser pressionadas por um elemento muito específico e definidor: a urgência. Osório (2018, p. 26) faz um cruzamento entre acontecimentos extraordinários e urgência, e ressalta que as chamadas *breaking news* testam “a habilidade desenvolvida historicamente pelo jornalismo de controlar os acontecimentos”. E isso se deve tanto ao caráter do acontecimento, cujo “grau de extraordinariedade ultrapassa a capacidade dos jornalistas de buscar, no passado, subsídios para entender e controlar o que está acontecendo no presente”, quanto pela urgência, que diminui o tempo disponível para a tomada de decisões (OSÓRIO, 2018, p. 29). O autor ainda acrescenta outro componente: comoção. Baseado em Lund e Olsson (2005), considera que os eventos extraordinários

trazem consigo não apenas um fato novo. Eles fazem emergir uma novidade carregada de tensão, uma urgência capaz de afetar a vida de todos, com elevado interesse público e possuidor de um caráter potencialmente comovente. Por isso, capaz de mexer com os sentidos de quem é afetado por esses eventos (OSÓRIO, 2018, p. 32).

Isto é, aproximando o conceito de *breaking news* com as coberturas de tragédia, consideramos que ambas são narrativas que se desenvolvem sob pressão, seja em decorrência da desestruturação do acontecimento, da velocidade imposta pelo caráter de emergência ou do impacto emocional. Esse cenário reflete nas formas como as tragédias são narradas. Amaral (2020, p. 130) lembra que o aspecto temporal incide de muitos modos sobre o jornalismo: “há o tempo da produção da matéria jornalística, há a pressão do tempo na veiculação da informação e há a inscrição do tempo na narrativa do acontecimento”. Entretanto, na tragédia, esses tempos parecem perder os contornos de forma a ocorrerem, em certa medida, simultaneamente.

A partir da experiência de pesquisas desenvolvidas na Espanha e no México, Lozano Ascencio e Toussaint Alcaraz (2019, p. 124)<sup>14</sup>, chegam a dizer que “o jornalismo de catástrofe, no fundo, também é uma catástrofe, porque os repórteres tecem juízos de valor antes de explicar ou descrever o que acontece. Tudo é feito, exceto informar corretamente (simples, direto e confirmado em provas)”. Ainda que se possa questionar essa visão objetiva de “informar corretamente” em um ambiente de caos, a afirmação chama a atenção para a desestruturação que atinge não só ambiente e pessoas afetadas, mas, também, o próprio jornalismo.

---

<sup>14</sup> Tradução nossa: el periodismo de catástrofes, en el fondo, también es una catástrofe, debido a que hay reporteros que valoran antes de explicar o describir lo que sucede. Se hace de todo, menos informar de manera correcta (sencilla, directa, contrastada).

As primeiras horas após a irrupção costumam ser as mais instáveis para a cobertura, porque é nos momentos iniciais que todas essas variáveis que compõem as narrativas de tragédia estão exacerbadas, rompendo com os padrões usuais. As rotinas de apuração estão entre as mais afetadas, não só pelos fatores que já abordamos, mas também pela dificuldade de acesso às fontes responsáveis pela investigação e pela proliferação de informações desencontradas. Além disso, há de se considerar que as especificidades de cada acontecimento podem agravar esse processo.

Geralmente, a apuração começa com a observação do repórter no local do fato. Entretanto, às vezes, as consequências são tão grandes que impedem o acesso dos jornalistas às áreas. Todas essas circunstâncias explicam o porquê de essas coberturas serem como são:

discursos genéricos e amplos que descrevem com certa clareza o que aconteceu; sua estrutura descritiva se caracteriza por um *gotejamento* esporádico de dados que, com o passar do tempo, chega a se converter em uma grande quantidade de informação pela acumulação, percepção e compreensão a respeito do que ocorreu ou está ocorrendo. (...) à testemunha ou ao jornalista que tem a oportunidade de elaborar um relato não é possível fazer outra coisa nesses momentos a não ser descrever os aspectos mais superficiais, chamativos do transtorno (LOZANO ASCENCIO, SÁNCHEZ CALERO, MORALES CORRAL, 2017, p. 25)<sup>15</sup>

Assim, “a cobertura tem o compromisso de dar uma explicação provisória para o ocorrido até que outros elementos sejam apurados e haja uma reconstituição de fato adensada por diversos dados e depoimentos” (AMARAL; LOZANO ASCENCIO, 2016, p. 248). E os testemunhos participam dessa configuração. Diferentemente da cobertura de normalidade, na qual predominam as fontes oficiais, os testemunhos ascendem nas situações de tragédia. Em meio a todas as dificuldades de apuração, os relatos baseados na experiência de quem vivenciou o acontecimento em algum grau representam um “ponto de segurança” em meio ao cenário de instabilidade.

E, por mais que se trate de “um relato simultâneo ao acontecimento, com características efêmeras e fragmentadas e sem a pretensão de reconstituir a história como um todo” (AMARAL, 2013, p.187), a narrativa vai sendo configurada à medida que o jornalista acumula testemunhos de pessoas com diferentes graus de envolvimento com a tragédia. Como

<sup>15</sup> Tradução nossa: “son discursos genéricos y muy amplos que describen, con meridiana claridad, lo sucedido; su estructura descriptiva se caracteriza por ser un esporádico goteo de datos que, con el paso del tiempo, llega a convertirse en un gran torrente de información que desborda, por acumulación, la percepción y comprensión de lo que la percepción y comprensión de lo que realmente ha habido y está ocurriendo;(…) El testigo presencial o periodista que tiene la oportunidad de elaborar un relato, porque no es posible hacer otra cosa en esos momentos, describe los aspectos más superficiales, llamativos, e incluso estáticos de lo que ha sucedido em el centro del transtorno”.

pontua Charaudeau (2010, p. 216), “a entrevista de testemunho é um gênero que se presume confirmar a existência de fatos (...) trazendo uma prova de autenticidade pelo visto-ouvido-declarado”.

Além de produzirem um importante efeito de verdade para a cobertura jornalística, o testemunho, por vezes, é a única fonte de informação disponível no momento. O que traz outra questão a ser pensada: a confiança nesse relato. Amaral (2015, p. 250) pondera que “o testemunho parece ter sempre a chancela de autenticidade, mas não tem *a priori* rigor metodológico ou compromisso com a verdade”. Esta é uma função que cabe ao jornalismo. Casadei (2014, p. 220) considera que a verificação do testemunho esvaziaria o seu principal estatuto, a confiabilidade presumida. “O testemunho, confirmado pelas provas de verdade, já não é um testemunho: ele se transforma em uma outra coisa, ligada a um conhecimento supostamente demonstrável”, pontua a autora. Pensando no jornalismo, cuja atividade essencial é a apuração, verificar o testemunho não nos parece um contrassenso, mas uma questão a ser problematizada.

Na cobertura de grandes acontecimentos trágicos, temos exemplos de testemunhos veiculados pela televisão e, posteriormente, descobertos como falsos. É o caso do acidente aéreo envolvendo o então candidato à presidência da república em 2014, Eduardo Campos. O reconhecimento do político só foi possível por meio da análise de DNA. Contudo, nas primeiras horas após o acidente, durante uma entrada vivo<sup>16</sup>, no Jornal Hoje, uma suposta testemunha do acidente contou ao repórter José Roberto Burnier que havia encontrado o corpo do candidato. Vestido com um macacão que aparentava ser de socorrista, usando luva cirúrgica e máscara descartável, o estivador Donizete Júnior afirmou: “*Foi uma cena lamentável, uma cena muito triste que eu vi, vários corpos espalhados, inclusive um dos corpos era do candidato Eduardo Campos*”. Neste momento, ele é interrompido pelo jornalista, que pergunta: “*Você viu?*”; ao que responde: “*Cheguei a abrir o olho dele, o olho verde, azul. Eu não acreditei, fiquei estarecido*”, declarou ao repórter. Dias depois, o falso testemunho foi descoberto e o caso ganhou repercussão na internet. O estivador chegou a ser entrevistado em reportagens de jornais impressos e sites (não na TV Globo) sobre os motivos de ter mentido, afirmando: “*Eu fantasiei aquilo. Fui pressionado a responder. Todo mundo*

---

<sup>16</sup> A entrada ao vivo com o testemunho do estivador está disponível no link <https://globoplay.globo.com/v/3561331/>. Acesso em: 05/10/2022.

*ali, menos a imprensa, sabia que ninguém havia sobrevivido na queda. A primeira coisa que pensei foi nos olhinhos dele*<sup>17</sup>.

Este caso é muito representativo, porque reúne os três elementos que tensionam o jornalismo: a tragédia, a urgência e o ao vivo. Além disso, demonstra a insuficiência das rotinas produtivas e a fragilidade do trabalho jornalístico nestas situações. Destaque para a justificativa da falsa testemunha, ao dizer que todo mundo sabia que ninguém havia sobrevivido, “*menos a imprensa*”. O desafio, ponderamos, é como fazer essa confirmação do testemunho durante a cobertura de tragédias, cujas condições de produção são tão adversas. Muitas vezes, o trabalho jornalístico realiza-se em meio ao desenrolar do acontecimento, quando nem mesmo as autoridades responsáveis pela investigação têm condições de oferecer informações estabilizadas.

É por isso que, nesses casos, sugerimos que jornalismo continua vendo o testemunho como confiável, porque depende dele para sustentar seu trabalho. Se, na cobertura diária, a prática profissional demonstra que o testemunho é amparado por provas ditas mais concretas (documentos, indícios, gravações); na cobertura de tragédias, o relato testemunhal não é contestado ou verificado, especialmente se a transmissão for em tempo real. Nesse contexto, o jornalismo parece ficar dependente do compromisso da testemunha em falar a verdade, de fato.

Tão necessário quanto estabelecer uma compreensão do que ocorreu, é delinear a dimensão humana da tragédia. Nesse ponto, os testemunhos são imprescindíveis. Quem mais poderia falar sobre o drama da sobrevivência ou a dor da perda de familiares a não ser quem está passando por isso? Pantti e Wahl-Jorgensen (2007, p.5)<sup>18</sup> afirmam que a cobertura de desastre é “emocional por natureza, tanto se for focada nas emoções dos indivíduos diretamente afetados pelas tragédias como nas emoções coletivas da comunidade que reage às adversidades de outros como eles”. Concordamos que a emoção é constitutiva da tragédia; entretanto, considerando que as emoções estão ligadas a saberes de crença, valores e princípios de cada sociedade (CHARAUDEAU, 2010), acrescentamos que o modo e a ênfase no relato da emoção estão ligados à configuração dada pelo trabalho jornalístico. Ainda que não se refira ao trabalho jornalístico, Pierron (2010) explica que

---

<sup>17</sup> Segundo reportagem da Folha de S. Paulo, disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/181410-estivador-diz-que-fantasiou-sobre-campos.shtml>. Acesso em 05/10/2022.

<sup>18</sup> Tradução nossa: “Disaster coverage is emotional by nature, whether it focuses on the emotions of individuals directly affected by the tragic events or the collective emotions of the larger community reacting to the misfortunes of others like them”.

[...] a testemunha parece ser nosso repórter sem fronteiras, aquele que atesta o real a cada vez que ele passa do limite. Está assim na vanguarda de nossa humanidade, fazendo com que nos espantemos com o que ela viu, ouviu, com o que ela atesta, a ponto que acabemos por despertar do nosso sono pragmático, dizendo: ‘É impensável, eu não acreditava que isso pudesse existir!’ A testemunha permite a cada um, desse modo, elaborar uma sutura personalizada entre uma informação do mundo e sua história singular (PIERRON, 2010, p. 18).

Para isso, é comum as coberturas valorizarem “rostos, gestos, nomes próprios, expressões de dor, imagens de vítimas que dão um caráter humano e pessoal para todas as catástrofes e auxiliam na compreensão do acontecimento (AMARAL, LOZANO ASCENCIO, 2016, p. 249). A personalização da tragédia também ocorre pelo narração da história de vida das vítimas, que relembra características, sonhos e superações até o momento do acontecimento. Uma estratégia de “individualização da morte que reforça a familiarização com o morto, possibilitando a consternação coletiva” (RIBEIRO, SACRAMENTO, 2014, p.63). Essas formas de afetação costumam ter diferentes enfoques ao longo da cobertura. Silva, Batista e Souza (2019, p. 81), lembram as fases emocionais identificadas por Pantti e Wahl-Jorgensen (2011).

A primeira está marcada pelo ‘discurso do horror’, que aborda as consequências da tragédia (morte, destruição).  
A segunda se caracteriza pelo ‘discurso de dor’, concentrado nas vítimas e suas famílias, cujos testemunhos fazem, por sua vez, emergir um ‘discurso da empatia’.  
Por último aparece a fase ‘do discurso da fúria’, que exige responsabilidades.

Consideramos que o testemunho de vítimas e pessoas afetadas pelas tragédias pode contribuir com todas essas etapas da cobertura, inclusive nas que dizem respeito a posturas mais ativas e de questionamento. Como já apontado em outros trabalhos, há muitas possibilidades de se configurar uma tragédia, e as falas das vítimas têm uma importância central (AMARAL, MOTTA, 2017). Entretanto, cabe ao jornalismo autorizar que elas desempenhem papéis que excedam a experiência individual.

### 3.3 QUESTÕES METODOLÓGICAS

#### 3.3.1 Definição do *corpora* de pesquisa

Nossa análise empírica será realizada por meio de três acontecimentos: o incêndio da boate Kiss em Santa Maria (2013), o rompimento da barragem de rejeitos de minério da Samarco em Mariana (2015) e o acidente aéreo com a delegação da Associação Chapecoense de Futebol em Medellín, na Colômbia (2016). Os casos foram escolhidos devido ao caráter trágico e à repercussão que tiveram não só no país, mas também no exterior. Pelo fato de serem acontecimentos de diferentes ordens, acreditamos que oferecem potencial analítico para refletirmos não só sobre os usos do testemunho, mas também sobre o quanto os testemunhos e as coberturas impactam-se mutuamente, na medida em que as práticas jornalísticas são tensionadas.

Em relação ao período temporal, escolhemos as primeiras 24 horas de cobertura por entendermos que é na urgência que o jornalismo tem seus procedimentos tensionados. Nestes momentos iniciais após as tragédias, as rotinas produtivas são impactadas tanto pelo aspecto desestruturador do próprio acontecimento, como também pelo caráter imprevisto da tragédia. Além disso, optamos por esse período porque nos interessa observar o testemunho que é convocado pelo telejornalismo no momento no qual o acontecimento ainda se desenvolve. Nossa tese é de que é, justamente, em decorrência das limitações, da cobertura ao vivo e das condições de produção adversas propiciadas pelas especificidades do acontecimento no momento de urgência, que o telejornalismo permite que os testemunhos excedam as funções usuais. Com o passar do tempo e à medida em que se consegue estabelecer uma certa compreensão do caso, as incertezas diminuem e as práticas acabam retornando à normalidade (MOTTA, 2016).

Optamos pela cobertura televisiva por concordarmos com a afirmação de que “apesar do aumento do acesso à internet e da possibilidade de interação com a TV *on demand*, a experiência cotidiana tem sido elaborada, especialmente, pela televisão e pelos telejornais” (BECKER, 2016, p.31). Já a escolha pela Rede Globo foi norteadada por dois fatores que dizem respeito à localização geográfica dos acontecimentos e abrangência da emissora. Como dois de nossos casos ocorreram em diferentes estados do país e um deles no exterior, consideramos que uma emissora de alcance nacional possibilita olhar para a cobertura a partir de um mesmo parâmetro. Embora a Rede Globo possa ser questionada em diversas questões editoriais e políticas, a emissora é a que possui a maior estrutura de rede com mais de 120 emissoras (entre próprias e afiliadas) e mais de 700 equipes de reportagens espalhadas pelo país<sup>19</sup>. Além disso, em seu site institucional, afirma ser líder de audiência na televisão aberta e atingir 98,6% dos municípios brasileiros. Tendo em vista que “a televisão ainda é a principal fonte de

---

<sup>19</sup> De acordo com informações institucionais disponíveis em: < <https://grupoglobo.globo.com/quem-somos/>>

informação (...) para a população brasileira (BECKER, 2016, p. 43) e, conseqüentemente, o meio primordial de contato com a cobertura de grandes acontecimentos, consideramos relevante escolher a emissora que possui a maior abrangência. Acrescentamos, ainda, que a nossa experiência profissional em uma de suas afiliadas (RBS TV), durante dez anos, proporcionou certa familiaridade com as rotinas produtivas e organização da Rede Globo.

Mesmo com a consciência de que as coberturas de grandes acontecimentos não ficam restritas aos telejornais, expandindo-se para os programas de entretenimento e até mesmo para os intervalos comerciais, elegemos para observação apenas os programas considerados jornalísticos. Para esse recorte, usaremos o critério da emissora que, no site do seu repositório *Globo Play*<sup>20</sup>, apresenta os programas divididos em nove categorias, entre elas “jornalismo”.

Assim, definimos como marco inicial para a nossa busca o primeiro “programa de jornalismo” (segundo categorização do repositório *GloboPlay*) a abordar cada caso a partir do horário de irrupção de cada acontecimento. A partir desse primeiro programa, contamos 24 horas e incluímos os outros programas exibidos nesse período. Como o incêndio da boate Kiss ocorreu em um domingo, incluímos o programa *Esporte Espetacular*, pois, apesar de estar na categoria “esporte”, o programa foi transformado em jornalístico e deu início à cobertura ao vivo do caso. Com isso, nosso conjunto de programas ficou composto da seguinte maneira:

#### Quadro 1: Composição do *corpora* de pesquisa

---

<sup>20</sup> Temos consciência de que o *GloboPlay* é um repositório privado e, portanto, submetido aos interesses comerciais e empresariais da emissora. Logo, não há o compromisso de exibir na íntegra a programação veiculada ao vivo sem cortes ou edições. Um exemplo disso é o programa *Esporte Espetacular* que, no dia da tragédia da boate Kiss, fez uma edição especial, ao vivo, de três horas e meia de duração. No entanto, apenas três trechos com entrevistas foram disponibilizados no repositório e, posteriormente, retirados. Ainda assim, o repositório é uma importante ferramenta para a pesquisa, já que possibilita o acesso às reportagens após sua veiculação em canal aberto.



Fonte: elaboração própria.

A diferença do número de programas deve-se aos dias de ocorrência dos acontecimentos (aos finais de semana o número de programas jornalísticos é reduzido) e, também, à grade de programação da emissora que sofreu modificações (criação de um novo telejornal, o Hora Um) ao longo do período de quatro anos, no qual ocorreram os casos em análise.

Após essas definições, buscamos no repositório todas as inserções<sup>21</sup> exibidas nas 24 horas dos três casos. Em seguida, selecionamos apenas as quais identificamos a veiculação de testemunhos, considerando-os como a manifestação de fontes que têm visibilidade pelo relato de sua experiência, pois presenciaram o fato, participaram diretamente ou sofreram as consequências dele. Com esses recortes, chegamos ao total de 111 testemunhos, sendo 41 no caso Kiss, 13 no caso Samarco e 56 no caso Chapecoense.

Após a formação do *corpora*, partimos para as explicações a respeito das operações analíticas que empreendemos.

### 3.3.2 Operações analíticas

<sup>21</sup> Utilizamos o termo “inserção” para fazer referência a qualquer formato telejornalístico com a veiculação de testemunho, seja reportagem, entrada ao vivo ou entrevista (em estúdio, gravada).

Nossa análise é inspirada em algumas indicações sistematizadas a partir do que Queré (2005) e França (2011) denominam de individualização do acontecimento<sup>22</sup>. Partimos do pressuposto da individualização de cada acontecimento, entretanto não seguimos toda a indicação metodológica proposta pelos autores, pois tomamos um rumo próprio para responder ao nosso problema de pesquisa.

**O primeiro passo é a descrição de cada acontecimento e da cobertura realizada.** Ainda que nosso objetivo não seja comparar os casos – visto se tratar de acontecimentos muito distintos – defendemos que as especificidades de cada tragédia e da cobertura influenciam nos usos do testemunho. Por isso, pontuamos esses aspectos.

**O segundo passo é a narrativização do acontecimento**, que se constitui por meio da identificação dos agentes acionados pela narrativa. Essa etapa é importante para “perceber a ênfase conferida por ela (quais ações foram privilegiadas?), sua inscrição temporal (...), os agentes que foram privilegiados e seus papéis” (FRANÇA, LOPES, 2017, p. 83). A partir dessa perspectiva, desenvolvemos um roteiro próprio adequado às nossas necessidades e dividido em duas etapas de análise.

Na **primeira etapa da narrativização**, a partir dos testemunhos selecionados na etapa anterior de composição do *corpora* de pesquisa, fizemos a **identificação dos agentes**, ou seja, quem são esses agentes convocados. Também observamos **o grau de proximidade desses agentes em relação ao acontecimento** a partir de três níveis: a) 1º grau: pessoas que têm a maior proximidade, pois resistiram à tragédia e foram atingidas diretamente pelo acontecimento; b) 2º grau: pessoas que não presenciaram o acontecimento, mas foram afetadas indiretamente pela tragédia; c) 3º grau: pessoas que têm a menor proximidade com o acontecimento ou não possuem qualquer vínculo. Fizemos essa distinção por suspeitarmos que as diferentes formas de envolvimento com a tragédia influenciam nas funções a serem desempenhadas pelo testemunho na narrativa jornalística. Ainda quantificamos quais **os testemunhos mais acionados** para identificar as experiências mais valorizadas e autorizadas pela cobertura. Inicialmente, a análise desta primeira etapa seria concluída neste momento.

Entretanto, já em meio ao trabalho e manuseando o *corpus*, começamos a perceber que algumas testemunhas eram nomeadas, e outras, não. Com isso, decidimos inserir na análise **a identificação das pessoas que prestam testemunho**. Aparentemente, trata-se de uma

---

<sup>22</sup> Conforme França (2017), a sistematização da individualização do acontecimento compreende cinco etapas: descrição (características e enquadramentos conferidos ao acontecimento), narrativização (articulação de agentes em diferentes momentos), identificação do plano de fundo pragmático (ações e reações provocadas), caracterização do problema público (como atinge a sociedade) e normalização (queda de interesse pelo acontecimento).

questão simples, a tal ponto que nem mesmo os manuais de telejornalismo costumam abordá-la. Por exemplo, não encontramos nenhuma orientação em Paternostro (1991) e Curado (2002). Nas redações, a prática jornalística ensina a identificar qualquer entrevistado a partir de nome/sobrenome e função (profissão ou cargo ocupado). Mesma orientação encontrada em Jaspers (1998, p.153), que aconselha a anotar “cuidadosamente” nome, sobrenome e a “qualificação que permite avaliar a credibilidade dos seus propósitos ou situá-lo”. Charaudeau (2010, p. 149) aprofunda a discussão ao pontuar que as formas de identificação não só influenciam na credibilidade, como também podem produzir diversos efeitos, por exemplo: efeito de verdade, quando a fonte é identificada corretamente; e efeito de suspeita, quando “a identificação é vaga, anônima ou indireta.” Schimitz (2011, p.15) também vai nessa direção, ao associar a concessão de créditos à ética jornalística, lembrando que identificar corretamente as fontes com “nome (de preferência completo ou como a pessoa é conhecida), status, profissão, cargo, função ou condição e a quem representa - além de orientar o público, dá o crédito a quem se dispõe a colaborar na apuração e produção da notícia”. A partir desses referenciais, observamos a forma como a cobertura identifica as pessoas que compartilham suas experiências.

Na **segunda etapa**, analisamos **as funções dos testemunhos** a partir de dois pontos de observação: dimensão verbal e dimensão audiovisual. Na análise da **dimensão verbal**, transcrevemos o texto que antecede o testemunho e o testemunho em si. Dependendo da duração (o caso Kiss tem entrevistas testemunhais com quase 12 minutos) e do conteúdo, o testemunho pode desempenhar mais de uma função. Por isso, após a transcrição, ainda dividimos cada testemunho em sequências discursivas<sup>23</sup>. Já **na dimensão audiovisual**, observamos o enquadramento<sup>24</sup> de imagem (planos), as características expressas pelas pessoas que prestam testemunho (marcas corporais da tragédia/marcas de emoção) e o uso de imagens (ilustra) apenas durante o testemunho, ou seja, não consideramos a imagem em outros momentos da inserção. Importante salientar que todas as funções são identificadas a partir das relações estabelecidas na narrativa entre as duas dimensões. No entanto, em alguns casos, o

---

<sup>23</sup> Tomamos a expressão emprestada da Análise do Discurso que a considera como um dos procedimentos para rastrear os sentidos em um discurso. Conforme Benetti (2007, p. 113), “para fins metodológicos, chamamos de sequência discursiva (SD) o trecho que arbitrariamente recortamos para análise e depois utilizamos no relato de pesquisa”.

<sup>24</sup> Existem diferentes classificações de enquadramentos; utilizaremos: plano geral (mostra todo o ambiente), plano de conjunto (mostra a pessoa de corpo inteiro), plano americano (mostra a pessoa do joelho para cima), plano médio (mostra a pessoa da cintura para cima), plano próximo (mostra a pessoa do peito para cima), e *close-up* (mostra o rosto).

verbal é mais significativo; em outros, a imagem. Para operacionalizar nosso percurso metodológico, desenvolvemos, também, um protocolo de análise (anexo A).

Após esses dois momentos, passamos para **o terceiro passo** metodológico: **a sistematização das funções** identificadas em cada caso. Considerando as distinções e regularidades entre os casos, desenvolveremos uma tipologia do testemunho na cobertura de tragédias, ressaltando se existem funções que são comuns aos três casos e quais são atreladas às especificidades da cobertura de cada caso ou do próprio acontecimento. Nosso esquema de análise pode ser sintetizado da seguinte maneira:

Quadro 2: Passos metodológicos



Fonte: elaboração própria.

#### **4 O INCÊNDIO DA BOATE KISS**

Neste capítulo, apresentaremos as funções exercidas pelos testemunhos na cobertura do incêndio da boate Kiss. Com isso, demonstraremos o quanto as funções desempenhadas foram influenciadas pelas limitações da cobertura e pela necessidade de sustentar a transmissão ao vivo e de contornar as condições de produção adversas propiciadas pelo acontecimento. Para isso, primeiramente, faremos a descrição do acontecimento e da cobertura. Após, daremos início à narrativização do acontecimento com a apresentação dos graus de proximidade, as denominações atribuídas e as funções identificadas. A partir de então, faremos uma apresentação geral de cada função, salientando o número de ocorrências de cada uma e o momento da cobertura de maior prevalência (transmissão ao vivo ou reportagens gravadas). Após essa explanação inicial, detalharemos cada função com suas particularidades e fatores que justificam nossa tese.

#### 4.1 DESCRIÇÃO DO ACONTECIMENTO

O que era para ser apenas mais uma festa de jovens estudantes, na madrugada de 27 de janeiro de 2013, transformou-se no segundo maior incêndio do Brasil e na terceira tragédia mais letal em casas noturnas do mundo<sup>25</sup>. A boate Kiss, então uma das mais frequentadas de Santa Maria (RS), recebia a festa “Agromerados<sup>26</sup>”, organizada por alunos de seis cursos da Universidade Federal de Santa Maria, com o objetivo de arrecadar dinheiro para a cerimônia de formatura. Uma prática comum na cidade conhecida como universitária, e que tem 32% de sua população formada por estudantes.

O incêndio começou por volta das três horas da madrugada, durante a apresentação da banda “Gurizada Fandanguera”. As chamas iniciaram depois que o vocalista do grupo levantou a mão, com a qual segurava uma espécie de sinalizador. As faíscas emitidas pelo artefato pirotécnico – recomendado apenas para usos em ambientes externos – atingiram a espuma de revestimento acústico do teto. Os músicos interromperam a apresentação, e o vocalista tentou apagar as chamas com um extintor, mas o equipamento não funcionou.

Começava “o filme de terror”, conforme definiu um dos seguranças da boate<sup>27</sup> que ajudou nos resgates. Quem estava perto do palco e enxergou as chamas, conseguiu escapar; mas como a casa noturna tinha mais de um ambiente, muitas pessoas perceberam o incêndio apenas quando a fumaça preta já tomava conta do local. Na fuga, muitos caíram no chão e acabaram pisoteados. Quem conseguia sair, recebia os primeiros atendimentos na rua, que parecia um cenário de guerra: fumaça, jovens sendo reanimados nas calçadas, o vaivém de ambulâncias e corpos cobertos com lonas. Muitos sobreviventes ainda retornaram para o interior da boate para tentar salvar outros jovens. Alguns, não voltaram mais. Segundo o laudo da perícia, a principal causa de morte foi asfixia por gás cianídrico, substância tóxica liberada na queima da espuma.

---

<sup>25</sup> De acordo com a Associação Nacional de Proteção Contra Incêndio dos Estados Unidos (NFPA). A lista dos dez maiores incêndios do mundo em casas noturnas pode ser acessada em <<http://www.nfpa.org/Public-Education/By-topic/Property-type-and-vehicles/Nightclubs-assembly-occupancies/Deadliest-public-assembly-and-nightclub-fires>>

<sup>26</sup> O nome da festa é uma referência ao Centro de Ciências Rurais. A maior parte das turmas envolvidas com a organização do evento é proveniente de cursos desse centro.

<sup>27</sup> O testemunho do segurança Rodrigo Moura foi uma das primeiras entrevistas exibidas, na manhã de 27/01/2013. Foi veiculada, por diversas vezes, em reportagens e entradas ao vivo de diferentes programas da Rede Globo, Globo News e RBS TV, ao longo da cobertura. Um dos links em que ela se encontra disponível é: <<https://www.youtube.com/watch?v=wgepzE2KEaM>>. Acesso em 08/09/2022.

O inquérito policial de 13 mil páginas apontou uma série de fatores que resultaram para o elevado número de mortos, entre eles a lotação da boate; a presença de obstáculos, como grades e barras de ferro que delimitavam as áreas internas e dificultaram a fuga; e, também, o fechamento da única porta da boate por parte dos seguranças, para impedir a saída dos frequentadores sem o pagamento da comanda de consumo. Além disso, a falta de sinalização de emergência contribuiu para que muitos jovens não conseguissem encontrar a saída. Em torno de 180 corpos foram localizados nos dois banheiros da casa noturna. No fim dos resgates, o total era de 233 vítimas. Com a morte de jovens hospitalizados, esse número chegou a 242.

Dois meses após a tragédia, a polícia responsabilizou 28 pessoas pelo incêndio e indiciou 16 criminalmente. Apenas oito pessoas foram denunciadas pelo Ministério Público, sendo quatro por homicídio: os dois sócios da boate Kiss, o vocalista e o *roadie* (assistente de palco) da banda Gurizada Fandangueira. Quase dez anos após o incêndio, o caso ainda não teve uma definição judicial. Em dezembro de 2021, foi realizado um júri, em Porto Alegre, que condenou os réus a penas entre 18 e 22 anos. Eles ficaram presos por cerca de oito meses, e foram soltos em agosto de 2022, após a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul anular o julgamento, por nulidades ocorridas ao longo do julgamento. O Ministério Público recorreu da decisão. Até então, não há data prevista para realização de novo julgamento.

#### 4.2 DESCRIÇÃO DA COBERTURA

A cobertura nacional do caso Kiss já começa em caráter de excepcionalidade, com a interrupção da tradicional programação esportiva das manhãs de domingo. Por volta das 9 horas da manhã, a emissora suspendeu a exibição das reportagens do programa *Esporte Espetacular* para dar início à cobertura ao vivo. Do estúdio do programa, os então apresentadores, Glenda Kozlowski e Ivan Moré, passaram a ancorar a transmissão, baseada, principalmente, no relato de sobreviventes da tragédia. Ainda sem condições técnicas de fazer entradas ao vivo do local do acontecimento, as entrevistas foram realizadas por telefone, sendo os depoimentos ilustrados com imagens do incêndio e do socorro às vítimas ainda de madrugada. Os questionamentos feitos aos jovens (“*O que aconteceu exatamente? Esse incêndio começou durante o show da banda? Tava tendo um show de uma banda, é isso?*”) deixavam muito clara a intenção dos jornalistas: compreender o que havia ocorrido na casa noturna. O programa teve duração de quase três horas e, mais próximo do fim da manhã e já

com condições técnicas, também foram feitas entrevistas ao vivo com autoridades. Entre as primeiras 24 horas de cobertura, essa transmissão inicial foi a que apresentou as rupturas mais visíveis quanto às rotinas jornalísticas.

Quase 12 horas após o início da cobertura e com um maior tempo para a mobilização das equipes, produção e edição, o programa Fantástico apresentou uma apuração mais estabilizada, incluindo não só as causas prováveis do incêndio e os detalhes da fuga dos sobreviventes, como também as repercussões do acontecimento ao longo do dia: as principais consequências (número de mortes, socorro aos feridos, retirada de corpos); as questões controversas (investigação da perícia e barreira dos seguranças); e o drama dos familiares das vítimas da tragédia (localização e feridos e velórios coletivos). Muitos desses temas foram abordados a partir do testemunho de vítimas, familiares e moradores de Santa Maria.

O programa também exibiu reportagens sobre grandes incêndios ocorridos no Brasil e no mundo (com imagens de arquivo e testemunho atual de um sobrevivente); e os efeitos da fumaça tóxica no organismo (com explicações de especialistas e arte gráfica das áreas mais afetadas no corpo humano). Destacamos essas em especial, porque demonstram o quanto a cobertura está mais organizada. Assim, observamos que o caráter desestruturador da tragédia já está mais “controlado” pelo jornalismo. Se durante a manhã, a apuração e a cobertura se desenvolveram ao vivo; à noite, o trabalho jornalístico já estava tão coordenado que foram veiculadas 16 reportagens e entradas ao vivo.

Outra característica do programa é o teor testemunhal, com destaque para a abertura do programa. A reportagem começa trilha dramática e tela preta com os dizeres “Santa Maria, RS” e “madrugada de hoje”, e segue com barulhos de sirene e imagens do tumulto em frente à boate, até ter início o testemunho de uma sobrevivente. Com um respirador em uma cama de hospital, ela narra como percebeu o início do incêndio: “*Eu tava com meus amigos dançando e parou a música*”. O relato dela sobre os momentos de pânico vividos na boate é o fio condutor de toda a reportagem, intercalada com o áudio ambiente (sobe som) do socorro às vítimas na frente da casa noturna (“*Olha lá! Ai meu Deus!*”), o barulho de ambulâncias, e vozes de jovens desesperados que não aparecem no vídeo (“*Fábio, cadê o Fernando? Cadê o Fernando?*”). As imagens acompanham a estética da urgência: escuras, tremidas e, por vezes, desfocadas (com aspecto semelhante a efeito de edição). Esse tom testemunhal é percebido ao longo de outras reportagens exibidas ao longo do programa.

No dia seguinte, o telejornal Bom dia Brasil segue com um trabalho mais coordenado, com a veiculação de 19 reportagens e entradas ao vivo. Os temas também são semelhantes aos abordados no Fantástico, porém apresentam as atualizações do caso. Os testemunhos seguem

com foco no drama das famílias, mas agora nos velórios; no desespero vivido na boate, mais especificamente sobre a barreira feita pelos seguranças; e a investigação a partir da evolução do trabalho da perícia. Outro avanço da cobertura é a ancoragem do telejornal direto de Santa Maria, o que consideramos uma ruptura significativa nas rotinas jornalísticas. Em primeiro lugar, porque não é prática comum um âncora deixar a bancada do telejornal. Também porque, quando ocorre, geralmente, é em coberturas de grandes eventos, como Copa do Mundo e Olimpíadas.

Os apresentadores dos quatro principais telejornais da emissora, Ana Luiza Guimarães (Bom dia Brasil), Sandra Annenberg (Jornal Hoje), Willian Bonner (Jornal Nacional) e Christiane Pelajo (Jornal da Globo), chegaram a Santa Maria na tarde de domingo. Além da ancoragem na segunda-feira, eles também produziram reportagens. Em comum, todas apresentavam a mesma perspectiva testemunhal: a ideia de alguém de fora que conhece de perto a tragédia e narra suas impressões sobre o acontecimento e suas repercussões. E cada um deles vai desempenhar esse papel de uma maneira diferente e dar seu testemunho com maior ou menor envolvimento emocional. Sandra Annenberg fala em primeira pessoa (*“Hoje de manhã, eu andei muito por aqui e não havia como não se emocionar. Conversei com parentes das vítimas...”*), enxuga as lágrimas enquanto conversa com familiares e, emocionada, pergunta a uma voluntária se pode dar um abraço nela (a reportagem é encerrada com essa cena). Já Willian Bonner fala que a cidade está cheia de jornalistas de todo o mundo e, em nome de sua equipe, agradece a forma como foram “acolhidos” pela cidade: *“Eu mesmo e meus companheiros [...], aqui nas ruas, nós ouvimos muitos desses moradores que agradeceram a nossa solidariedade, mas também lamentaram que a gente tivesse vindo conhecer Santa Maria em um momento tão triste”*.

Considerando as falas e o momento em que a cobertura se encontrava (organizada e com equipes mobilizadas) quando chegaram os âncoras, fica claro que a presença deles em Santa Maria não se trata de um “reforço nas equipes” ou uma forma de colaborar com a apuração de informações, por exemplo, mas torná-los testemunhas do acontecimento. Para além dos efeitos narrativos, a prática também demonstra a importância concedida ao acontecimento e outras questões que colaboram para a imagem da emissora, como a capacidade de mobilização e de estar presente em qualquer lugar. Ainda que o testemunho de jornalistas não seja analisado nesta pesquisa, optamos por registrar essa prática, porque compreendemos que se configura como mais um elemento importante que ajuda a contextualizar as rupturas das rotinas nas coberturas de tragédias.

### 4.3 NARRATIVIZAÇÃO DO ACONTECIMENTO: DE QUEM SÃO OS TESTEMUNHOS E QUAIS AS DENOMINAÇÕES ACIONADAS?

Entre os três casos analisados neste trabalho, este é o segundo com maior número de testemunhos acionados: foram 41 em 24 horas de cobertura. Primeiramente, argumentamos que as convocações são influenciadas pelas especificidades do acontecimento. O incêndio da boate Kiss foi um acontecimento que produziu muitas testemunhas; mais de 600 pessoas sobreviveram à tragédia. A localização da boate, na área central da cidade, também facilitou o acesso dos jornalistas e o acompanhamento do caso ainda em meio ao seu desenrolar. Ainda consideramos que o fato de a Rede Globo possuir uma emissora afiliada em Santa Maria, agilizou a mobilização de equipes de reportagem. O primeiro cinegrafista da RBS TV chegou ao local quando os sobreviventes ainda eram resgatados da casa noturna.

Por outro lado, ainda que esses fatores possam ter criado condições favoráveis à convocação, compreendemos que o maior acionamento dos testemunhos pela cobertura é uma escolha jornalística motivada pelas limitações da cobertura ao vivo. A transmissão começou nas primeiras horas da manhã, quando o acontecimento ainda se desenrolava e as autoridades não sabiam explicar com exatidão o que havia ocorrido. É nesse contexto de uma cobertura em caráter de urgência, que são acionados os testemunhos das pessoas que vivenciaram, em alguma medida, a tragédia.

Entre os 41 testemunhos veiculados, 23 foram provenientes dos sobreviventes (1º grau de proximidade), 13 de familiares e amigos (2º grau de proximidade), e 5 de moradores e voluntários (3º grau de proximidade). A partir desses dados, também analisamos os índices<sup>28</sup> de convocação dessas categorias, como demonstra o gráfico abaixo.

#### Quadro 3: Caso Kiss- de quem são os testemunhos

---

<sup>28</sup> Os índices foram arredondados para não utilizar casas decimais.



Fonte: elaboração própria.

A análise demonstra a valorização da experiência direta, tendo em vista que 56% dos testemunhos foram provenientes das pessoas que sobreviveram à tragédia. Os relatos dos sobreviventes foram os primeiros a serem convocados, e sustentaram as horas iniciais da cobertura, quando ainda era preciso compreender as causas do incêndio e as principais consequências. Em segundo lugar nas convocações, com 32%, está o grupo do segundo grau de proximidade, que engloba os testemunhos de pais, familiares e amigos das vítimas. Esses não foram veiculados na transmissão ao vivo, mas no programa Fantástico (dia da tragédia) e no telejornal Bom dia Brasil (dia seguinte). Passadas mais de 12 horas do início da cobertura, o acontecimento já se mostra mais delineado. Com isso, os testemunhos, agora inseridos em reportagens, acompanham as novas demandas da cobertura: localização de vítimas, identificação dos corpos, listas de mortos e mobilização para os velórios coletivos. São dessas novas etapas do acontecimento que participam os testemunhos do segundo grau de proximidade.

Já a convocação dos testemunhos das pessoas do terceiro grau de proximidade, com 12%, de certa forma, surpreende. Nas primeiras 24 horas de cobertura de casos extremos, ainda em caráter de urgência, o esperado é que o jornalismo priorize a entrevista das pessoas que tenham maior relação com a tragédia e possam contribuir com o esclarecimento do caso. Por isso, a convocação de moradores e voluntários, cuja única proximidade com a tragédia é residir na cidade do acontecimento ou se prontificar para ajudar, em princípio, chama a atenção. Entretanto, todos esses testemunhos foram gravados no Centro Desportivo Municipal (CDM), local onde ocorreram os processos de reconhecimento dos corpos e o velório

coletivo. Isto é, essas pessoas tinham alguma ligação com a tragédia, afinal, foram ao CDM. Contudo, a cobertura não esclarece a relação dessas pessoas chamadas de moradores.

Essas questões nos levam à análise mais específica da forma como as pessoas que prestam testemunho são nomeadas pela cobertura. Chegamos aos seguintes dados: independentemente da proximidade com o acontecimento, 37% foram identificadas pela sua profissão, 34% pela sua relação com a tragédia e 29% não foram identificadas. O gráfico abaixo demonstra essas relações.

Quadro 4: Caso Kiss- como as pessoas que prestam testemunho são identificadas



Fonte: elaboração própria.

A forma mais utilizada de identificação foi pela profissão, utilizada em 37% dos testemunhos, o que corresponde à prática usual do telejornalismo de identificar as fontes entrevistadas por sua função social. Por outro lado, isso significa que em 63% dos testemunhos, essa orientação de créditos não foi seguida, seja pela quebra da regra habitual, como pela ausência de identificação. Portanto, é mais um aspecto das rotinas jornalísticas impactado pelo acontecimento trágico.

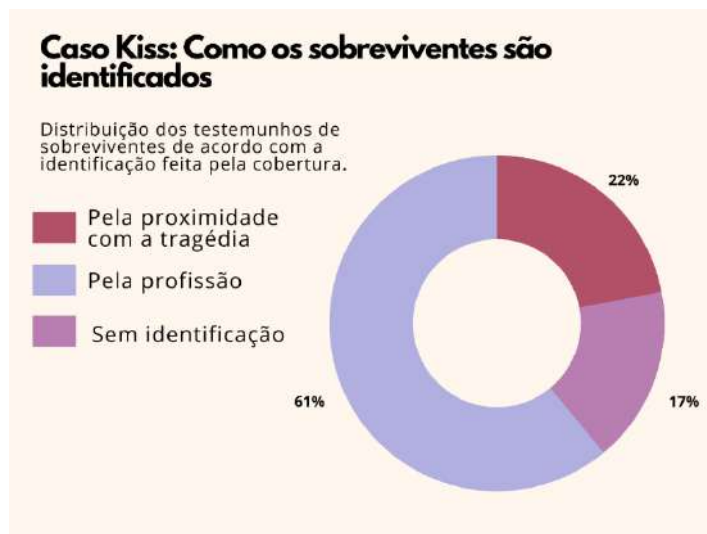
Em segundo lugar de recorrência, com 34%, estão os créditos que fazem referência à relação com a tragédia. Consideramos que essa forma de identificação ajuda a conferir credibilidade ao relato da testemunha na medida em que afirma o quanto ela está envolvida com o acontecimento e, portanto, tem legitimidade para falar sobre o caso. Desse modo, também colabora para o efeito de verdade, ambicionado por qualquer narrativa jornalística.

Por todos esses fatores, causa surpresa essa maneira de identificação dos testemunhos não ser usada com maior frequência.

Ainda considerando a importância do ato de creditar fontes no jornalismo, tendo em vista que demarca quem está falando e de que lugar social se manifesta, provoca ainda mais estranheza que 29% das pessoas que prestam testemunho não sejam identificadas nos créditos. Praticamente, é um terço de todos os testemunhos veiculados sem nome ou função. Não sabemos, com exatidão, quem são essas pessoas que compartilham suas experiências. Em quase a totalidade dessas ocorrências, a identificação não é realizada sequer na narração em off. Em apenas um caso, o testemunho é identificado no off como sendo proveniente da “namorada do menino” [que morreu no incêndio]. Isso mostra que as fontes que se manifestam a partir da experiência, ou seja, o testemunho, não possuem o mesmo prestígio das outras fontes detentoras dos capitais da autoridade e do conhecimento.

A análise da identificação de acordo com os graus de proximidade demonstrou outras relações do ponto de vista das rotinas produtivas. Considerando apenas os testemunhos do primeiro grau, ou seja, os sobreviventes, chegamos aos seguintes dados: 63% foram identificados pela profissão, 26% pela condição de sobrevivência e 11% não foram identificados de maneira alguma (nem em créditos, nem em off), como demonstra o gráfico abaixo.

Quadro 5: Caso Kiss- como os sobreviventes são identificados



Fonte: elaboração própria.

A primeira inferência que fazemos é que pessoas com a mesma condição de sobrevivência são identificadas de maneiras distintas. Também observamos que a sobrevivência só é demarcada nos créditos quando há outros fatores envolvidos, como as limitações do trabalho jornalístico e a cobertura ao vivo. Nas primeiras horas de transmissão em tempo real, durante o programa *Esporte Espetacular*, todas as sobreviventes ouvidas foram identificadas como “*sobrevivente da tragédia*” ou “*sobrevivente por telefone*”. Como limitação, havia as entrevistas realizadas por telefone, portanto, sem a exibição da imagem da sobrevivente. O relato foi ilustrado com imagens gerais do incêndio, e o crédito exibido na tela durante todo o tempo do relato, como usual nas entrevistas realizadas dessa forma. Além disso, ao longo da entrevista, os apresentadores reafirmavam que estavam entrevistando “*uma sobrevivente do incêndio*”, “*uma jovem que conseguiu escapar da boate*”. O que pode ser visto tanto como uma estratégia para conferir credibilidade, como também para sustentar a cobertura. Em uma transmissão que se estende por tantas horas, sem planejamento prévio e com caráter de urgência, informar quem está sendo entrevistado e o que essa pessoa já relatou é uma forma de “preencher o tempo”. Ainda, de orientar o telespectador que não acompanha a cobertura desde o início.

Outra observação que corrobora a influência da limitação do jornalismo nessa questão é o fato de a mesma sobrevivente ter sido entrevistada por duas vezes e creditada de maneiras diferentes. Conforme demonstram os frames abaixo, Luciane Louzeiro foi identificada como “*sobrevivente da tragédia*” na cobertura ao vivo (figura 1). No programa *Fantástico*, o testemunho dela foi utilizado em duas reportagens diferentes e o crédito – para a mesma entrevista – foi “*sobrevivente*” em uma (figura 2), e “*comerciária*” em outra (figura 3). No dia

seguinte, no telejornal Bom Dia Brasil, ela voltou a ser creditada como “sobrevivente” (figura 4).

Figuras 1 a 4: Caso Kiss- diferenças na identificação dos sobreviventes



Fonte: Frames capturados dos programas Esporte Espetacular (27/01/2013), Fantástico (27/01/2013), e Bom dia Brasil (28/01/2013).

Na cobertura ao vivo, por telefone, ela foi identificada como sobrevivente. Já no Fantástico, na sonora gravada (com áudio e vídeo), creditada pela sua profissão: comerciária. Esse último padrão de denominações é confirmado no caso de todos os outros sobreviventes que são, sempre, identificados por suas profissões: dentista, estudantes e consultora de vendas, por exemplo. A única exceção é uma reportagem que utiliza a gravação do testemunho ao vivo veiculado no Esporte Espetacular. Cabe ressaltar que o texto em off não acompanha uma padronização; por vezes, a sobrevivência é ressaltada, por outras, não. O relato do sobrevivente leva a crer nessa condição, seja pelo conteúdo de sua fala ou pela sua imagem (com respirador em maca de hospital, por exemplo).

Com isso, apontamos que a condição de sobrevivência é demarcada com maior ênfase no momento da urgência, quando o jornalismo tem sua rotina produtiva desestruturada e enfrenta alguma limitação. À medida que as horas passam e a cobertura tende a ficar, de certa forma, mais estruturada e estabilizada, as práticas retornam às lógicas usuais.

Outra questão trazida pelas denominações é a subjetividade de quem é considerado sobrevivente para o jornalismo. A mesma cobertura que credita os jovens frequentadores da boate como sobreviventes, em nenhum momento credita funcionários da boate ou integrantes da banda da mesma forma, mesmo eles também tendo escapado do incêndio. O caso do

segurança da casa noturna é o que mais explicita essa questão. Depois de salvar muitos jovens, ele deu o testemunho do que havia vivenciado dentro da boate, mas ainda assim, não foi creditado como sobrevivente. Em outras reportagens, nas quais ele foi ouvido novamente (outras gravações), esse padrão de denominação foi mantido. Da mesma forma, os músicos da banda também nunca foram identificados como sobreviventes. O exemplo ainda serve para questionar o que torna uma pessoa sobrevivente para o jornalismo.

Inferimos que a condição de sobrevivente está ligada à questão de moralidade, de justiça, de bem ou mal, de inocentes ou culpados. Em nossa cobertura de análise, às pessoas que podiam estar ligadas à casa noturna ou à causa do incêndio não foi permitido ocuparem o espaço na narrativa como sobreviventes. Não se está discutindo, aqui, se deveriam ser nomeados como sobreviventes ou não. Apenas, estamos ressaltando uma questão que fica evidente nesse caso: não basta sobreviver para ser denominado como tal na cobertura. Há fatores sociais envolvidos nessa denominação. Como pontua Vecchioli (2018, p. 4), é preciso “merecer a condição de vítima<sup>29</sup>” e estar entre as “vítimas boas<sup>30</sup>”, ou seja, aquelas que merecem ter o sofrimento reconhecido. Em nosso caso, temos jovens universitários que saíram para se divertir e acabaram como sobreviventes de uma tragédia; e um segurança que, embora tenha tentado apagar o fogo e ainda ajudado a salvar frequentadores da boate, não é visto como sobrevivente. Embora unidos pela sobrevivência, os três são separados pelo chamado “diferente status moral das vítimas” (VECCHIOLI, 2018, p. 19) que faz algumas terem o seu sofrimento reconhecido e, outras, não. Por isso, compartilhamos da perspectiva e reafirmamos que não basta sobreviver à tragédia, é preciso merecer a condição de sobrevivente.

Passando para a análise do segundo grupo de proximidade com o acontecimento, observamos que do total de 13 pais, familiares e amigos das vítimas, 54% não são identificados e 46% são identificados pela sua relação com a tragédia, conforme demonstra o gráfico abaixo.

---

<sup>29</sup> Tradução nossa: “deserving victimhood”.

<sup>30</sup> Tradução nossa: “good victims”.

Quadro 6: Caso Kiss- como os familiares e os amigos das vítimas são identificados



Fonte: elaboração própria.

O primeiro fato a ser salientado é a total ausência de identificação pela profissão, a lógica usual. Enquanto a maior parte dos sobreviventes foi identificado dessa forma, nenhum dos pais, familiares e amigos recebeu essa mesma denominação. Ou seja, os critérios válidos para uns, não são considerados para outros.

Além disso, observamos a falta de identificação das pessoas que prestam testemunho em um índice ainda maior, sendo 54% dos relatos exibidos sem créditos. Apenas conseguimos deduzir a proximidade com a tragédia por dois motivos: porque o texto em off dá a entender (“A angústia começou com a busca pelos hospitais a parentes e amigos, sobreviventes da tragédia”), ou porque a própria pessoa se autodenomina (“É uma dor muito grande... [chora] que só uma mãe sabe disso”). Todos os outros testemunhos desse segundo grupo, ou seja, 46% foram creditados por sua proximidade com a tragédia: pai de vítimas, pai do Lucas, mãe de vítima e tia de vítima. Como fica claro, familiares e amigos são mais identificados pela condição de proximidade com o acontecimento do que os próprios sobreviventes.

Por fim, no terceiro grupo de proximidade, verificamos que 60% dos testemunhos foram creditados pela sua relação com o acontecimento, como “voluntário” ou “morador” da cidade do acontecimento. Com o índice de 20%, estão os testemunhos cujos créditos remetem à atuação profissional, como “estudante da Universidade Federal de Santa Maria”. Em outros 20% dos casos, as pessoas que prestaram testemunho não foram identificadas.

Quadro 7: Caso Kiss: como os voluntários e moradores são identificados



Fonte: elaboração própria.

Assim como os outros grupos, esse também demonstrou uma falta de uniformidade na identificação dos relatos. Em um dos casos que servem de exemplo dessa inferência, o texto em off afirmava: “*Jéssica estuda na Universidade Federal de Santa Maria e junta o lixo que encontra pelo chão*”. Na sonora, a jovem concedeu o seu testemunho sobre a solidariedade e a experiência vivida no local: “*Ah... eu tô prestando solidariedade, né? Pras famílias, inclusive eu tive colegas de curso que faleceram. Então... a gente faz o máximo que a gente pode. Então, assim... não tem explicação, pelo menos daqui uns 50 anos eu vou lembrar que eu contribuí para alguma coisa, sabe...*”. Tanto o texto como a entrevista da jovem deixam claro o papel de voluntária no Centro Desportivo Municipal. No entanto, ela foi creditada como estudante e não como voluntária. Pelo nosso estudo, não temos condições de especificar o que é determinante no momento de creditar essas pessoas que relatam suas experiências. Entretanto, podemos afirmar que não existe uma padronização nos créditos e sequer uma lógica que contemple todos os casos.

Argumentamos que isso é decorrente da desorganização das rotinas produtivas, tanto provocadas pelo caráter destruturador do acontecimento trágico, como também pelas limitações da cobertura. A análise demonstrou uma série de contradições na concessão dos créditos. Como por exemplo, o grupo menos identificado pela proximidade com o acontecimento (22%) foi, justamente, o que possuía a relação mais direta: o dos sobreviventes (1º grau de proximidade). Em contrapartida, o grupo mais identificado pela proximidade

(60%), foi o que possuía a menor relação: o dos voluntários e moradores (terceiro grau de proximidade). Também chama a atenção os índices de testemunhos não identificados: mais da metade (54%) dos pais, familiares e amigos das vítimas não foram identificados; assim como 20% dos voluntários e moradores e 17% dos sobreviventes.

Todos esses dados nos mostram o quanto a nomeação das pessoas que são convocadas pela narrativa jornalística também é afetada pela desestruturação do acontecimento. Cabe lembrar que nomear é conceder valor e importância. Uma questão para refletir: quantas vezes observamos fontes oficiais ou especialistas não sendo creditadas na cobertura de normalidade?

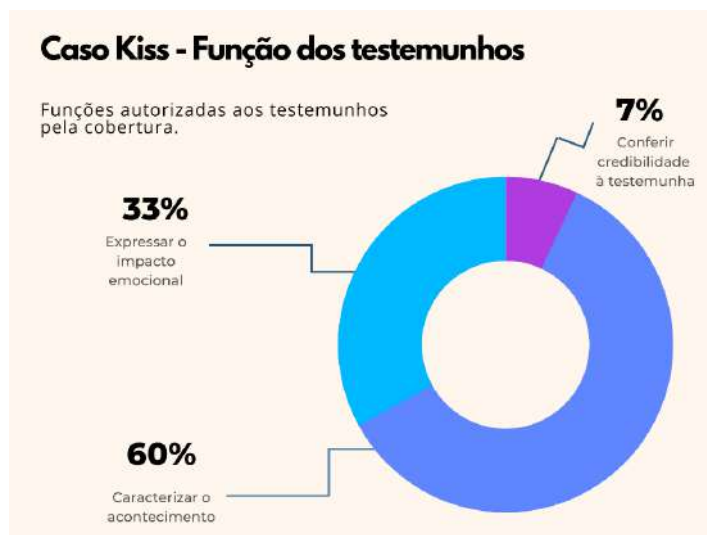
A seguir, vamos olhar para o conteúdo desses testemunhos, identificar as funções desempenhadas na cobertura e os tipos de manifestações autorizadas pela narrativa jornalística.

#### 4.4. FUNÇÕES DOS TESTEMUNHOS: O QUE É PERMITIDO SER FALADO?

A análise dos testemunhos demonstrou que a narrativa permitiu que eles desempenhassem três grandes funções na cobertura: conferir credibilidade à testemunha, caracterizar o acontecimento, e expressar o impacto emocional.

A função **conferir credibilidade à testemunha** diz respeito às particularidades do entrevistado, que não só justificam a convocação para a narrativa, mas também a confiabilidade de seu testemunho. A função **caracterizar o acontecimento** reúne os testemunhos que colaboram para a apuração da tragédia, possibilitando um delineamento inicial do acontecimento. E a função **expressar o impacto emocional** engloba os testemunhos que revelam os diferentes reflexos emocionais da tragédia, bastante presentes nas situações de tragédias. O gráfico abaixo demonstra a ocorrência dessas três funções ao longo das primeiras 24 horas de cobertura.

Quadro 8: Caso Kiss- funções dos testemunhos



Fonte: elaboração própria.

Observamos que a função mais prevalente na cobertura, com 60% de ocorrência, foi a de “caracterizar o acontecimento”. Isto é, em sua maioria, os testemunhos foram acionados para colaborar com o delineamento do caso. Embora, usualmente, esse tipo de relato seja utilizado de maneira instrumental, isto é, como prova de verdade, sustentamos que um olhar mais aprofundado demonstra algumas rupturas nas práticas jornalísticas, como defendermos no detalhamento das subfunções que compõem essa função.

A segunda função mais recorrente, com 33%, foi a de “expressar o impacto emocional”. Esse índice coloca em xeque o senso comum de que os testemunhos são acionados com o objetivo maior de emocionar. Já a função conferir credibilidade à testemunha foi a menos recorrente, estando presente em 7% dos casos.

Outro levantamento que corrobora nossa tese de que os papéis dos testemunhos estão atrelados às limitações do trabalho jornalístico é a investigação da ocorrência dessas funções de acordo com o avanço da cobertura. Ao analisar as convocações na cobertura ao vivo e nas reportagens gravadas, chegamos aos seguintes dados, conforme indica o quadro.

Quadro 9: Caso Kiss- comparativo de funções entre cobertura ao vivo e reportagens gravadas



Fonte: elaboração própria.

Esses dados corroboram que determinadas funções dos testemunhos são permitidas apenas porque a cobertura precisa dar conta das dificuldades do trabalho. Dessa forma, à medida que as limitações são contornadas, as funções permitidas retornam às lógicas usuais.

A função “conferir credibilidade” ocorreu apenas na cobertura ao vivo, realizada ainda em caráter de improviso e com entrevistas por telefone, ou seja, apenas com áudio dos entrevistados. Sem outros atributos capazes de atestar a confiabilidade (como a imagem corporal), é a própria testemunha que se autodenomina confiável e digna de prestar testemunho. Conforme a cobertura passa a ser mais estruturada, esses relatos passam a ser gravados (com imagem e áudio) e inseridos em reportagens, tornando-se desnecessários.

Observamos relação semelhante na função “caracterizar acontecimento”, cuja ocorrência é de 65% na cobertura ao vivo. Esses testemunhos foram convocados em sua maior parte nos momentos iniciais de desestruturação, quando o acontecimento ainda precisava ser minimamente compreendido. Foi em virtude desse contexto da cobertura que as funções excederam os papéis usuais. Também em decorrência dessa necessidade inicial de “domar o acontecimento” (MOTTA, 2005) nas primeiras horas, os testemunhos que demonstram o impacto emocional do acontecimento passam a ser mais convocados conforme

a estabilização da cobertura ocorre, ou seja, quando já há um certo tempo de trabalho e relativa estrutura para produzir reportagens gravadas.

Entretanto, se as estatísticas revelam indícios interessantes a respeito das funções, é o olhar mais aprofundado que demonstra a forma como elas são concretizadas na narrativa. Observamos que cada função é constituída por diferentes nuances e particularidades, as quais denominamos de subfunções. Assim, cada uma das três grandes funções identificadas são constituídas por subfunções que detalharemos a seguir.

A função “**conferir credibilidade à testemunha**” é composta por duas subfunções: autodenominação como testemunha ocular e contextualização da testemunha. Ambas são desempenhadas por apenas por sobreviventes, e observadas na narrativa da seguinte forma:

- 1) **autodenominação como testemunha ocular (sobreviventes)**, quando o próprio sobrevivente afirma a sua condição de testemunha ocular como forma de provar que visualizou o ocorrido (“[apresentador] *Onde você estava no momento do incêndio?*[testemunha] *Eu tava na frente do palco, eu sou amiga dos cantores (...) daí eu vi tudo*”) e conhecia a área interna da boate ([apresentador] *E você sempre frequentou essa boate?*[testemunha] *Já ia, já fui outras vezes*”) e, por isso, pode prestar testemunho.
- 2) **contextualização da testemunha (sobreviventes)**, quando o testemunho faz menção a informações complementares (“*Você estava sozinha ou acompanhada? Com minha irmã e minhas amigas.*”) e, de certa forma, até dispensáveis, pois não há um prosseguimento a partir da resposta do sobrevivente. Essa função de contextualização funciona, também, como uma forma de sustentar o tempo da cobertura ao vivo.

Essas subfunções demonstram o quanto a função “conferir credibilidade à vítima” está ligada à cobertura ao vivo. Nas primeiras horas de transmissão, ainda durante a manhã, não havia condições técnicas de efetuar entradas ao vivo da rua<sup>31</sup>; por isso, os sobreviventes foram entrevistados por telefone, ao vivo. Sem o atributo da imagem corporal, os apresentadores realizaram uma série de perguntas aos sobreviventes para que eles mesmos atestassem a sua capacidade de testemunhar, conforme indicou a subfunção **autodenominação como testemunha ocular**. A primeira pergunta feita a uma das sobreviventes ouvidas ao vivo foi:

---

<sup>31</sup> Na época, a RBS TV, afiliada da Rede Globo em Santa Maria, não possuía condições técnicas de entrar ao vivo de qualquer lugar da cidade. Uma unidade móvel para transmissões ao vivo, vinda da sede da emissora em Porto Alegre, chegou a Santa Maria só no início da tarde.

“Onde você estava no momento do incêndio?”. Ao longo da entrevista, a insistência nesses pontos de localização (“Você tava bem perto do palco?”; “Como foi a saída da boate, você estava no meio da confusão?”) vão ao encontro da necessidade de o jornalismo de provar a verdade do relato e dar crédito às informações do entrevistado. Isto é, se eram provenientes de sobreviventes, que estavam perto do palco, viram o começo do incêndio e estavam no meio da confusão; logo, eles tinham propriedade para falar sobre o caso.

Já a subfunção **contextualização da testemunha**, também pode ser vista como uma decorrência da transmissão ao vivo, pressionada pelo urgente e pelo improvisado. Sem textos previamente planejados, esse tipo de subfunção colabora a dar prosseguimento à cobertura. Emerim (2012, p. 127) identificou função semelhante no estudo sobre as entrevistas veiculadas nas coberturas do Ataque às Torres Gêmeas e da Guerra do Iraque. A autora a denominou como “preenchimento de espaço” para se referir à necessidade de o programa “exibir, em seu discurso, imagens ou depoimentos, mesmo que esses não tragam informações novas, com vistas a manter a atenção e o interesse dos telespectadores”.

Relembramos que as subfunções desse grupo (100%) ocorreram em entrevistas realizadas ao vivo e por telefone, ou seja, sem a veiculação das imagens de quem relatou sua experiência. Dessa forma, as falas foram ilustradas ora pela imagem dos apresentadores no estúdio (figura 5), ora por uma sequência de imagens previamente editadas (figuras 6, 7, 8), como exemplificam os frames abaixo.

Figuras 5 a 8: Caso Kiss- dimensão audiovisual da função conferir credibilidade à testemunha



Fonte: frames capturados dos programas Esporte Espetacular (27/01/2013).

O procedimento chamado “ilustra de imagens” no jargão jornalístico, mostrava imagens gerais do incêndio e do tumulto em frente à boate de madrugada e os prolongamentos do acontecimento durante a manhã, sendo repetido por diversas vezes e de maneira aleatória. O recurso é comum às coberturas ao vivo de casos extremos, e será abordado com maior detalhamento da próxima função.

A função “**caracterizar o acontecimento**” é desempenhada apenas por sobreviventes e é composta por seis subfunções:

- 1) **apontamento das causas (sobreviventes)**, quando é indicado o que e como ocorreu o acontecimento. Mais especificamente, detalha os motivos que deram origem ao fogo e o local onde as chamas começaram (*“Daí aquela faísca pegou no teto de espuma, né... E daí quando eles viram, quando os vocalistas viram que começou a incendiar, eles pegaram o extintor que não funcionou. E aquele fogo começou a se espalhar em segundos”*);
- 2) **confirmação/negação de informações iniciais (sobreviventes)**, quando o testemunho ratifica ou contesta questões já apuradas pelos jornalistas (*“[apresentador] O instrumento que ele usava era um sinalizador? [testemunho] Olha, eu não entendo muito, era um... saía uma faiscazinha, mas aquela parte quando toca na gente, não acontece nada, só que ali quando pegou no teto, acho que por causa da espuma, esquentou e se alastrou o incêndio rápido*).
- 3) **esclarecimento de questões polêmicas (sobreviventes)**, quando o testemunho versa sobre pontos controversos do caso (*“Quando a gente chegou na porta, o segurança barrou, disse que ninguém ia sair sem pagar a comanda”*);
- 4) **informação sobre "o antes" da irrupção (sobreviventes)**, quando o testemunho relata situações que antecedem o momento da tragédia (*“Mais de mil pessoas, tinha muita gente. Tava espremidinho, não dava nem pra se mexer”*);
- 5) **descrição da fuga e dos resgates (sobreviventes)**, quando o testemunho exprime a emergência e as dificuldades enfrentadas para escapar da boate (*“Só vi meu amigo me*

*agarrando e me empurrando. Corre! Corre! Aí foi o tumulto. Aí o pessoal começou a ir por cima do outro”); e o trabalho dos próprios sobreviventes em salvar outras pessoas que ainda estavam na boate (“O pessoal pegou picaretas, pedaços de pau e ferro pra tentar abrir um buraco nessa parede aqui”, “Começaram a puxar gente de dentro. Aí ficamos... uma meia hora resgatando gente. Logo depois, começou a sair gente morta.”).*

Consideramos que as subfunções **apontamento das causas, confirmação/negação de informações iniciais e esclarecimento de questões polêmicas** além de também estarem ligadas à cobertura ao vivo, ainda representam uma ruptura nas práticas usuais do jornalismo. Os testemunhos dos sobreviventes desempenharam papéis que, normalmente, seriam exercidos pelas fontes oficiais, responsáveis pela investigação. Esse maior protagonismo dos sobreviventes apenas foi permitido devido ao aspecto desestruturador do acontecimento somado às condições de produção da cobertura ao vivo, realizada nas primeiras horas após a irrupção do acontecimento. De um lado, temos autoridades policiais envolvidas com a retirada dos corpos de dentro da boate e ainda buscando compreender o que havia ocorrido na casa noturna. Por outro lado, temos uma cobertura ao vivo, em caráter de urgência e, por óbvio, sem organização prévia.

Ainda há que se pesar o fato de a tragédia ter ocorrido em um domingo, quando grande parte das equipes estão desmobilizadas e trabalham em sistema de plantão. Além disso, a grade de programação é destinada ao esporte e entretenimento. E foram os jornalistas ligados a essa área que tiveram de ancorar a transmissão em tempo real a partir do estúdio. A influência desses fatores também se reflete nas perguntas realizadas aos sobreviventes. Além de serem questionados, ao vivo, com perguntas amplas (“*O que aconteceu exatamente?*”) e bastante iniciais (“*Esse incêndio começou durante o show da banda? Tava tendo o show de uma banda, é isso?*”), explicitando uma necessidade dos jornalistas em compreender o que havia ocorrido na boate, os sobreviventes também responderam a questões como: *Onde começou o fogo? O instrumento que ele usava era um sinalizador? Foi o cantor que soltou o sinalizador? Houve, de fato, uma barreira por parte dos seguranças cobrando a comanda?*

Dessa forma, percebemos que a apuração jornalística, a partir dos testemunhos, também ocorreu ao vivo. Perguntas que, usualmente, seriam feitas fora do ar e serviriam como subsídio do jornalista para a redação do texto, foram feitas ao vivo. Isto é, na cobertura de tragédia, processos são não só desordenados, como também ocorrem simultaneamente. A urgência faz com que a lógica usual de apurar e só então divulgar seja quebrada.

Também corrobora essa compreensão o fato de essas três subfunções terem ocorrido em sua maior parte durante a cobertura ao vivo. A “confirmação/negação de informações iniciais” ocorreu apenas na transmissão em tempo real (100%), quando o acontecimento ainda não estava delineado. Quando a desestruturação é, pelo menos em parte, reduzida, os testemunhos que confirmam ou negam informações deixam de ser convocados. A subfunção “apontamento das causas” também ocorreu majoritariamente na cobertura ao vivo (80%), assim como a “esclarecimento de questões polêmicas” (69%).

Por isso, reafirmamos que essas três subfunções só foram possíveis de serem desempenhadas pelos sobreviventes devido às limitações do jornalismo e a necessidade de sustentar a transmissão ao vivo. Apenas em virtude desse contexto, é que foi concedido aos sobreviventes um espaço privilegiado de manifestação, não frequente nas rotinas de normalidade.

Na subfunção **informação sobre o antes da irrupção**, também ocorrida em sua maior parte na cobertura ao vivo e por telefone (75%), visualizamos a perspectiva de que, no momento que irrompe, o acontecimento dá a ver o seu passado (QUÉRÉ, 2005). É “o próprio acontecimento que faz irromper a *sua* possibilidade, abrindo-se à compreensão do *seu* passado e das *suas* condições”, como explica Babo-Lança (2005, p. 88). Nesse caso, o “passado” veio à tona pelo testemunho, já que antes de o incêndio ocorrer, a lotação das casas noturnas não era apontada como um problema que poderia resultar em uma tragédia. Foi só depois do fato que esse “passado” surgiu e abriu um novo campo problemático. Nos dias seguintes, operações foram realizadas em todo o país, para fiscalizar planos de prevenção à incêndio, sinalizações e saídas de emergência, por exemplo. Casas noturnas chegaram a ser fechadas devido a esses problemas.

A subfunção **descrição da fuga dos resgates** é a que apresenta os testemunhos com maior carga dramática deste grupo. Apesar disso, consideramos que compõe a função “caracterizar o acontecimento”, porque contribui com a apuração da tragédia, colaborando para a compreensão de como a fuga e os resgates ocorreram. Ainda que o aspecto emocional seja marcante, consideramos que os testemunhos dessa subfunção fornecem elementos bastante pontuais, que funcionam como provas de verdade em relação à fuga e aos resgates. Como exemplo, citamos o testemunho de um sobrevivente sobre o desespero da fuga: *“pessoal que saiu correndo apavorado. O pessoal procurou outras saídas, mas como só tinha uma saída, e ainda tinha uns pedaços de ferro que separava os corredores, o pessoal começou a cair. Uma pessoa começou a cair, a pisar em cima da outra. E ninguém saía”*. O apelo emocional deste testemunho é evidente, porém, ainda mais significativo é a

contribuição no sentido de caracterizar como ocorreu a fuga: “só tinha uma saída”, “tinha uns pedaços de ferro”, “uma pessoa começou a cair, a pisar em cima da outra”.

Em relação à dimensão audiovisual, as subfunções ocorridas, majoritariamente, na cobertura ao vivo (apontamento das causas, 80%; confirmação/negação de informações iniciais, 100%; esclarecimento de questões polêmicas, 69%; e informação sobre o antes da irrupção, 75%), foram ilustradas com cenas gerais do incêndio. Os telespectadores acompanharam, por exemplo (figuras 9 a 14), a movimentação da rua da boate; os sobreviventes quebrando a parede da boate com marretas; a retirada das vítimas de dentro do prédio e o desespero das pessoas com algum envolvimento no caso. As imagens também reforçavam a carga dramática do acontecimento, como um calçado no meio da rua em primeiro plano, provavelmente, perdido em meio à fuga; e um corpo coberto por lona na calçada.

Figuras 9 a 14: Caso Kiss (cobertura ao vivo) - dimensão audiovisual da função caracterizar o acontecimento



Fonte: Frames da cobertura ao vivo realizada no programa Esporte Espectacular (edição de 27/01/2013)

A prática jornalística mostra que a veiculação do ilustra de imagens é um procedimento comum em entrevistas por telefone para evitar que, por longos períodos, apareça na tela apenas a imagem dos apresentadores, enquanto é veiculada a voz dos entrevistados. Na cobertura de tragédias, esse procedimento é ainda mais frequente, pois, nas primeiras horas após o acontecimento, quando as informações ainda são escassas e não confirmadas, é preciso fornecer elementos que colaborem para o efeito de verdade. E a imagem tem papel decisivo nesse ponto, pois é “sempre percebida como sinal de um acontecimento real, de uma entidade existente”, como pontua Gutman (2014, p. 83). A partir da análise de Schaeffer (1996), a autora ainda reforça que esse efeito “não é uma função da imagem, mas do reconhecimento, por parte da audiência do seu *arché*”, ou seja, da relação do público com o estatuto da imagem jornalística. Também, é preciso considerar a intensidade do aspecto sensacional dos acontecimentos trágicos e a necessidade de repetir as imagens como forma de provar que o “inacreditável”, realmente, ocorreu. Entretanto, as imagens editadas e não “casadas” com as falas trazem alguns problemas de compreensão de sentido. Em alguns momentos, a falta de sincronia entre fala e imagem foi tão grande, que um dos apresentadores interrompeu a sobrevivente para explicar que, enquanto ela falava, haviam sido exibidas imagens da lista de mortos fixada em uma parede. E, nesse momento, a imagem em questão retornou à tela.

Além da repetição das imagens e da falta de sincronia, o que também foge do comum é a utilização de fotografias, realizadas durante a madrugada da tragédia (figura 15) e veiculadas durante o ilustra de imagem, como também em momentos específicos da cobertura ao vivo. Um exemplo é ocorreu durante a entrevista de uma sobrevivente. Por dois minutos e 45 segundos, foi exibida uma foto que mostrava o palco da boate antes do incêndio (figura 16).

Figura 15 e 16: Caso Kiss (cobertura ao vivo) - utilização de fotografias



Fonte: Frames do Esporte Espetacular (edição de 27/01/2013)

Quando veiculada a fotografia do palco, a sobrevivente foi questionada se ela poderia apontar onde o fogo havia iniciado ao olhar para a imagem. Ela indicou o local e depois seguiu relatando outras questões, mas a imagem do palco continuou na tela. Uma prática não só improvável numa situação de normalidade, mas que também demonstra as limitações da cobertura.

Outro aspecto que chama a atenção é a frequência de imagens mais fechadas no rosto das pessoas que estavam em frente à boate, como exemplificam os frames abaixo. Jovens chorando (figura 17) e familiares de vítimas desesperados com as mãos no rosto (figura 18) reforçam o aspecto trágico do acontecimento e o sofrimento provocado.

Figuras 17 e 18: Caso Kiss (cobertura ao vivo) - imagens dos rostos dos jovens e familiares de vítimas



Fonte: Frames do Esporte Espetacular (edição de 27/01/2013)

Lage (2017, p. 5) lembra a compreensão de Peters (2009) de que “a dor produz verdade”. E, ainda que não tenham sido ouvidas pela cobertura, a “verdade trazida na pele, na face, no olhar” dessas pessoas também presta testemunho do sofrimento, o que colabora para tornar credíveis as experiências relatadas pelos sobreviventes por telefone.

Já na subfunção “descrição da fuga e dos resgates”, identificada em sua maioria fora da cobertura ao vivo, ou seja, em reportagens gravadas (64%), o aspecto audiovisual passa a ser centrado na figura de quem presta testemunho, visto que os relatos de experiência não são mais gravados por telefone.

Analisando a parte audiovisual de todas as ocorrências de subfunções ocorridas em reportagens, observamos apenas dois tipos de enquadramentos: o plano próximo (84%), considerado o usual em sonoras no telejornalismo; e close-up (16%), pouco comum. O predomínio do plano próximo representa mais um indício de que, à medida que o caos vai sendo ordenado pelo trabalho jornalístico, as rotinas também vão retornando à normalidade.

Já o uso do close-up foi verificado no testemunho de uma sobrevivente (ainda no hospital e com respirador) gravado com um celular e encaminhado para a emissora. Importante salientar que a cobertura ocorreu no ano de 2013, quando o uso de imagens de celular no telejornalismo não era corriqueiro. Hoje, estamos acostumados não só com essas imagens de dispositivos móveis feitas por profissionais ou telespectadores, como também com entrevistas remotas, em virtude das reconfigurações audiovisuais após a cobertura da pandemia de COVID-19 (BECKER, 2021). Portanto, em 2013, podemos considerar uma entrevista gravada por celular (fora de foco e com enquadramento pouco comum) como um reflexo da desorganização das rotinas jornalísticas.

Mesmo com a tendência à normalização com o avanço das horas, algumas rotinas seguem chamando atenção nas reportagens, como a repetição de sonoras, a realização de entrevistas por telefone (cobertas com uma fotografia do entrevistado) e o uso de entrevistas concedidas a outros veículos da mesma afiliada (sonora de rádio utilizada na TV). Todos esses casos mostram o quanto a tragédia impacta no trabalho jornalístico.

A análise audiovisual ainda mostrou que 54% das pessoas que prestaram testemunho apresentavam alguma marca corporal da tragédia. Essas marcas são decorrentes de questões de saúde, por estarem internados (figura 19); de esforço físico, por estarem ainda ofegantes em meio aos resgates (figura 20); e de impacto emocional, por estarem com expressões de abatimento (figura 21) ou com dificuldade de falar devido choro (figura 22); conforme ilustram os frames abaixo. A subfunção descrição da fuga e dos resgates é a que reúne mais relatos deste tipo.

Figuras 19 a 22: Caso Kiss (reportagens)- dimensão audiovisual da função caracterizar o acontecimento



Fonte: frames capturados do programa Fantástico (27/01/2013) e Bom dia Brasil 928/01/2013)

Com tantas demonstrações do impacto da tragédia no corpo, não surpreende que apenas 7% dos testemunhos tenham sido cobertos com ilustra de imagem. Dentre esses casos ilustrados, os sobreviventes não apresentavam marcas corporais. Essas observações demonstram o quanto a imagem do sobrevivente que sofre e demonstra esses sentimentos é valorizada pela cobertura.

A questão emocional é tão constitutiva da tragédia e relevante para a cobertura jornalística, que uma série de testemunhos é acionada com o papel de **expressar o impacto emocional**. Esta terceira função é desempenhada não só pelo primeiro grau de proximidade (sobreviventes), mas pelo segundo (pais, familiares e amigos das vítimas) e terceiro graus (moradores e voluntários); e se concretiza na narrativa por meio de sete subfunções:

- 1) **indicação de ruptura da normalidade (sobreviventes e moradores)**, quando o testemunho remete à experiência do passado feliz em oposição ao presente trágico (*“Mas, infelizmente, aconteceu essa tragédia que ninguém esperava. Uma noite que era pra ser de alegria, virou de muita tristeza”, “Viemos já outras vezes, e nunca nos aconteceu. Então, nós achava que tava em segurança”*);
- 2) **expressão da incredulidade pela tragédia e sobrevivência (sobreviventes)**, quando o testemunho manifesta a perplexidade com o acontecimento e a sobrevivência (*“A cena que eu vi lá, sinceramente, não tem como descrever”, “Eu nem acredito, não caiu a ficha que tô viva”*);

- 3) **manifestação de indignação (sobreviventes)**, quando o testemunho demonstra a inconformidade com o ocorrido e a conduta dos responsáveis pelo caso (*“Eu achei um absurdo, as pessoas morrendo e eles pensando no dinheiro”*);
- 4) **ilustração do sofrimento (sobreviventes e pais/familiares)**, quando o testemunho expressa a dor e o desespero da experiência traumática vivida dentro da boate (*“Foi assim... um inferno, porque era terrível... era muita... muita poeira, fumaça. As pessoas gritando, ensanguentadas, algumas parece que a pele tava caindo, que se queimaram... em desespero. Tinha pais chegando, chorando, à procura de notícia, os amigos, gente desmaiada. Ai foi terrível, assim... foi horrível... e desesperador”*) e decorrente da perda de um filho (*“É uma dor muito grande... que só uma mãe... sabe disso”*);
- 5) **ilustração da angústia pela falta de informações (sobreviventes e pais/familiares)**, quando o testemunho narra a aflição de não saber a localização e o estado de saúde das vítimas (*“Porque eu saí com alguns amigos meus, eu voltei pra tentar achar mais uns amigos meus pela frente, não consegui encontrar. Tô procurando até agora nos hospitais.”*; *“A gente não consegue informação de ninguém”*);
- 6) **ilustração da comoção (moradores)**, quando o testemunho demonstra que o acontecimento atinge a todos, até mesmo quem não tem envolvimento direto ou indireto com a tragédia (*“Muito triste, a gente não precisa ser parente para se emocionar”*);
- 7) **ilustração da solidariedade (moradores e voluntários)**, quando o testemunho relata os sentimentos decorrentes das atitudes de voluntariado para amenizar o sofrimento do outro, e de agradecimento por não ter sido afetado diretamente (*“Falei que a forma de a gente agradecer era poder tá aqui ajudando. A gente não tem ninguém ferido na família”*).

Essas sete subfunções demonstram o quanto o impacto emocional da tragédia vai para além do sofrimento, desdobrando-se em diferentes nuances de acordo com as escolhas da cobertura jornalística. Conforme já sugerimos em trabalhos anteriores (MOTTA, 2016), os

testemunhos nas coberturas de tragédia costumam ser ancorados em uma retórica patêmica, na qual os relatos expressam diferentes formas de afetação, que passam a integrar a rede explicativa do acontecimento articulada pela cobertura. Partindo do pressuposto de Quéré (2005), de que o acontecimento é aquele que afeta a experiência das pessoas, então as consequências emocionais são fundamentais para o processo de reconstrução discursiva da tragédia.

É também a partir do autor que olhamos para as subfunções **expressão da incredulidade pela tragédia e sobrevivência** e **indicação de ruptura da normalidade**. Quéré (2005. p.61) considera como fator intrínseco aos grandes acontecimentos a irrupção inesperada e abrupta, além da instauração de descontinuidades que “rompem a seriação da conduta ou a do correr das coisas”. Ainda para o autor, “esta descontinuidade provoca surpresa e afeta a continuidade da experiência porque a domina”. Os testemunhos convocados nessas duas subfunções expressam justamente essa relação. Quando a sobrevivente declara “*ainda não caiu a ficha que eu me salvei, eu tô assistindo aqui na tv, meu Deus... eu estava ali*” fica evidente a ideia de estupefação, incredulidade e surpresa. De forma semelhante, o testemunho “*Eles sempre fazem o show pirotécnico e nunca aconteceu nada, sempre acompanho eles no show*” evidencia a quebra de expectativa, ou nas palavras do autor a “descontinuidade da experiência”. Essas duas subfunções ocorreram, majoritariamente, durante a cobertura ao vivo (expressão da incredulidade pela tragédia e sobrevivência com 67% de ocorrência, e indicação de ruptura da normalidade com 60%). Com isso, podemos dizer que o acionamento desses testemunhos está atrelado às limitações da transmissão em tempo real, às especificidades do acontecimento trágico e às demandas da cobertura. Depois que o caso já está mais estabilizado, os relatos que remetem ao aspecto inesperado da tragédia, são convocados com menor frequência para a cobertura, pois outros aspectos passam a ganhar mais destaque com o avanço do caso.

A subfunção “manifestação da indignação”, que exprime a revolta dos sobreviventes com a tragédia, ocorreu com maior frequência na transmissão ao vivo (60%). Esse papel, por si só, já surpreende porque os testemunhos com caráter de denúncia e potencial político não são comuns nos momentos iniciais de cobertura. Essa ocorrência até poderia ser justificada pelo aspecto imponderável de qualquer ao vivo, pois ainda que possam conduzir a entrevista ao priorizar determinados assuntos, os profissionais não têm controle sobre a fala dos entrevistados, sempre estando sujeitos a declarações inconvenientes ao projeto dramático da cobertura.

Entretanto, as perguntas realizadas pelos apresentadores, ao vivo, indicam que esses testemunhos indignados foram incentivados. No momento em que a sobrevivente declara “*eu sei que muita gente morreu lá porque não queriam deixar a gente sair; se eles tivessem liberado a entrada logo, tinha evitado muita coisa*”, a apresentadora questiona: “*Então, houve de fato uma barreira por parte dos seguranças cobrando a comanda?*”. E após outra resposta da jovem, a apresentadora volta a perguntar: “*Você acredita que essa barreira foi decisiva pra dificultar a saída? Se eles não tivessem lá a saída teria sido com mais tranquilidade?*”. Essas constatações demonstram que as manifestações que expressam o sentimento de indignação e injustiça foram uma escolha deliberada da cobertura. A intenção é corroborada pelo fato de que os testemunhos seguiram sendo convocados nas reportagens. Com isso, observamos o quanto o testemunho tem potencial para além das funções usuais, até mesmo colaborando com a configuração de questões públicas (AMARAL; MOTTA, 2017), se assim o jornalismo permitir. Contudo, defendemos que isso ocorre apenas quando a cobertura precisa dar conta de suas demandas e limitações, sustentar a transmissão ao vivo ou lidar com condições de produção adversas, propiciadas pelas especificidades do acontecimento.

A subfunção “ilustração do sofrimento” é a que reúne as manifestações mais emocionadas e dolorosas. Diferentemente das outras subfunções detalhadas até aqui, esta ocorreu, predominantemente, nas reportagens gravadas (77%). O que contribui para o argumento de que os papéis dos testemunhos estão ligados às demandas da cobertura. Ainda que permeie toda a cobertura por ser um aspecto constitutivo da tragédia, o sofrimento ganha mais ênfase após a transmissão ao vivo, quando a demanda de compreender o acontecimento já está, de certa forma, atingida.

A subfunção reúne relatos de sobreviventes ainda aflitos sobre a experiência vivida dentro da boate (“*Todo mundo saindo preto, daquela fumaça, todo mundo saindo preto, aquele monte de gente no chão, sangue, nossa...*”), e sobre sentimentos acionados pelo que foi presenciado (“*foi muito desespero, as pessoas iam saindo meio queimadas, tudo preto, daí começou a sair as macas, as pessoas mortas*”). Ainda temos testemunhos de familiares das vítimas, também muito impactantes. Como exemplo, citamos o caso do marido de uma vítima que, chorando muito, relata que não sabe como vai explicar a morte da mãe para a filha de apenas 4 anos: “*Eu nem sei o que vou falar pra ela... Ter a pessoa do teu lado sempre, né... Um cara apaixonado por ela, né... Adorava ela*”. Relatos como esses não só emocionam, mas humanizam as reportagens ao demonstrar as consequências mais trágicas dos desastres: a perda de vidas. Também colaboram para dar a dimensão da gravidade do acontecimento, uma

vez que “não é possível pensar na cobertura de uma tragédia como de Santa Maria sem a exposição do drama vivido pelas pessoas” (MORETZSOHN, 2013, p.87).

Ademais, consideramos que, talvez, ainda mais importante na expressão do sofrimento é a possibilidade de gerar proximidade com o público. Ao analisar as possibilidades e dificuldades da cobertura da boate Kiss, Moretzsohn (2013, p. 86), lembra o questionamento de Benetti (2013): “por que um grande acontecimento afeta tanta gente (em tese, ‘distante’)? Porque a proximidade nunca é só geográfica. Ela também é emocional”. O entendimento de que a experiência traumática aproxima (LAGE, 2013), também corrobora para pensarmos essa subfunção. Nesse caso, o sofrimento desses jovens e de seus familiares tem a capacidade de reverberar em outros jovens e familiares sem envolvimento direto no caso, mas que se sensibilizam com o sofrimento do outro. É nesse sentido que a proximidade emocional é estabelecida por meio do testemunho de sofrimento.

As subfunções **ilustração da angústia pela falta de informações**, **ilustração da comoção** e **ilustração da solidariedade** não ocorreram na cobertura ao vivo, sendo identificadas apenas nas reportagens gravadas (100%). Novamente, explicamos essa ocorrência em virtude das demandas da cobertura. À medida em que o acontecimento vai sendo compreendido e caracterizado, outras abordagens do caso passam a ser exploradas, tanto por uma escolha da cobertura, como por uma evolução do caso. Assim, em um primeiro momento, temos a apuração inicial do acontecimento na transmissão ao vivo. Depois, a abordagem dos prolongamentos desse acontecimento e, conseqüentemente, os testemunhos que colaboram com essas demandas da cobertura. Assim, os testemunhos que enfatizam a angústia pela falta de informações por parte dos sobreviventes (“*Das quatro que foram junto, uma a gente já achou, ta bem; mas a Marina... a Jéssica... e [suspiro] a Débora ainda não foram encontradas*”), e de pais e familiares (“*Minha sobrinha. Ela está na listagem, mas não foi encontrada*”) são acionados para exemplificar outras etapas do acontecimento: a busca pelas vítimas, a localização dos internados nos hospitais, a identificação dos corpos e o início dos velórios.

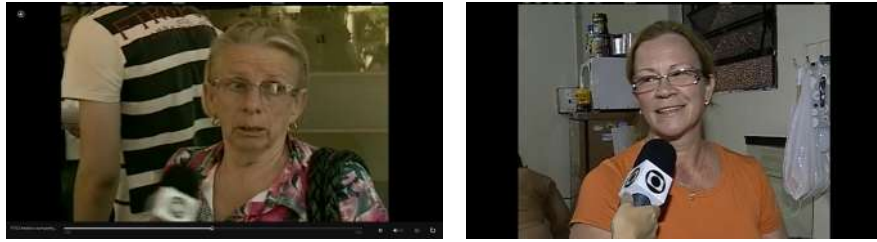
Utilizamos essa mesma linha para explicar as subfunções **ilustração da comoção** (moradores) e **ilustração da solidariedade** (moradores e voluntários). Ambas remetem à ideia de que a tragédia atinge a todos, ou seja, até mesmo a pessoas sem vínculo direto com o incêndio. No caso da comoção, temos o relato sensibilizado com a situação (“*Muito triste. Todo mundo lamentando, né...as pessoas que partiram, né... A gente tá... muito triste mesmo*”); já na solidariedade, temos o depoimento de quem ficou tão impactado com o acontecimento que decidiu ajudar de alguma forma (“*Foi uma lição de vida pra mim isso.*

*Acho que a maior que eu tive até hoje na minha vida... que foi fazer esse... essa caridade, né?”).*

Do ponto de vista audiovisual, as subfunções ocorridas na transmissão ao vivo foram cobertas com ilustra de imagem, ou seja, com blocos de imagens editadas e veiculadas de maneira aleatória durante os testemunhos. Como se trata do mesmo recurso (e mesmos blocos de imagem) utilizado na função anterior e, por isso, já detalhado, não comentaremos novamente. Dessa forma, seguimos para as observações do audiovisual nas subfunções identificadas nas reportagens gravadas. Nessas, verificamos o predomínio do plano próximo (90%), o pouco uso do ilustra de imagem (11%) e a presença considerável de marcas corporais da tragédia (67%). Como exemplo, citamos os casos da sobrevivente que chora, revoltada com o acontecimento (figura 23); do pai inconformado com a morte do filho, que tinha um futuro pela frente (figura 24); da jovem que gesticula para mostrar as partes do corpo queimadas (figura 25), a mãe que chora e soluça ao falar sobre a dor da perda (figura 26), a senhora angustiada que procura pela sobrinha desaparecida (figura 27), e a voluntária que esboça um leve sorriso ao contar da satisfação em ajudar, num momento de tanto sofrimento (figura 28).

Figuras 23 a 28: Caso Kiss (reportagens)- dimensão audiovisual da função expressar o impacto emocional





Fonte: Frames dos programas Fantástico (edição de 27/01/2013) e Bom dia Brasil (edição 28/01/2013)

As subfunções com marcas corporais mais frequentes foram a indicação de ruptura da normalidade (100%) e a ilustração do sofrimento (90%). Nesta última, chama a atenção uma prática pouco usual nas coberturas de normalidade: o *close up* nos momentos nos quais os entrevistados demonstraram maior emoção. A intenção de ressaltar esse aspecto fica evidente devido ao movimento óptico de aproximação (*zoom in*) realizado pelo cinegrafista durante o testemunho do marido de uma das vítimas. Após o texto em *off* afirmar “*Rudinei tem 24 anos. Perdeu a mulher, mãe de sua filha de apenas 4 anos*”, entra a sonora do jovem, visivelmente abalado e chorando: “*Eu nem sei o que vou falar pra ela. Ter a pessoa do teu lado sempre, né... Um cara apaixonado por ela, né... Adorava ela...*”. Exatamente no momento em que ele para de falar, baixa a cabeça e começa a chorar, o movimento de aproximação é realizado. Em *zoom in*, o telespectador acompanha o jovem esfregando o rosto com as mãos e enxugando os olhos, como demonstram os *frames* abaixo (figuras 29 a 32).

Figuras 29 a 32: Caso Kiss - uso de *zoom in*



Fonte: Frames do programa Fantástico da edição de 27/01/2013.

O caso é exemplar para questionar, do ponto de vista ético, essa prática em uma cobertura de um acontecimento que – por si só – já é trágico e carregado de dor. É uma imagem de extremo sofrimento que contribui mais para a espetacularização do que para o acréscimo de conhecimento sobre o caso. Compreendemos que o relato do impacto emocional deve fazer parte da cobertura, afinal, as maiores perdas são sempre as vidas, e mostrar as consequências dessas perdas fazem parte da constituição do acontecimento. Entretanto, a questão é o “como” mostrar esse sofrimento. Nesse caso, o testemunho foi transformado em uma exposição excessiva da vítima.

Esse mesmo testemunho também ressalta a subjetividade das rotinas produtivas, em especial no processo de edição. A mesma entrevista foi utilizada em dois telejornais distintos, mas em um deles a imagem do choro em *close up* não foi utilizada, evidenciando o quanto o acontecimento trágico desestrutura as práticas jornalísticas. Além disso, mostra que, embora existam princípios editoriais, códigos de ética e manuais, ainda há muitos aspectos que escapam desses regramentos e variam de acordo com cada programa, apesar de todos pertencerem à mesma rede de televisão.

Essa subjetividade da edição também pode ser vista no uso do ilustra de imagem. Com a análise, não conseguimos identificar um padrão. Considerando que 67% dos testemunhos apresentavam alguma marca de emoção e apenas 11% foram cobertos com imagem, poderíamos inferir que o pouco uso do ilustra se deve a ocorrência dessas marcas, isto é, quando as vítimas demonstram emoção no vídeo, não tem seus relatos cobertos. Por outro lado, visualizamos que, em alguns momentos, o ilustra foi utilizado, justamente, no testemunho mais dramático. É o caso de um pai que estava velando o corpo do filho e, visivelmente abalado (figura 33), desabafava: “*tantos jovens que... com futuros promissores... Tá sendo muito difícil pra mim como pai*”. Parte dessa fala foi coberta com uma foto do filho sobre o caixão (figura 34).

Em outro momento da cobertura, observamos uso semelhante, porém com uma diferença: o ilustra foi utilizado no final de uma reportagem, prática utilizada nas coberturas de normalidade. Um morador chorava e enxugava os olhos (figura 35), enquanto dizia: “*Muito triste. [repórter diz: Foi um amanhecer] ... lamentável. A gente não precisa nem ser parente pra se emocionar com o que vi lá*”. Quando ele começa a chorar e a esfregar os olhos, entram imagens de outras pessoas desesperadas, chorando e sendo consoladas (figuras 36 a 38).

Figuras 33 a 38: Caso Kiss- uso do ilustra de imagem



Fonte: frames capturados dos telejornais Bom dia Brasil (28/01/2013) e Jornal Hoje (28/01/2013)

Com mais esse exemplo, notamos o quanto a cobertura reforça a emoção já presente no testemunho com imagens que intensificam o sofrimento exposto. Entretanto, não conseguimos identificar uma regra na utilização desse recurso, pois observamos casos em que as testemunhas não exibem marcas corporais e não tem suas falas cobertas, assim como momentos de muita emoção que são ilustrados com mais imagens de emoção. Observações como essas reforçam a nossa ideia da desestruturação das rotinas na cobertura de tragédia.

Após a análise, concluímos que os testemunhos no caso Kiss foram convocados, em sua maior parte, para caracterizar o acontecimento (60%). E, de maneira menos recorrente, para expressar o impacto emocional (33%) e conferir credibilidade à testemunha (7%), como pode ser visto no quadro-resumo abaixo, que também apresenta a ocorrência das subfunções:

Quadro 10: Caso Kiss- tipologia das funções, subfunções e recorrências dos testemunhos

<b>Caso Kiss - Funções dos testemunhos</b>	
<b>FUNÇÕES</b>	<b>SUBFUNÇÕES</b>
<b>Conferir credibilidade à testemunha</b> 7%	5,5% Autodenominação como testemunha ocular 1,5% Contextualização da testemunha
<b>Caracterizar o acontecimento</b> 60%	7% Apontamento das causas 12% Confirmação/negação de informações iniciais 14% Esclarecimento de questões polêmicas 3% Informação sobre o “antes” da irrupção 24% Descrição da fuga e dos resgates
<b>Expressar o impacto emocional</b> 33%	4% Indicação de ruptura da normalidade 2,5% Expressão da incredulidade pela tragédia e sobrevivência 4% Manifestação da indignação 12% Ilustração do sofrimento 5% Ilustração da angústia pela falta de informações 3% Ilustração da comoção 2,5% Ilustração da solidariedade

Fonte: elaborado pela autora.

Os índices indicam o predomínio de quatro subfunções: descrição da fuga e dos resgates (24%), esclarecimento de questões polêmicas (14%), confirmação/negação de informações iniciais (12%) e ilustração do sofrimento (12%). Como esperado em uma cobertura de tragédia, o aspecto emocional permeou a cobertura como um todo e os testemunhos participaram dessa configuração dos impactos emocionais. Entretanto, não ficaram restritos a essas funções usuais, exercendo papéis mais ativos e reivindicadores.

Ainda que, geralmente, os testemunhos tenham “características efêmeras, parciais e fragmentadas” (AMARAL, 2019, p. 34)<sup>32</sup>, os sobreviventes forneceram dados iniciais (o que ocorreu e em quais condições) que colaboraram com a configuração dos primeiros relatos jornalísticos. Além disso, indicaram as causas do incêndio, esclareceram pontos de divergência (como o fechamento da porta pelos seguranças), questionaram responsabilidades e manifestaram indignação com a tragédia e suas circunstâncias. Não se trata de diminuir a relevância dos testemunhos mais centrados nos aspectos emocionais, mas de salientar a variedade de papéis que os testemunhos podem desempenhar para além dos habituais, se o

<sup>32</sup> Tradução nossa: “um relato simultâneo al acontecimento, com características efímeras, parciales y fragmentadas”.

jornalismo autorizar. E, nesse caso, defendemos que só foram permitidas outras funções, porque a cobertura precisou dar conta de suas limitações, potencializadas pelas especificidades do acontecimento e pela transmissão ao vivo.

Esses fatores impactam tanto nas convocações como nas funções. Não há dúvidas de que particularidades do acontecimento, como a localização da boate em uma região central e o alto número de sobreviventes, facilitaram o acesso às testemunhas oculares. O fato de a emissora possuir uma afiliada na cidade também colaborou com a chegada dos jornalistas ainda em meio ao desenrolar do acontecimento. Porém, para além dessas facilidades, há a escolha da cobertura. Sustentamos que o principal fator de tensão foi a realização de uma cobertura ao vivo, sem planejamento e em caráter de urgência. Em virtude dessas condições, os testemunhos tiveram um papel de protagonismo nos primeiros momentos, sustentando horas de transmissão ao vivo e “compensando” as deficiências do trabalho jornalístico, especialmente de uma apuração também realizada em tempo real.

Ainda observamos que essas limitações se refletem nas denominações dos testemunhos. A sobrevivência é ressaltada apenas durante a transmissão ao vivo, quando as entrevistas são realizadas por telefone, e o jornalismo precisa atestar a credibilidade de uma voz que testemunha, sem o efeito de verdade da imagem. Depois, sobreviventes não são mais chamados de sobreviventes. Além disso, não basta sobreviver para ser identificado como tal. Na hierarquia de vítimas da cobertura, só as “vítimas boas” têm seu sofrimento reconhecido (VECCHIOLI, 2018). E ainda temos quase um terço dos testemunhos sem qualquer identificação. O que nos leva a concluir que, por mais relevantes as contribuições, os testemunhos de quem ascende na narrativa apenas pelo caráter da experiência não é valorizado da mesma forma que outras fontes que se manifestam a partir de outros capitais.

É por todas essas constatações que defendemos nossa tese de que a cobertura de tragédias só aciona os testemunhos e autoriza que eles desempenhem funções para além das usuais, quando precisa dar conta de suas próprias limitações, sustentar a cobertura ao vivo ou lidar com as condições de produção adversas propiciadas pelo acontecimento.

## **5 O ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE REJEITOS DE MINÉRIO DA SAMARCO**

Neste capítulo, apresentaremos as funções exercidas pelos testemunhos na cobertura do rompimento da barragem de rejeitos de minério da Samarco. Começaremos pela descrição do acontecimento e da cobertura, seguindo para os graus de proximidade e as denominações atribuídas a quem presta testemunho. Após, apresentaremos as funções e subfunções identificadas, não fazendo referência à ocorrência entre cobertura ao vivo e reportagens gravadas, porque não houve transmissão em tempo real que desestabilizasse a grade de programação. Por fim, explicaremos os fatores que embasam a tese de que o jornalismo só permite que as funções usuais sejam excedidas quando existem outros fatores limitantes do trabalho jornalístico.

## 5.1 DESCRIÇÃO DO ACONTECIMENTO

No dia 5 de novembro de 2015, a cidade mineira de Mariana, famosa pelo seu patrimônio histórico e cultural, passaria a ser conhecida, também, por uma tragédia: o rompimento da barragem do Fundão, controlada pela empresa Samarco Mineração S.A<sup>33</sup>. O subdistrito Bento Rodrigues, distante cerca de 30 quilômetros do centro do município, foi soterrado por um “tsunami de lama” – denominação usada por alguns telejornais. Localizada em uma região montanhosa, a barragem ficava cerca de seis quilômetros acima do subdistrito. Quando rompeu, *“a montanha de lama desabou e saiu arrastando tudo que viu pela frente”*, conforme explicou umas das primeiras reportagens veiculadas sobre o caso.

Ainda no dia do rompimento, imagens aéreas mostravam a magnitude da tragédia, mas não eram suficientes para quantificar as consequências. A comunidade de Bento Rodrigues desapareceu. Oitenta por cento das cerca de 250 casas foram destruídas. Escola, igreja, propriedades rurais, praça, campo de futebol... tudo ficou tomado por uma densa camada de rejeitos de minério. No dia seguinte, uma das sobreviventes contou que estava trabalhando, quando ouviu um barulho muito forte. Pensou que era um helicóptero se aproximando e, quando se deu conta do que estava acontecendo, começou a correr. Já abrigada no ginásio de esportes

de Mariana, resumiu o que sentiu: *“parecia um filme de terror o que nós vivemos”*. Nem todos conseguiram escapar. Dezenove pessoas morreram, entre moradores e trabalhadores da empresa Samarco. Alguns corpos foram localizados a até cem quilômetros do local do rompimento, depois de treze dias de buscas; um nunca foi encontrado (SERRA, 2018).

Os prejuízos ambientais, ainda hoje, são incalculáveis. A lama tóxica, que atingiu toda a Bacia do Rio Doce, percorreu mais de 600 quilômetros até chegar ao mar. No caminho, 41 municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo foram afetados. Embora não haja um consenso em relação ao volume de rejeitos despejados no meio ambiente, conforme apontaram Souza e Capovilla (2019) a partir da análise de informações provenientes de fontes especializadas, governamentais e empresariais, estima-se que o derramamento de resíduos tenha chegado aos 40 milhões de metros cúbicos. Segundo a denúncia do Ministério Público

---

<sup>33</sup> Também são sócias do empreendimento outras duas empresas: a brasileira Vale S.A e a anglo- australiana BHP Billiton.

Federal<sup>34</sup>, os responsáveis pela mineradora “sabiam dos riscos de rompimento da barragem e, em vez de paralisar seu funcionamento, continuaram operando de modo irresponsável”. Além disso, a empresa “não ofereceu treinamento adequado aos seus empregados e aos membros da comunidade em relação a situações críticas. Também não possuía, para casos de emergência, sirenes ou avisos luminosos”.

Quase sete anos após o rompimento, o caso segue sendo discutido judicialmente. Os “pedidos de reparação de 200 mil ribeirinhos, quilombolas, indígenas, prefeituras, igrejas, comércios e atingidos que tiveram vidas e propriedades devastadas pelo rompimento”<sup>35</sup> também estão sendo analisados pela justiça do Reino Unido, já que a BHP Billiton, controladora da mineradora Samarco (junto com a Vale) é uma companhia de capital inglês e australiano. As indenizações pedidas chegam aos 32 bilhões de reais.

O caso – chamado de tragédia, desastre e crime socioambiental – é considerado o “maior desastre socioambiental já ocorrido no Brasil” e “o maior desastre mundial em barragens de mineração, pelo volume vazado, pela extensão dos danos e dos prejuízos causados” (SERRA, 2018, p. 22).

## 5.2 DESCRIÇÃO DA COBERTURA

A cobertura nacional do caso Samarco pela Rede Globo ficou restrita ao espaço normalmente destinado às notícias: os telejornais. Sem uma cobertura ao vivo que desorganizasse a grade de programação, a emissora exibiu reportagens e entradas ao vivo dentro dos telejornais. Dessa forma, desde o princípio, o telespectador acompanhou uma cobertura já organizada e estruturada. Ainda que se possa imaginar a mobilização de equipes para apurar as informações, captar imagens e chegar ao local atingido, esse contexto de urgência, comum aos grandes acontecimentos, não fica explícito ao telespectador.

O primeiro telejornal a noticiar o caso foi o Jornal Nacional<sup>36</sup>, em torno de quatro horas após o rompimento. A cobertura consistiu em menos de três minutos de produção, divididos entre uma reportagem e em um audiotape (entrada por telefone). Primeiro, foi

<sup>34</sup> Informações disponíveis em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/mpf-denuncia-26-por-tragedia-em-mariana-mg>. Acesso em 20 out. 2019.

<sup>35</sup> Conforme informações do jornal Estado de Minas. Disponível em [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/09/05/interna\\_gerais,1391393/justica-do-reino-unido-nega-a-pelacao-da-bhp-a-suprema-corte-no-caso-mariana.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/09/05/interna_gerais,1391393/justica-do-reino-unido-nega-a-pelacao-da-bhp-a-suprema-corte-no-caso-mariana.shtml). Acesso em 07/09/2022.

<sup>36</sup> Edição disponível em <https://globoplay.globo.com/v/4589312/>. Acesso em 07/09/2022.

exibida a reportagem assinada pelo repórter Ismar Madeira, da Globo Minas (com sede em Belo Horizonte), e toda ancorada em imagens aéreas da região atingida. Sem a veiculação de sonoras com fontes, o texto em off descrevia as consequências mais impactantes do rompimento: *“Do alto é possível ver o tamanho da área atingida. Lama e mais lama onde antes havia mata e um vilarejo com cerca de 200 casas. Muitas foram totalmente encobertas. Este carro foi parar em cima de uma delas, e ficou pendurado sobre as paredes. Vários outros foram arrastados”*. Ao longo da reportagem, também é salientado o aspecto preliminar das informações e a incerteza sobre número de mortos e desaparecidos. No final da edição, é exibido um audiotape do repórter Ricardo Soares que, conforme salientado pela apresentadora Renata Vasconcellos, havia conseguido chegar *“há pouco”* no distrito vizinho de Paracatu de Baixo. O repórter conta que está acompanhando a evacuação da área em tom testemunhal: *“A gente encontrou muita gente subindo para as partes mais altas desse vilarejo, carregando mantimentos, roupas. As pessoas disseram que vão passar a madrugada, a noite no mato. Os acessos estão todos fechados”*.

A cobertura continua horas mais tarde, no Jornal da Globo<sup>37</sup>, de maneira ainda mais estruturada e com avanços significativos. O telejornal veicula: uma reportagem, três entradas ao vivo já direto de Mariana e um vídeo testemunhal sem autoria especificada, num total de seis minutos destinados ao caso. A reportagem, assinada pelo repórter Ricardo Soares, exhibe as mesmas informações e imagens veiculadas no telejornal anterior. O avanço da cobertura são as entradas ao vivo, realizadas do ginásio de esportes de Mariana, para onde estavam sendo levados os desabrigados. Nas três participações, foram abordados o resgate de feridos, o trabalho de voluntários, o posicionamento da Samarco e a evacuação de áreas de risco (com imagens dos moradores abandonando suas casas). Já o vídeo testemunhal mostra, pela primeira vez, o acontecimento *“acontecendo”*, ou seja, a aproximação da onda de rejeitos. O apresentador introduz o vídeo em um caráter de últimas informações: *“Acabamos de receber um vídeo, autoria não está confirmada ainda. Esse vídeo traz pessoas em fuga, teria sido feito por uma pessoa, por um homem que trabalhava perto das barragens que se romperam”*. As imagens tremidas, sem foco e enquadramento mostram o desespero de um grupo de pessoas em um caminhão, tentando escapar da água. O teor dramático das imagens é potencializado pelo áudio de quem grava o vídeo e narra a situação: *“Bora, Bora! Vai, Tiago! (...) Vai, Tiago, acelera! Tem um caminhão... Volta, volta, volta! Ô meu camarada, volta ou vira o caminhão. (...) Vira o caminhão e ‘racha o fora’. Volta, Zé! Volta, volta, volta! Vamo embora!”*. O vídeo termina e uma série de perguntas seguem sem resposta: o que ocorreu com os trabalhadores,

<sup>37</sup> Edição disponível em <https://globoplay.globo.com/v/4589596/>. Acesso em 07/09/2022.

conseguiram fugir? Como o repórter teve acesso ao vídeo? O equipamento de gravação (possivelmente um celular) foi encontrado ao acaso ou foi entregue pelos próprios sobreviventes? Lacunas típicas da cobertura de desastres e tragédias, e que só são permitidas nessas situações extraordinárias.

Até então, a participação do repórter por telefone e o vídeo da fuga são as únicas manifestações em caráter testemunhal da cobertura. Os testemunhos de sobreviventes e moradores são exibidos apenas no dia seguinte ao acontecimento, no telejornal Hora Um, em uma reportagem que descreve as consequências do rompimento (novamente ilustrada com imagens aéreas), a fuga e os trabalhos de resgate. Além disso, uma sobrevivente é entrevistada ao vivo no ginásio de esportes do município. O tempo reservado ao caso fica em torno de seis minutos.

A cobertura segue no telejornal Bom dia Brasil<sup>38</sup>, de maneira mais detalhada. Em quase 13 minutos de produção, são apresentados o mesmo vídeo testemunhal que mostra “*o tsunami de lama descendo das barragens*”, três entradas ao vivo direto do ginásio (sendo uma com a entrevista de sobrevivente), uma reportagem sobre a fuga e os resgates (com veiculação de testemunhos), outra reportagem sobre rompimentos ocorridos em Minas Gerais nos últimos 15 anos.

O telejornal em que encerram as primeiras 24 horas de cobertura é o Jornal Hoje. Em seis minutos destinados ao caso, é veiculada uma reportagem que exhibe, novamente, o vídeo testemunhal, as imagens aéreas, a evacuação das áreas de risco e o testemunho de sobreviventes. O avanço é a passagem da repórter Viviane Possato, que mostra a tentativa de chegar ao distrito de Bento Rodrigues: “*Por terra, esse é o ponto mais próximo que conseguimos chegar a Bento Rodrigues. A partir daqui o acesso está completamente interrompido pelo rejeito*”. A reportagem ainda exhibe os testemunhos de familiares de desaparecidos, dando início a uma nova demanda da cobertura. O telejornal ainda aborda o trabalho de assistência aos desabrigados em duas entradas ao vivo. Somando todos os telejornais, a emissora dedicou 33 minutos e 40 segundos ao caso Samarco nas primeiras 24 horas de cobertura.

---

<sup>38</sup>Edição disponível em <https://globoplay.globo.com/v/4589843/>. Acesso em 07/09/2022.

### 5.3 NARRATIVIZAÇÃO DO ACONTECIMENTO: DE QUEM SÃO OS TESTEMUNHOS E QUAIS AS DENOMINAÇÕES ACIONADAS?

A cobertura do caso Samarco apresentou alguns desafios já no primeiro item de análise. O ato de identificar o grau de proximidade mostrou o quanto as questões, aparentemente, mais simples podem ser impactadas na urgência. Sonoras foram veiculadas sem nome, profissão ou qualquer indicação da sua posição em relação à tragédia (em caracteres- GC). A falta de informações foi tão significativa, que precisamos observar se a própria testemunha declarava o seu grau de proximidade ou se o off que antecedia a sonora fazia alguma referência à identidade de quem estava falando. Como por exemplo, citamos o seguinte testemunho: *“Acabou tudo. Tudo, tudo, tudo. A gente sabe que a maioria dos parentes estão bem, mas como são muitas especulações, cada um fala uma coisa, a gente fica sem saber no que acreditar”*. A primeira frase do testemunho (*“Acabou tudo. Tudo, tudo, tudo”*) pode indicar se tratar de um sobrevivente ou morador afetado; já a seguinte (*“A gente sabe que a maioria dos parentes estão bem...”*) remete à condição de familiar. Nesse caso, observamos o off (*“No hospital de Mariana, a movimentação em busca de notícias era grande. E o desespero também.”*) e optamos por considerar o testemunho como proveniente de um familiar de desaparecido.

Entre os três casos de análise deste trabalho, esse é o que possui o menor número de convocações: apenas 13 testemunhos em 24 horas de cobertura. Além disso, a veiculação ocorreu apenas no dia seguinte do acontecimento, mais de 14 horas após o rompimento, no terceiro telejornal a noticiar o caso.

Sugerimos que essa questão tenha sido influenciada pelas especificidades do acontecimento, pelo menos nas primeiras horas de cobertura. O “tsunami” de rejeitos que soterrou a comunidade de Bento Rodrigues, também acabou com estradas que levavam ao distrito, prejudicando o acesso dos jornalistas. Corrobora essa perspectiva o fato de a primeira reportagem sobre o caso (Jornal Nacional, 05/11/2015) ter sido ilustrada apenas com imagens aéreas, conforme detalhamos na descrição da cobertura. Outros elementos, como a passagem gravada em Belo Horizonte e a ausência de qualquer sonora, revelam os desafios do trabalho jornalístico.

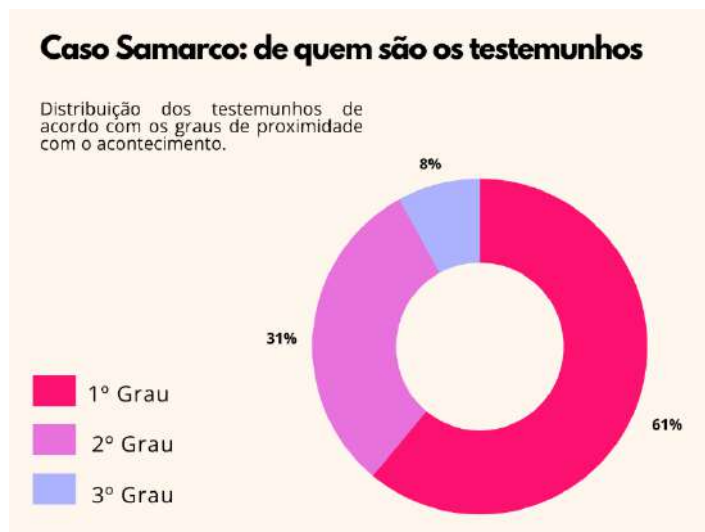
Essa dificuldade é transmitida ao telespectador no final da edição, quando a apresentadora anuncia a participação ao vivo de outro repórter da seguinte forma: *“O repórter Ricardo Soares chegou há pouco a um distrito vizinho do local do acidente, e tem as informações por telefone”*. O repórter abre a participação ao vivo afirmando: *“a nossa equipe*

*conseguiu chegar até um vilarejo chamado Paracatu, um distrito também de Mariana*". Após descrever o trabalho das equipes de salvamento e dizer que os moradores fugiram para as partes mais altas e vão *"passar a noite no mato"*, concluiu: *"todos os acessos estão fechados"*. Tratando-se de coberturas de tragédia, esse contexto é importante porque denota não só as complexidades do trabalho jornalístico, como também as soluções encontradas (no caso, uma reportagem apenas com imagens aéreas e sem sonoras, e uma participação de repórter por telefone) no momento de urgência.

Entretanto, passadas as horas mais conturbadas, consideramos que o número reduzido de testemunhos passa a ser uma escolha da cobertura. Se, no Jornal Nacional, a equipe não havia chegado ao distrito, horas depois no Jornal da Globo, já estava no ginásio de esportes da cidade para onde eram levados os moradores afetados. Desse local, foram realizadas duas entradas ao vivo com ilustra de imagem dos moradores abandonando as casas, sob risco de ainda serem atingidas pelos rejeitos. Ou seja, ter contato com os sobreviventes não era mais um problema para a cobertura. No entanto, os testemunhos foram exibidos apenas a partir do telejornal Hora Um da Notícia.

E essa escolha da cobertura, ao nosso ver, também passa pela ausência de uma cobertura ao vivo em caráter de urgência, que excedesse os telejornais e desorganizasse rotinas de maneira mais intensa. Sem precisar dar conta das limitações desse tipo de transmissão, os testemunhos foram pouco acionados, o que corrobora a nossa tese de que o jornalismo só convoca e permite que eles excedam as funções usuais quando precisa dar conta de suas próprias deficiências. Essa ideia é corroborada pelos índices de ocorrência a respeito de quem é convocado a prestar testemunho. Do total de 13 testemunhos, oito foram provenientes de sobreviventes e moradores (1º grau de proximidade), quatro de familiares dos desaparecidos (2º grau de proximidade), e uma de autoridade do município (3º grau de proximidade). Os índices de recorrência estão especificados no quadro abaixo.

Quadro 11: Caso Samarco: de quem são os testemunhos

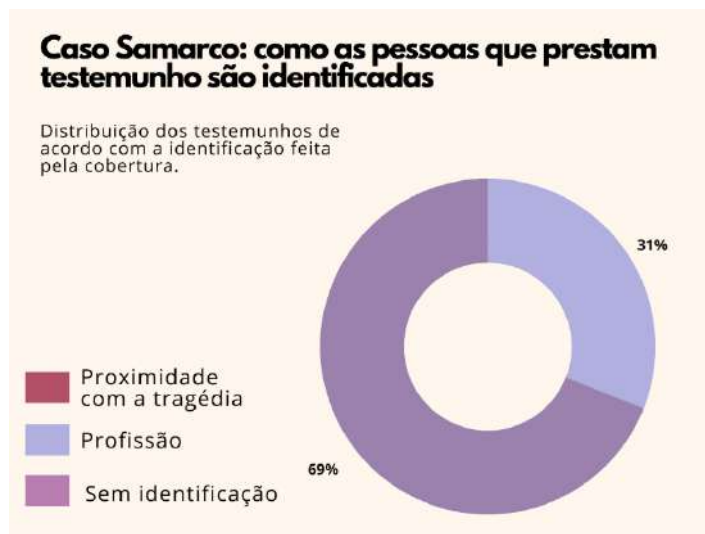


Fonte: elaboração própria.

Os dados indicam uma valorização do primeiro grau de proximidade, ou seja, da experiência direta (61%) de quem viveu e viu a tragédia de perto. Esses relatos, que apontam tanto para a sobrevivência, quanto para os impactos imediatos do acontecimento, são exibidos a partir do telejornal Hora Um. Em segundo lugar, ficaram os testemunhos do segundo grau de proximidade (31%), de familiares dos desaparecidos, acompanhando uma nova demanda da cobertura: a busca por desaparecidos. Essa abordagem começa no telejornal Bom dia Brasil (e segue no Jornal Hoje), com os testemunhos de parentes e amigos dos trabalhadores da Samarco, ainda não localizados após o rompimento da barragem. E em terceiro lugar nas convocações (8%), está o terceiro grau de proximidade, com a veiculação do testemunho do prefeito de Mariana, que descreve o que viu nas tentativas de resgate das vítimas.

Se as estatísticas apontam para a valorização da sobrevivência, observamos outros aspectos que colocam em xeque essa perspectiva, como a falta de identificação dessas pessoas que compartilham experiências com a cobertura. Considerando todos os testemunhos veiculados nas primeiras 24 horas do caso, independentemente do grau de proximidade, chegamos aos seguintes resultados quanto à denominação: nenhum foi identificado pela proximidade com o acontecimento, 69% não foram identificados de forma alguma, e 31% foram identificados pela profissão. O quadro abaixo demonstra essas relações.

Quadro 12: Caso Samarco- como as pessoas que prestam testemunho são identificadas



Fonte: elaboração própria.

O primeiro dado que ressaltamos é a frequente falta de identificação das pessoas (69%) que relatam suas experiências na cobertura. Na maioria dos casos, não sabemos quem são elas e de que lugar se manifestam. Como explicamos anteriormente, em muitos momentos, tivemos de recorrer à análise do off (e do testemunho) para definir o grau de envolvimento delas com o acontecimento. Ainda que isso tenha sido possível em grande parte dos casos, o fato é que a cobertura escolhe não nomear essas pessoas ou, pelo menos, não as identificar de maneira completa.

Ainda observamos alguns casos de testemunhos sem qualquer identificação, outros em que apenas o primeiro nome (sem sobrenome) é citado, e ainda em que a mesma pessoa é nomeada em um telejornal, e não identificada em outro. Todos esses casos serão detalhados a seguir, quando apresentarmos os dados específicos das denominações em cada grau de proximidade. Contudo, esses apontamentos iniciais são um indício do lugar concedido pela narrativa ao testemunho das “pessoas comuns”, ou seja, daquelas que tem como único atributo o saber da experiência.

Outro dado que chama a atenção é que nenhum testemunho foi identificado pela proximidade com o acontecimento (que é o fator que justifica a convocação), ou seja, sobreviventes não foram chamados de sobreviventes, e familiares não foram chamados pelo grau de parentesco com as vítimas, como observado em coberturas de tragédia com certa frequência. A única forma de identificação utilizada foi a usual, pela profissão (31%). Assim, se por um lado notamos a quebra da rotina na falta de identificação, por outro, observamos o prosseguimento da regra de créditos a partir da função social em alguns momentos.

A análise específica de acordo com a proximidade demonstrou relações bem próximas à geral. No caso do 1º grau (sobreviventes e moradores) chegamos aos seguintes dados: 63% não foram identificados, 37% foram identificados pela profissão e ninguém pela relação com o acontecimento, conforme quadro abaixo.

Quadro 13: Caso Samarco- como os sobreviventes são identificados



Fonte: elaboração própria.

Entre os casos sem identificação, um chama a atenção pelo caráter inusitado: uma vítima sequer teve sua imagem exibida, pois todo o testemunho foi coberto com imagens da fuga dos sobreviventes. Também não há referência sobre a utilização de testemunho por telefone, o que justificaria a ausência de imagem. Nesse caso, temos apenas uma voz que testemunha: sem imagem, sem nome, sem função social. Outra ocorrência entre os sobreviventes é bastante reveladora da desorganização das rotinas de produção. O testemunho de uma moradora em fuga é veiculado sem qualquer identificação no telejornal Hora Um (figura 39), é repetido no Bom dia Brasil com identificação completa (figura 40), e, novamente, exibido sem identificação no Jornal Hoje (figura 41). Além disso, no off de uma reportagem ela é chamada de sobrevivente; no de outra, de moradora.

Figuras 39 a 41: Caso Samarco- diferença na identificação de sobreviventes



Fonte: frames capturados dos telejornais Hora Um, Bom dia Brasil e Jornal Hoje (06/ 11/ 2015)

O selo de exclusividade, veiculado apenas na sonora do Jornal Hoje, também é uma prova da falta de padronização. O exemplo ainda ilustra outra ruptura nas práticas: a repetição de sonoras. Além de o caso ter veiculado um número reduzido de testemunhos de sobreviventes e moradores (apenas 8), 37% dos relatos foram repetidos e utilizados em diferentes telejornais. Além disso, também ocorreu de uma sobrevivente ser entrevistada, ao vivo, em dois telejornais.

Todas essas questões sugerem uma desvalorização da sobrevivência por parte da cobertura. Ainda que o off faça referência a esse aspecto ao falar da urgência em evacuar a área (“*a defesa civil alertou para os riscos de novos desmoronamentos. E a população saiu às pressas*”) ou, até mesmo, deixe clara essa condição (“*De madrugada, sobreviventes da tragédia eram orientados a deixar o local porque havia risco de mais desmoronamentos*”), a cobertura não demarca a sobrevivência nos créditos. Por isso, sustentamos que a exemplo do que ocorre com a convocação dos testemunhos, a condição de sobrevivência também é ressaltada com mais intensidade apenas nos momentos de urgência, quando o jornalismo precisa dar conta de alguma limitação. Nesse caso, como não houve cobertura ao vivo em meio ao desenrolar do acontecimento e nem a desestruturação inerente à uma transmissão em caráter extraordinário, a sobrevivência não foi salientada.

Além disso, evidenciar a sobrevivência é, também, dar destaque a uma série de outros sentidos: a ameaça à vida, a possibilidade de morte, e a gravidade do caso, por exemplo. Ainda é preciso lembrar que o rompimento da barragem envolve uma grande corporação, e que qualquer narrativa jornalística envolve “jogos de poder, estratégias, astúcias, hierarquias”

(MOTTA, L., 2013, p. 130). Esses aspectos podem ter um peso ainda maior quando acontecimentos envolvem empresas com grande poder econômico e político.

Essa desvalorização do testemunho pela denominação também é notada no segundo grau de proximidade, quando a identificação é ainda mais restrita. Nenhum familiar de vítima foi nomeado pela proximidade com o acontecimento, 75% não receberam identificação, e apenas 25% foram identificados com nome completo e função social. O quadro abaixo apresenta essas relações.

Quadro 14: Caso Samarco- como os familiares e amigos das vítimas são identificados



Fonte: elaboração própria.

Este é o grupo com maior índice de falta de identificação. Se os atingidos já não são nomeados; os familiares deles, muito menos. O mesmo raciocínio que elaboramos para a questão da sobrevivência, cabe em relação aos familiares. No caso, ressaltar o desaparecimento nos créditos é dar destaque ao aspecto humano mais importante em qualquer tragédia: a perda de vidas. Ou seja, a cobertura aciona os testemunhos de familiares, mas, ao não creditar o lugar social, não os valoriza. O único caso identificado (25%), é de uma familiar de desaparecido identificada como “moradora”. Deduzimos a relação familiar, porque o off que antecede a fala faz referência à movimentação de parentes em frente ao hospital.

E, por fim, os índices do terceiro grau de proximidade reforçam essa perspectiva de nomeação dos testemunhos. Nas primeiras 24 horas de cobertura, temos apenas um testemunho proveniente de autoridade: o do prefeito de Mariana. E, diferentemente das “pessoas comuns”, ele foi identificado com nome, função social nos créditos (“Duarte

Eustáquio Júnior/ Prefeito de Mariana”) e ainda citado no texto em off (“*O prefeito de Mariana...*”). Trata-se de um relato com base na experiência, portanto, um testemunho. Entretanto, é proveniente de uma pessoa que possui outros atributos para além da vivência com o acontecimento. Cabe registrar que o crédito do prefeito foi inserido de maneira equivocada durante a fala de outra fonte, o que se caracteriza como um erro de operação. Porém, o fato de o crédito ter sido usado (ainda que no momento errado), denota a intenção de identificá-lo.

Todas essas observações indicam a forma como a cobertura aciona os testemunhos das pessoas implicadas no acontecimento. A quantidade reduzida de testemunhos, associada ao número de sonoras repetidas, já representava um indício da falta de valorização dos relatos baseados na experiência, que acabou sendo confirmado pela observação dos créditos não concedidos. Compreendemos que as condições de produção adversas, propiciadas pelo acontecimento influenciaram nas primeiras horas de cobertura, entretanto, após esse período inicial, a baixa convocação passa a ser uma escolha da cobertura. Além disso, também observamos que sem uma cobertura ao vivo desestabilizadora de rotinas produtivas e amplificadora de limitações, os testemunhos são pouco acionados- o que reforça a nossa tese.

A seguir, vamos analisar as funções desempenhadas pelos testemunhos e os tipos de manifestações autorizadas pela narrativa jornalística.

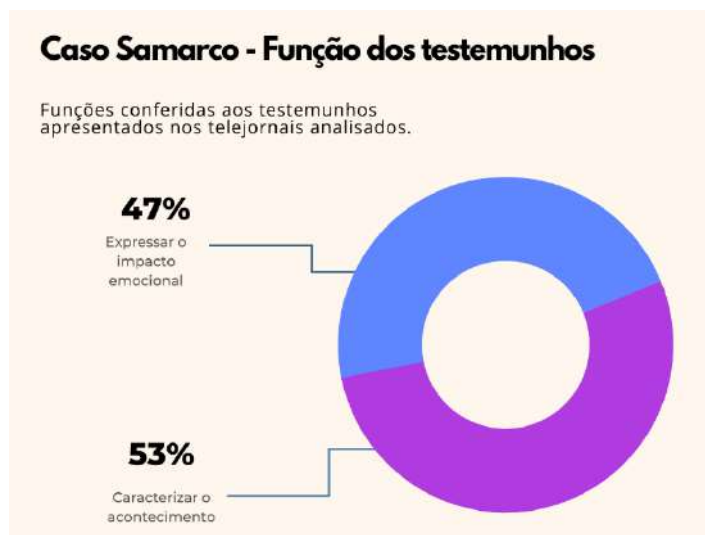
#### 5.4. FUNÇÕES DOS TESTEMUNHOS: O QUE É PERMITIDO SER FALADO?

A análise demonstrou que os testemunhos no caso Samarco desempenharam duas grandes funções na cobertura: **caracterizar o acontecimento** e **expressar o impacto emocional**. Como realizado no caso anterior, começaremos pela apresentação geral das funções e dos índices de ocorrência de cada uma. Entretanto, não faremos relação entre transmissão ao vivo e reportagens gravadas, pois não foi realizada cobertura em tempo real. Por fim, detalharemos cada função com suas subfunções e particularidades que justificam nossa tese.

Na função **caracterizar o acontecimento**, os testemunhos acionam diferentes questões que descrevem a tragédia e, assim, acabam por fornecer contornos mais delimitados ao caso. Já na função **expressar o impacto emocional**, a contribuição é ilustrar sentimentos e

emoções em relação à tragédia. O gráfico abaixo demonstra a ocorrência dessas duas funções ao longo das primeiras 24 horas de cobertura.

Quadro 15: Caso Samarco- funções dos testemunhos



Fonte: elaboração própria.

Além de a análise demonstrar que os testemunhos desempenharam funções mais restritas, também chama a atenção o fato de a função “conferir credibilidade à testemunha” não ter sido identificada na cobertura, corroborando a nossa tese de que as funções dos testemunhos estão atreladas às condições de produção e demandas do trabalho jornalístico. Sem uma cobertura ao vivo em caráter de urgência que desestabilizasse as rotinas e a grade de programação (como ocorreu no caso Kiss), os testemunhos não foram acionados para atestar a credibilidade das próprias testemunhas.

Em relação aos índices de ocorrência, observamos um certo equilíbrio entre as duas funções exercidas. A função caracterizar o acontecimento esteve presente em 53% dos testemunhos. Contudo, assim como no caso Kiss, a análise das subfunções revelou particularidades que apenas esse olhar mais geral para a função não é capaz de demonstrar, como detalharemos a seguir. Já a função expressar o impacto emocional foi identificada em 47% dos testemunhos, confirmando a recorrência dos papéis usuais concedidos às pessoas que relatam suas experiências.

A análise mais aprofundada de cada função apontou relações ainda mais peculiares do uso dos testemunhos no caso. A primeira delas é que a função **caracterizar o acontecimento**, desempenhada por sobreviventes e autoridades, é composta por apenas uma subfunção:

- 1) **descrição da fuga e dos resgates (sobreviventes e autoridades)**, quando o testemunho descreve as dificuldades de escapar da onda de rejeitos e a luta pela sobrevivência (*“Aí quando eu saí, o pessoal disse: a barragem estourou! As pessoas começaram a correr, a escola começou... todo mundo a correr... corre para um lado, corre para o outro. Os carros já tavam levando no caso o pessoal pro alto, quando a gente conseguiu chegar, na... na ... entrar no ônibus. O ônibus não deixava a gente entrar. E a gente teve... nós tivemos de entrar numa caminhonete. E uma menina falando: o mundo tá acabando. Aqui quando chegamos no alto da caixa d’água, aí começamos a correr pro mato. A água vinha de um lado, vinha de outro. Foram momentos terríveis que nós passamos”*); e os desafios em resgatar as pessoas que estão em áreas isoladas depois do rompimento da barragem (*“A gente não consegue dimensionar o tamanho dessa tragédia, porque tem muita gente, cada uma numa área, num canto. De onde a gente tava, a gente conseguia visualizar uma turma com uma lanterna no alto de um morro”*).

Entre todas as subfunções já identificadas na caracterização do acontecimento nos outros casos, essa é a que apresenta as falas mais comoventes, especialmente quando se referem à urgência da fuga. Não há dúvidas de que os relatos mencionados contribuem para a delimitação da tragédia, na medida em que descrevem questões pontuais (*“a água vinha de um lado, vinha de outro”*, *“o ônibus não deixava a gente entrar”*); entretanto, o apelo emocional é bastante presente (*“o mundo tá acabando”*, *“momentos terríveis”*). Não se trata de colocar as duas funções em campos opostos (razão e emoção), mas de destacar que a subfunção descrição da fuga e dos resgates, ainda que faça parte de uma função não centrada nos impactos emocionais, é a que apresenta os testemunhos com maior carga dramática desta função.

E a dimensão audiovisual participa dessa configuração. Parte dos testemunhos sobre a urgência em fugir da onda de lama ou abandonar áreas de risco é ilustrado por imagens aéreas feitas por helicóptero (figuras 42 e 43), que mostram a dimensão da tragédia (grande extensão de terras coberta por lama) e reforçam o aspecto inacreditável da sobrevivência (carro levado para cima de uma casa pela força da água). Em ambos os casos, a imagem atua como um reforço da emoção expressa pelo testemunho.

Como exemplo, lembramos da moradora de Bento Rodrigues que fugiu sem saber a localização das filhas. Condição utilizada para começar a entrevista ao vivo, conforme demonstra a fala da repórter: *“A história dela é dramática, gente. Ela estava trabalhando na escola e os filhos estavam na casa da irmã dela. E ela conseguiu fugir sem os filhos. Como foi? Após detalhar o que fez e viveu para escapar da lama, a sobrevivente responde à pergunta da jornalista: “Eu parei na frente de um carro e pedi que, pelo amor de Deus, que buscasse minhas filhas, mas ele falou pra mim que achava que elas estavam no caminhão. Foi um momento...”*. A maior parte da fala dela (incluindo trechos anteriores ao descrito acima) foi coberta por imagens. Dos 43 segundos de testemunho, 28 segundos foram ilustrados com cenas aéreas. Assim, a fala que já era dramática ficou ainda mais impactante com a veiculação das imagens do distrito completamente soterrado.

Vistos em conjunto, a fala da repórter, o testemunho da sobrevivente e as imagens aéreas ressaltam os aspectos mais sensacionais, ou seja, da mãe que foge sem saber o paradeiro dos filhos em um cenário de completa destruição, ao ponto de um veículo ter sido levado para cima do telhado de uma casa. Isto é, as dimensões verbal e audiovisual reforçam-se mutuamente.

Figuras 42 e 43: Caso Samarco: uso de imagens aéreas



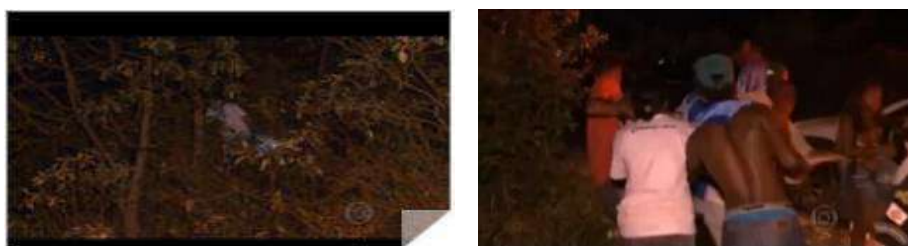
Fonte: frames capturados do telejornal Bom dia Brasil (06/11/2015).

É preciso registrar que imagens como essas, exibidas durante os testemunhos, também foram muito utilizadas em reportagens e entradas ao vivo, sendo exibidas exaustivamente. Essa prática, comum às coberturas de desastres, tanto pode ser uma forma de contornar a escassez de cenas nas primeiras horas após o acontecimento, como também uma estratégia para atestar que o extraordinário, de fato, ocorreu (AMARAL, MOTTA, SOUZA, 2022). Além disso, como já apontamos em trabalhos anteriores, podemos considerar que essa repetição colabora para a configuração de imagens símbolos do caso, ou nas palavras de

Charaudeau (2006, p. 4) de “imagens-sintoma”. Para o autor, trata-se de “uma imagem já vista (...) que reenvia a outras imagens” e que possuem um aspecto emocional bastante forte, sendo necessário que “estejam cheias daquilo que mais sensibiliza os indivíduos: os dramas, as alegrias, as tristezas (...) a imagem deve remeter a imaginários profundos de vida”. Consideramos que essas imagens aéreas que colaboraram para potencializar a emoção dos testemunhos e da cobertura como um todo, também podem ser vistas como imagens- sintoma, na medida em que representam todo o modo de vida perdido pelos moradores.

Por outro lado, observamos que quando o testemunho se refere à descrição dos resgates, o tom emocional não é marcante como em relação à fuga. Sugerimos que essa diferença ocorra devido ao estatuto de quem presta testemunho. A fuga é descrita pelos sobreviventes, ou seja, por aqueles que possuem a experiência mais visceral. Já em relação ao resgate, o testemunho parte do prefeito da cidade que, embora esteja vivendo aquela situação e se manifestando do ponto de vista testemunhal, obviamente, vivencia outra modalidade de experiência. No momento em que o prefeito conta que viu muitas pessoas ilhadas nas partes mais altas da localidade (“*De onde a gente tava, a gente conseguia visualizar uma turma com uma lanterna no alto de um morro*”), o testemunho é coberto com imagens dos sobreviventes em regiões de mata (figura 44) e dos resgates (figura 45). Como usual no telejornalismo, observamos que “a imagem atua como comprovação dos fatos” (TEMER, SANTOS, 2019, p. 35), autenticando o testemunho do prefeito.

Figuras 44 e 45: Caso Samarco- uso de ilustra de imagem



Fonte: frames capturados do telejornal Bom dia Brasil (edição de 06/11/2015).

Esse recurso de ilustra de imagem foi utilizado em 30% dos testemunhos da função, sendo o uso identificado em duas situações diferentes: como forma de intensificar a emoção do testemunho ou provar as situações relatadas. Ainda na questão audiovisual, identificamos marcas corporais da tragédia em 40% dos testemunhos. Um dos casos mais significativos é o de uma senhora entrevistada (figura 46) enquanto deixava para trás a casa e o que construiu

ao longo de toda uma vida. A pressa em abandonar o local é tão grande, que ela mal consegue falar. Ainda ofegante, abana-se durante a entrevista e, tentando recuperar o fôlego, começa a contar sobre o que viveu: [respira ofegante] *Fui lá pegar remédio. Uma coberta e subi* [respira ofegante]. *Ai* [respira e se abana]. *É meu filho... a coisa é feia*". Foram três segundos respirando antes de começar a falar e, ainda arfante, interrompeu o testemunho em outros dois momentos. Tudo isso em uma sonora de 9 segundos.

Os momentos de respiração foram tão significativos quanto à própria fala para demonstrar a urgência da fuga. Já em outro caso (figura 47), a urgência da fuga é salientada na passagem da repórter ("*Edilaine é uma das sobreviventes. Ela conta que correu 20 minutos com os sobrinhos para escapar da onda de lama*"). Ainda com uma criança no colo (cuja imagem atesta a informação do repórter), ela conta o que viu durante a fuga: "*Uma barulhada de água. Quando a gente olhava pra trás, tudo indo embora. Tudo. A escola saiu inteira, as casas também saíam inteira*".

Figuras 46 e 47: Caso Samarco- dimensão audiovisual da função caracterizar o acontecimento



Fonte: frames dos telejornais Hora Um (edição de 06/11/2015)

Considerando tanto o uso do ilustra quanto as marcas corporais da tragédia, identificamos que a dimensão audiovisual atua como um recurso de reforço dos aspectos emocionais ou de prova de verdade, na medida que atesta ou ilustra o testemunho. Em relação aos enquadramentos de câmera, não observamos nenhuma ruptura em comparação ao utilizado no jornalismo diário, sendo o plano próximo (usual em sonoras) a escolha em 80% dos casos. Finalizadas as observações sobre a função caracterizar o acontecimento, passaremos para outra função identificada na cobertura.

A função **expressar o impacto emocional** reúne os testemunhos cujo foco é a demonstração de emoções e sentimentos em relação à tragédia. É desempenhada por sobreviventes e familiares e divide-se em quatro subfunções:

1) **expressão da incredulidade pela tragédia e sobrevivência (sobreviventes)**, quando os testemunhos narram os aspectos mais sensacionais da tragédia para demonstrar a incredulidade no que estava acontecendo (“*A cena parecia um filme de terror que nós vivemos. Porque... eu tava trabalhando, aí eu vi um barulho assim... parecia um helicóptero. Eu: Gente o que está acontecendo? Parecia um filme de terror*”);

2) **ilustração do alívio pela sobrevivência (sobreviventes)**, quando o testemunho demonstra o alívio e, de certa forma, a alegria de ter superado os infortúnios da tragédia, sobrevivido e reencontrado os familiares (“[repórter] *E aí você conseguiu encontrar os seus filhos?* [sobrevivente] *Graças a Deus, nós conseguimos!* [repórter] *mas até então achou que eles...* [sobrevivente] *... tinham morrido.* [repórter] *e o reencontro?* [testemunho] *Nossa! Foi só felicidade!*)

3) **ilustração do sofrimento (familiares)**, quando os testemunhos narram a dor e o sofrimento provocados pelo rompimento da barragem, especialmente pela possível perda dos familiares (“*O mais difícil é ele. Só ele perguntando: que horas meu pai vai chegar?*”);

4) **ilustração da angústia pela falta de informações (familiares)**, ocorre quando os testemunhos salientam a aflição de não saber aonde estão os familiares, vistos pela última vez na região do rompimento (“*Minha sobrinha Emanuele está desaparecida desde ontem*”);

Novamente, assim como ocorreu na função anterior, chama a atenção o número reduzido de subfunções identificadas, representando o acionamento de uma menor diversidade de impactos emocionais por meio dos testemunhos. As primeiras duas subfunções, **expressão da incredulidade pela tragédia e sobrevivência e ilustração do alívio pela sobrevivência**, desempenhadas apenas por sobreviventes, remetem a dois aspectos muito presentes nas coberturas de grandes acontecimentos: o choque pela experiência traumática e o alívio após ter superado infortúnios e sobrevivido. De certa forma, as duas perspectivas mobilizam questões bastante distintas. Em um lado, é o estarrecimento pelo

inacreditável; em outro, a combinação de alívio e alegria por estar vivo. O que converge, nos dois casos, é a forma como a cobertura aciona os testemunhos: salientando os detalhes mais sensacionais do acontecimento.

Em uma entrada ao vivo no telejornal Hora Um (06/11/2015), às 5h46min da manhã, direto do ginásio preparado para acolher os desabrigados, o repórter começa a entrevista com a sobrevivente afirmando: “*Alguns, neste momento, estão dormindo, e uma moradora que **ainda está acordada** aqui. Vou conversar com ela, que é moradora de Bento Rodrigues. Vai ser difícil dormir depois de tudo isso?*”. A sobrevivente, então, responde: “*Ah, vai. A cena parecia um filme de terror que nós vivemos*”. O testemunho ainda faz outras referências à incredulidade, como ao fato de não saber o que estava ocorrendo (*Gente, o que está acontecendo?*) e ter imaginado se tratar de um helicóptero em função do barulho da água (*“eu vi um barulho assim... parecia um helicóptero”*). Por fim, reafirma: “*Parecia um filme de terror*”.

O exemplo da ilustração do alívio pela sobrevivência parte da mesma sobrevivente, entrevistada novamente, no mesmo dia, mas por outra repórter no telejornal Bom dia Brasil. Nesse caso, o apelo ao aspecto dramático é ainda maior. Ao longo da entrada ao vivo, a repórter pergunta (ainda que não claramente) se a sobrevivente pensou que os filhos haviam morrido, já que ela fugiu sem saber o paradeiro das crianças: “[repórter] *E aí você conseguiu encontrar os seus filhos?* [sobrevivente] *Graças a Deus, nós conseguimos!* [repórter] *mas até então achou que eles...* [sobrevivente] *tinham morrido.* [repórter] *e o reencontro?* [sobrevivente] *Nossa! Foi só felicidade!*”. O alívio, no caso, vem depois de muito sofrimento e infortúnios, numa ideia de “final feliz apesar de tudo”. Questionamos o quanto esse tipo de abordagem colabora para amenizar a gravidade do acontecimento e desviar o foco das causas e responsabilidades, na medida em que passa a ideia de que tudo é superável e termina bem.

Também surpreende que os sobreviventes tenham desempenhado apenas essas duas subfunções, não sendo convocados para expressar o sofrimento gerado por um desastre dessa magnitude. Isto é, quem sente a tragédia na pele não dá testemunho dessa dor. O que impressiona, ainda mais se pensarmos que esse é, justamente, um papel usual destinado aos sobreviventes. Para a cobertura, a **ilustração do sofrimento** cabe apenas aos familiares, como no caso de uma mãe que não sabe como vai contar para os filhos o destino do pai (“*O mais difícil é ele. Só perguntando: que horas meu pai vai chegar?*”). Outro exemplo é de uma familiar que, chorando ao telefone, sentencia o fim do seu modo de vida (“*Acabou tudo. Tudo, tudo, tudo*”). E em off, a cobertura reforça o sofrimento: “*No hospital de Mariana, a movimentação em busca de notícias era grande. E o desespero também*”.

A **ilustração da angústia pela falta de informações** também é desempenhada exclusivamente por familiares. Os testemunhos falam do sentimento gerado pelas informações desconstruídas, como no caso de uma moradora que não sabe do paradeiro de todos os parentes (*“Cada um fala uma coisa, a gente fica sem saber no que acreditar”*); e pela total ausência de informações, como no exemplo de uma mulher que ainda não localizou o marido, trabalhador da Samarco (*“Pessoa sai quatro e meia da manhã pra trabalhar igual ele. Uma hora dessas... até agora nenhuma notícia”*).

Do ponto de vista audiovisual, 84% dos sobreviventes e familiares exibiram alguma marca corporal da tragédia. Conforme já afirmamos no caso anterior, trata-se do testemunho encarnado que atesta a experiência vivida. As subfunções desempenhadas pelos familiares foram as que exibiram, as marcas mais intensas, por meio do choro desesperado (figura 48) e pelas mãos cobrindo o rosto (figura 49). Já nas subfunções exercidas pelos sobreviventes, as marcas são sutis, tanto ao expressar a incredulidade (figura 50), quanto ao demonstrar o sorriso pela superação (figura 51).

Figuras 48 a 51: Caso Samarco: dimensão audiovisual da função expressar o impacto emocional



Fonte: frames capturados das edições dos telejornais Hora Um (06/11/2015) e Bom dia Brasil (06/11/2015)

Com esse índice de marcas corporais, não surpreende que o ilustra de imagens não tenha sido utilizado em nenhum momento para cobrir os testemunhos sobre os impactos emocionais. Sobre o enquadramento de câmera, observamos uma ruptura em relação ao

jornalismo diário. Além do habitual plano próximo (50%), a cobertura utilizou o plano médio (50%), incluindo e valorizando a imagem da repórter, do ambiente e, ainda, de outras pessoas.

Após a identificação e discussão de todas as funções, concluímos que foram permitidos apenas dois papéis aos testemunhos no caso Samarco: caracterizar o acontecimento e expressar o impacto emocional. Conforme indicam os índices de ocorrência no quadro-resumo abaixo, os relatos ficaram restritos aos aspectos mais sensacionais e dolorosos do acontecimento.

Quadro 16: Caso Samarco- tipologia das funções, subfunções e recorrências dos testemunhos

<b>Caso Samarco - Funções dos testemunhos</b>	
<b>FUNÇÕES</b>	<b>SUBFUNÇÕES</b>
<b>Caracterizar o acontecimento</b> 47%	47% Descrição da fuga e dos resgates
<b>Expressar o impacto emocional</b> 53%	6% Expressão da incredulidade pela tragédia e sobrevivência 17,5% Ilustração do sofrimento 17,5% Ilustração da angústia pela falta de informações 6% Ilustração do alívio pela sobrevivência

Fonte: elaborado pela autora.

Os índices mostram que quase metade dos testemunhos foram convocados para expressar uma única subfunção: a descrição da fuga e dos resgates (47%). Embora caracterize o acontecimento, essa subfunção remete aos episódios mais espetaculares e acionados reiteradas vezes pela cobertura. Na sequência, sobressaem-se as subfunções ilustração do sofrimento (17,5%) e angústia pela falta de informações (17,5%). Relacionando esses dados com o estatuto de quem presta testemunho, concluímos que, majoritariamente, os

sobreviventes foram convocados apenas para descrever a fuga e os resgates, expressar a incredulidade pela tragédia, e o alívio pela sobrevivência. Já os relatos dos familiares das vítimas, ilustraram o sofrimento e a angústia pela falta de informações.

Atribuímos essa escassa variedade de funções/subfunções e o baixo número de testemunhos (apenas 13) às especificidades do acontecimento e à ausência de uma cobertura ao vivo. Isto é, sem esses fatores de pressão, a cobertura não utilizou os testemunhos como forma de dar conta de suas deficiências. Temos consciência da desestruturação causada por um caso dessa magnitude e a complexidade do trabalho jornalístico nas primeiras horas. A própria cobertura salienta as limitações como forma de justificar algumas rotinas, como a veiculação de audiotape (formato em desuso), em que o repórter informa, por telefone, que ainda não conseguiu chegar ao distrito soterrado, por exemplo. Contudo, o próximo telejornal já apresenta uma narrativa muito mais organizada e estabilizada, inclusive mostrando o repórter acompanhando a evacuação de áreas. Isto é, as limitações que impediam o acesso aos sobreviventes não existiam mais. E ainda assim, testemunhos sobre fugas e resgates só foram exibidos no dia seguinte. Portanto, a postura passa a ser uma escolha da cobertura.

Além disso, a cobertura não foi pressionada por uma transmissão ao vivo que desestabilizasse a grade de programação e precisasse ser “sustentada” por horas e, assim, acentuasse as limitações. Dito de outra forma, o jornalismo não precisou utilizar os testemunhos para compensar as deficiências de uma apuração que se desenvolve em tempo real, por exemplo. Tanto que a primeira reportagem veiculada já exibiu uma série de fontes oficiais: Sindicato dos trabalhadores da Mineração, Mineradora Samarco, Defesa Civil, Ministério Público Estadual e Polícia Militar de Meio Ambiente. Embora não tenham sido veiculadas sonoras, todas essas instituições e organizações foram citadas na reportagem. Ainda associamos a esses fatores, o poder econômico e social da mineradora, e a capacidade de atender às demandas de comunicação em um momento de crise. Nas primeiras horas, a multinacional já havia disponibilizado nota oficial e vídeo com o presidente da mineradora falando de ações que seriam tomadas. Isto é, quando não falta acesso às fontes oficiais, o testemunho é relegado aos seus papéis habituais.

As denominações, ou melhor, a falta delas também é sintomático do lugar que o jornalismo reserva ao testemunho. Quase 70% deles não são identificados nem em créditos, e nem em off. Sequer a condição de sobrevivência é ressaltada. Ao fim da análise, destacamos que todos os pontos de observação apontam para uma desvalorização dos testemunhos, tanto do ponto de vista da convocação e da denominação, quando das funções exercidas. Como já apontou Antunes (2012, p. 66), “há óbvias distinções do morrer no quadro midiático”. E essas

diferenças passam por uma série de critérios referentes não só às rotinas jornalísticas, mas também a questões sociais, como as pessoas atingidas. E, nesse caso, quem são as vítimas do rompimento da barragem? Trabalhadores pobres que perderam a vida, e moradores, igualmente pobres, que viram o seu modo de vida ser destruído pela lama. Pessoas invisíveis socialmente, que não ganham visibilidade nem quando estão no centro de um acontecimento extremo.

## **6 O ACIDENTE AÉREO COM A DELEGAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL**

Neste capítulo, apresentaremos as funções exercidas pelos testemunhos na cobertura do acidente aéreo com a delegação da Associação Chapecoense de Futebol. Começaremos pela descrição do acontecimento e da cobertura. Em seguida, apresentaremos os graus de proximidade e as denominações atribuídas a quem presta testemunho. Após, nos deteremos na identificação das funções autorizadas pela cobertura aos testemunhos, indicando o momento de prevalência de cada uma (cobertura ao vivo x reportagens gravadas), e as subfunções que compõem cada função. Por fim, explicaremos o quanto a análise de todas essas variáveis nos levou à tese de que o jornalismo só permite que as funções usuais sejam excedidas quando existem outros fatores limitantes do trabalho jornalístico.

### **6.1 DESCRIÇÃO DO ACONTECIMENTO**

Uma trajetória em ascensão – “meteórica” como definiram alguns veículos de comunicação – interrompida por uma tragédia. A Associação Chapecoense de Futebol vivia o momento de maior sucesso nos seus poucos mais de 40 anos de fundação. Um clube relativamente novo para os padrões do futebol brasileiro, sediado em uma cidade do interior do Sul do país, e que vinha ganhando destaque nos noticiários. As manchetes chamavam atenção para “o modelo de boa gestão” e para a relação próxima com a comunidade. Fatores que, segundo as reportagens, colaboravam para o êxito do clube. Em apenas seis anos, o time passou da Série D do Campeonato Brasileiro para a Série A, a elite do futebol do país. Além disso, estava na final de sua primeira competição internacional: a Copa Sul-americana de Futebol. O título seria disputado com o Atlético Nacional da Colômbia, em Medellín.

A conquista, que parecia tão próxima para torcedores e o time, deu lugar ao maior acidente aéreo envolvendo times de futebol do mundo. Na madrugada de 29 de novembro de 2016, por volta da 1h 15min (horário de Brasília), o avião da companhia boliviana LaMia, que transportava a Delegação da Chapecoense e jornalistas, caiu em uma região montanhosa da localidade de Cerro Gordo, distante apenas 30 quilômetros do Aeroporto Internacional José María Córdova, onde deveria pousar. Das 77 pessoas que estavam na aeronave, apenas seis sobreviveram, entre elas três jogadores, dois tripulantes e um jornalista.

De acordo com o relatório da Aeronáutica Civil da Colômbia, divulgado em abril de 2018, a causa do acidente foi a falta de combustível. No plano de voo, apresentado pelo piloto no aeroporto de Santa Cruz de La Sierra (Bolívia), a autonomia da aeronave para voar até Medellín (Colômbia) era exatamente igual ao tempo de voo. Pelos protocolos de segurança, “deve haver combustível suficiente para chegar ao aeroporto do destino, mais o necessário para alcançar um destino alternativo e ainda ter 30 minutos de reserva”, de acordo com a reportagem<sup>39</sup> do portal G1. A partir dos dados da Caixa Preta, a investigação apontou que a tripulação do avião havia alertado o piloto sobre o risco de faltar combustível e a necessidade de fazer uma parada para abastecimento. Além disso, 40 minutos antes do acidente, luzes vermelhas e avisos sonoros indicaram que o avião estava em emergência. Porém, o primeiro contato com controle de tráfego aéreo foi feito apenas 10 minutos antes da queda.

Os diálogos que comprovam esse contato foram divulgados no dia seguinte à tragédia. As gravações mostram o piloto pedindo para pousar no aeroporto de Medellín por problema de combustível. A controladora de voo informa que, pelo mesmo motivo, já havia dado prioridade a uma aeronave da companhia Viva Colômbia. Então, o piloto relata que está também com “falha elétrica total”, a operadora informa a localização do avião e começa a passar as coordenadas de pouso, até que, em determinado momento, não tem mais resposta do piloto.

Seis anos após o acidente aéreo, o caso segue na justiça. Em junho de 2022, o Ministério Público Federal pediu o bloqueio de bens no valor de mais de 113 milhões de reais das três empresas réis no processo, a companhia aérea LaMia, a seguradora Bisa Seguros e a resseguradora Tokio Marine. Se a justiça acatar o pedido, os recursos serão utilizados para indenizar as famílias das vítimas.

---

<sup>39</sup> Reportagem pode ser acessada no link: <  
<https://g1.globo.com/mundo/noticia/colombia-divulga-relatorio-final-da-tragedia-com-voe-da-chape.ghtml>>. Acesso em 23 out. de 2019.

## 6.2 DESCRIÇÃO DA COBERTURA

A cobertura do caso Chapecoense começa em torno de três horas após o acidente. Às 4h10min, a programação da Rede Globo foi interrompida para uma entrada ao vivo, em caráter de “plantão”. Direto da redação da emissora, a jornalista Monalisa Perrone passou as primeiras informações salientando o caráter extraordinário: *“Agora são quatro horas e dez minutos, estamos interrompendo a programação com uma informação preocupante e importante demais: o avião que transportava a delegação da Chapecoense pra Colômbia caiu perto do aeroporto de Medellín. As primeiras informações são da imprensa colombiana”*. A entrada ao vivo segue com informações sobre o local da queda da aeronave, a rota de voo, e a falta de dados sobre mortos ou feridos. Cerca de 20 minutos depois, a apresentadora fez uma nova participação nos mesmos moldes e com informações bastante semelhantes.

Em seguida, a partir das 5 horas, a cobertura passou a ser realizada dentro dos telejornais. O Hora Um da Notícia<sup>40</sup>, que dedicou quase a totalidade da edição ao acidente, exibiu entradas ao vivo de Florianópolis (sede da afiliada da Rede Globo em Santa Catarina) e Chapecó. Em Medellín, havia uma única equipe de reportagem (do canal Sport TV, pertencente ao Grupo Globo) enviada para cobrir a competição, a qual acabou fazendo a apuração *in loco* do acidente, especialmente a partir do hospital para onde eram levados os feridos. Todas as participações foram ilustradas com imagens de satélite da região do acidente, de redes sociais (fotos do acidente), dos jogadores antes do embarque no aeroporto, e de arquivos dos jogos disputados pela equipe. Imagens ao vivo de uma rede de televisão colombiana também foram retransmitidas.

Embora o telejornal já tenha apresentado uma certa organização, a urgência da cobertura é salientada a todo momento (*“Pra você que tá ligando a tv agora, é uma edição especial do Hora Um, eu vou falar isso várias vezes, nesse nosso tempo juntos”*). O telespectador ainda é informado sobre a instabilidade do trabalho jornalístico (*“Eu preciso te dizer que toda vez que a gente cobre tragédias, esses números mudam a toda hora”*), as dificuldades técnicas (*“Vocês estão vendo que a imagem não tá perfeita, mas o fato pede isso. É uma transmissão pela internet [...] nesse momento não há necessidade de uma imagem*

---

<sup>40</sup> Edição disponível em <https://globoplay.globo.com/v/5480891/?s=0s>. Acesso em 14/09/2022.

*perfeita, mas sim de informação.”), e até mesmo emocionais da cobertura (“Há pelo menos 25 mortos nessa tragédia. Que péssimo, eu achei que não ia falar isso”).*

Já o Bom dia Brasil apresentou uma cobertura ainda mais estruturada. Do estúdio do Rio de Janeiro, os dois apresentadores (Ana Paula Araújo e Chico Pinheiro) coordenaram a transmissão, articulando as participações desde o estúdio de São Paulo (com o apresentador Rodrigo Boccardi e o comentarista Galvão Bueno) e as entradas ao vivo de equipes do Brasil (Chapecó, Florianópolis e São Paulo) e de fora do país (Colômbia e Londres). No repositório da emissora, há 60 “trechos”<sup>41</sup> da edição, como reportagens, comentários entre os apresentadores no estúdio, notas (simples e cobertas), entradas ao vivo (sendo algumas por telefone), entrevistas em estúdio, sonoras, e entrevistas ao vivo por telefone. Essa diversidade de formatos de notícia representa uma ruptura nas rotinas produtivas, assim como a quebra da grade de programação. Para que o telejornal tivesse duração de três horas (o usual é uma hora), programas de entretenimento foram suspensos.

Os temas abordados na edição também tiveram um avanço significativo na compreensão do acontecimento. Se no telejornal anterior, as informações eram preliminares, o Bom dia Brasil vai apresentando, ao longo da edição, uma apuração mais estabilizada, como entrevistas com especialistas em aviação sobre possíveis causas do acidente, a lista dos passageiros, os nomes dos sobreviventes e a repercussão na cidade de Chapecó. Apesar dessas evoluções, o tom de urgência e precariedade das informações segue sendo salientado pelos apresentadores no estúdio (“*A gente continua nessa busca, pela confirmação exata, pelos nomes pra eles serem divulgados. Tudo isso é muito difícil, por causa da região. (...) Pessoal trabalhando na temperatura de cinco graus, frio, montanhosa, difícil acesso*”).

O telejornal também foi o primeiro a exibir testemunhos de pessoas afetadas pela tragédia. Foram os relatos pessoais do dirigente da Chapecoense, Plínio De Nes Filho, e do prefeito de Chapecó, Luciano Burigon, que sustentaram os momentos iniciais da transmissão ao vivo. Eles já estavam em São Paulo para embarcar em um voo comercial para a Colômbia, quando ficaram sabendo do acidente. Por isso, foi possível a participação no estúdio, ainda nas primeiras horas da manhã. Naquele momento, os dois eram as pessoas com maior proximidade com o acontecimento. O teor testemunhal também está presente na fala dos jornalistas em diferentes momentos da cobertura, como por exemplo em relação ao modelo da

---

<sup>41</sup> Usualmente, a Globoplay disponibiliza o telejornal em duas versões: a integral (conforme veiculado em canal aberto); e a em “trechos”, ou seja, o telejornal é separado em arquivos de acordo com os formatos (uma reportagem é disponibilizada em um vídeo, por exemplo; uma nota coberta, em outro). Nesse caso, talvez pela desestruturação dos formatos tradicionais, o telejornal foi separado por assuntos. Então, nesse sentido, uma entrevista pode ter sido dividida em duas partes (configurando dois vídeos) de acordo com os temas abordados.

aeronave ([Galvão Bueno] “*Eu viajei algumas vezes nesse avião, pela Europa, sem nenhum susto*”) ou aos colegas e amigos que estavam no avião ([Luís Ernesto Lacombe] “*Desde que eu cheguei hoje às cinco da manhã na emissora, tudo que eu queria era ouvir um sinal de vida dos três [colegas]*”).

Observamos que a cada telejornal, o acontecimento vai sendo mais controlado pelas práticas jornalísticas. Assim, no Jornal Hoje, último telejornal incluído no nosso *corpora*, os indícios de desestruturação são mais sutis. O único formato que sai um pouco das práticas usuais, é a entrevista ao vivo, da bancada do estúdio, com o prefeito de Chapecó. As entradas ao vivo, outro diferencial das coberturas de tragédia, também seguem. Entretanto, as participações têm caráter mais programado. O telejornal também exhibe reportagens sobre diversas perspectivas do acontecimento: causas do acidente, análise de especialistas em aviação, história de vida dos jogadores e dos jornalistas mortos, trajetória do clube, abalo das famílias das vítimas e dos torcedores, e a repercussão internacional. E os testemunhos participam desse avanço da cobertura, especialmente em relação às repercussões do acontecimento, como a dor das famílias e dos torcedores. Sem a possibilidade de uma cobertura mais intensa (nas 24h) no local da tragédia, o jornalismo foca os esforços no que está mais acessível: o impacto da tragédia na cidade de Chapecó e na dor das famílias dos jogadores.

Outro aspecto que diferencia este caso é que “os mortos falam”. Como grande parte das vítimas era famosa, seja pelo futebol ou pelo jornalismo, muitas entrevistas e vídeos foram recuperados pela cobertura. Nessas manifestações póstumas, o técnico fala da alegria de treinar o time, os jogadores aparecem felizes falando do bom momento no clube e da expectativa pelo título. Já os jornalistas têm trechos de reportagens e narrações veiculadas. Ainda são exibidos vídeos gravados pelos próprios jogadores, nos quais mostram a descontração dentro da aeronave e se despedem antes da decolagem. Ainda que esses vídeos e entrevistas não façam parte da nossa análise, é importante registrá-los, porque eles fazem parte do contexto da cobertura em os testemunhos estão inseridos. Além disso, também salientam o quanto as especificidades do acontecimento influenciam no trabalho jornalístico.

### 6.3 NARRATIVIZAÇÃO DO ACONTECIMENTO: DE QUEM SÃO OS TESTEMUNHOS E QUAIS AS DENOMINAÇÕES ACIONADAS

O caso Chapecoense apresenta uma particularidade importante: a ausência do primeiro grau de proximidade com o acontecimento, devido à gravidade do acidente. Conforme ocorreu nas outras coberturas, também tivemos de observar o off e o próprio testemunho para identificar o grau de proximidade. Em alguns casos, esse procedimento foi necessário pela ausência de nomeação; em outros, porque nem o crédito e nem o off esclareciam a relação com o caso. Por exemplo, no testemunho “*Muitos **amigos** que se foram num golpe só. Então, a tragédia é grande demais*”, só conseguimos indicar a proximidade de segundo grau, porque é a própria pessoa que declara a sua relação, já que o crédito não faz referência a isso (Milton Lunardi/ engenheiro civil), assim como o off não fornece informações que colaborem com essa definição: “*As bandeiras da Chapecoense agora têm a companhia das faixas pretas, que estão nas casas, nas ruas, nos monumentos e na catedral da cidade*”.

Como nas outras coberturas, constatamos a influência das especificidades do acontecimento na convocação dos testemunhos, especialmente em relação à proximidade com a tragédia. Das 77 pessoas que estavam na aeronave, apenas seis sobreviveram. E, em função do grave estado de saúde, não foram ouvidas nos primeiros dias de cobertura. Outro complicador foi o fato de o acidente ter ocorrido em outro país e em uma área montanhosa e de difícil acesso. Assim, nas primeiras 24 horas, a cobertura não acionou testemunhos sobre o acidente em si, mas apenas em relação às suas repercussões.

Apesar dessas particularidades e a ausência de sobreviventes, a cobertura do caso Chapecoense é a que apresenta o maior número de testemunhos convocados, em comparação com os outros casos analisados neste trabalho. O que pode parecer contraditório, afinal, se as especificidades do acontecimento geram condições de produção adversas, como podem ter ocorrido mais convocações? Argumentamos que é, justamente, para dar conta de suas limitações que a cobertura convoca os testemunhos. Além disso, o caso ainda possui outros fatores que predispõe aos acionamentos: a transmissão ao vivo. Apesar de as entradas em tempo real terem ocorrido dentro dos telejornais e de as equipes terem sido acionadas ainda de madrugada, observamos uma série de rupturas não só nas rotinas, como também na grade de programação, conforme abordamos na descrição do acontecimento.

Passando para a análise das convocações, observamos que entre os 56 testemunhos veiculados, 34 foram provenientes de familiares, amigos de vítimas e dirigentes do clube (2º grau de proximidade) e 22 de autoridades, atletas e torcedores (3º grau de proximidade). Os dados podem ser visualizados no quadro abaixo:

Quadro 17: Caso Chapecoense- de quem são os testemunhos



Fonte: elaboração própria.

Os índices mostram que a cobertura buscou os testemunhos das pessoas com maior proximidade possível com o acontecimento (61%). Sem acesso aos sobreviventes, foram os familiares, amigos, funcionários de vítimas, e dirigentes do clube os mais convocados a testemunhar sobre o que estavam vivendo. Além disso, alguns testemunhos desse grupo estão

ligados à urgência da cobertura ao vivo, na medida em que colaboraram com as primeiras horas de transmissão, no telejornal Bom Dia Brasil.

Em segundo lugar nas convocações, com 39%, está o terceiro grau de proximidade, que se manifesta a partir do Jornal Hoje. Consideramos que as especificidades adversas do acontecimento fizeram com que a cobertura passasse a focar no impacto da tragédia na cidade sede do time. Dessa forma, os testemunhos de torcedores e autoridades participam de uma nova demanda da cobertura: a mobilização dos torcedores no estádio do clube, as homenagens aos jogadores e a caracterização do sofrimento de uma cidade inteira que perdeu seus heróis. E essa etapa, de certa forma, “antecipada” da cobertura é favorecida pela estrutura da Rede Globo que, por possuir uma emissora em Chapecó, conseguiu mobilizar equipes e fazer entradas ao vivo ainda na madrugada do acidente.

Para além das circunstâncias que ajudam a pensar o contexto das convocações, as formas como as pessoas que prestam testemunhos são identificadas revelam compreensões relevantes quanto às práticas adotadas pela cobertura. Sem especificar o grau de relação com o acontecimento ainda, a análise mostrou que 46% dos testemunhos foram identificados pela proximidade, 20% pela profissão, 4% pela proximidade e profissão concomitantemente, e 30% não receberam identificação, como demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 18: Caso Chapecoense- como as pessoas que prestam testemunho são identificados



Fonte: elaboração própria.

Esses índices expressam uma ruptura na forma usual de creditar sonoras em telejornalismo pela função social, pois em apenas 20% dos casos essa regra foi seguida. Por outro lado, também evidencia uma valorização da relação com o acontecimento (46%). Conforme já argumentamos ao longo deste trabalho, dar destaque ao envolvimento é, também, uma forma de atribuir credibilidade tanto ao testemunho, quanto à própria cobertura. Este é o caso com o maior índice de identificação pela proximidade, e o único que aciona dois parâmetros ao mesmo tempo, proximidade e profissão (4%). A exemplo das outras coberturas, segue chamando a atenção o número de testemunhos que não receberam qualquer identificação (30%). A prática parece ser uma das rotinas mais afetadas nos momentos de urgência. Entretanto, novamente como verificamos nas outras coberturas, a análise de acordo com os graus de proximidade sugere outras questões, para além do caráter de emergência da cobertura de tragédia.

Considerando apenas os testemunhos do segundo grau de proximidade, observamos que 77% são identificados pela relação com a tragédia, 9% pela profissão, 6% pela proximidade e profissão, e apenas 8% não foram nomeados, como representado no gráfico abaixo:

Quadro 19: Caso Chapecoense – como os familiares, amigos, funcionários das vítimas e dirigentes do clube são identificados



Fonte: elaboração própria.

A prevalência da identificação pela proximidade impressiona, ainda mais se pensarmos nos índices das outras coberturas (Caso Kiss: 34%, Caso Samarco: 0%). Neste grupo, estão mães, pais, irmãs, filhos, cunhados, tios e amigos das vítimas. Além dos créditos

em GC, essa relação é salientada algumas vezes, também, por meio do off (“*No Recife, o cunhado de Cleber Santana diz que ele estava empolgado com a boa fase*”; *A mãe do atacante Tiaguinho parecia não acreditar no que estava acontecendo*”). Dessa maneira, a cobertura justifica a convocação e, ao mesmo tempo, atesta a credibilidade da sua narrativa pelo estatuto da testemunha. Além disso, conforme apresentaremos na análise das funções, os testemunhos desse grupo estão muito ligados ao sofrimento e a história de vida das vítimas, o que reforça a necessidade de afirmar a proximidade.

Contudo, consideramos que o mais definidor para a forma de identificação adotada não é o atributo da testemunha, mas o atributo da vítima. Os mortos dessa tragédia não são “*homo quotidianus*” (CHARAUDEAU, 2010, p. 169) como costumam ser as vítimas nas narrativas jornalísticas de normalidade, mas pessoas com fama e notoriedade pública. Simões (2017, p. 76), pontua que “o potencial de afetação da morte de uma figura pública varia de acordo com o tipo de morte e a biografia do morto”. Nesse caso, os mortos são jogadores e pertencentes ao universo do esporte mais popular do país, que costuma tratar seus atletas como celebridades. As circunstâncias trágicas da morte (acidente de avião) e em um momento de ascensão do clube, cuja “*trajetória meteórica*” do time foi amplamente salientada na cobertura, potencializam os aspectos dramáticos e a importância concedida ao caso. Obviamente, a queda de qualquer avião é um acontecimento jornalístico, mas quando esse acidente mata uma delegação de futebol (e jornalistas), o desastre ganha outros contornos. Isto é, as especificidades do acontecimento influenciam nas convocações e nomeações dos testemunhos.

Apesar do predomínio de uma certa uniformidade, algumas situações fogem da regra utilizada pela cobertura. O primeiro diz respeito à categoria de dupla nomeação (proximidade e profissão), observada em dois testemunhos do filho do técnico do time, Caio Júnior. Apesar de o off salientar apenas a relação familiar do jovem com a tragédia (“*Apesar de muito abalado, o filho mais velho de Caio Júnior concordou em nos receber.*”), ele também é identificado pela sua profissão nos créditos: “filho de Caio Jr./ empresário”. Em contraste, enquanto um familiar recebe duas identificações, outros não são nomeados de maneira completa (8%). Nesses casos, sabemos apenas que a pessoa que presta testemunho é parente da vítima mencionada (“*O cunhado e amigo do meio campo, Cléber Santana, conversou com nossa equipe.*”), mas não sabemos a identidade dele, que não é informada nem no off, nem nos créditos.

Ainda observamos outras diferenças quanto à identificação de pessoas com o mesmo estatuto. Por exemplo, a mulher de um jornalista que sobreviveu à tragédia é identificada pela

relação de proximidade (“Jussara Dercino/ mulher de Rafael Henzel), já a namorada do chefe da segurança da Chapecoense (conforme informa o off) é identificada pela profissão (“Eliandra Valer/ funcionária pública), como mostram as figuras 52 e 53. As duas sonoras foram veiculadas no mesmo telejornal (Jornal Nacional).

Figuras 52 e 53: Caso Chapecoense- diferença na identificação de testemunhos de familiares



Fonte: Frames capturados dos telejornais Jornal Nacional (29/11/2016).

Citamos outro exemplo ainda mais sintomático da falta de padrão: o mesmo testemunho recebe identificações diferentes em dois telejornais. No Jornal Nacional (figura 54), a funcionária do jogador Mateus Biteco tem a proximidade com o atleta ressaltada no off (“*Dona Dione trabalhava para o jogador Mateus Biteco, um dos jogadores mortos no acidente*”) e nos créditos (“Dione Ferreira/ empregada doméstica”). Já no Jornal da Globo (figura 55), é exibida a mesma sonora, mas sem identificação e sem menção à proximidade. Além disso, o testemunho da senhora parece ter mudado de estatuto, pois como foi inserido em uma sequência de torcedores, ela parece fazer parte deste grupo com menor proximidade.

Figura 54 e 55: Caso Chapecoense- diferença na identificação de testemunhos entre telejornais



Fonte: Frames capturados dos telejornais Jornal Nacional e Jornal da Globo (29/11/2016)

Todos esses casos mostram o quanto a identificação das pessoas que compartilham suas experiências com a cobertura é uma questão problemática. A inexistência de um padrão

faz com que nem a mesma edição de telejornal utilize parâmetros semelhantes, o que ressalta a desestruturação das rotinas produtivas nas coberturas de urgência. Já no terceiro grau de proximidade, o que prevalece é o alto índice de testemunhos não identificados (68%). A única forma de nomeação ocorreu pela profissão (32%) e ninguém foi identificado pela proximidade com a tragédia (torcedor ou morador, por exemplo), conforme quadro abaixo.

Quadro 20: Caso Chapecoense- como autoridades, atletas, torcedores e moradores são identificados



O grupo reúne os testemunhos com a menor relação com a tragédia, porém não são todos provenientes de pessoas com a mesma função social: há autoridades, atletas famosos e torcedores/moradores de Chapecó. O testemunho do prefeito de Chapecó é identificado todas as vezes em que é acionado, assim como o do tenista (catarinense) Guga Kuerten (salientado na cabeça da reportagem). Já entre os torcedores ou moradores, embora existam exceções, o recorrente é a não identificação. Não conseguimos observar alguma regularidade que justificasse o fato de alguns serem nomeados. Ou seja, novamente, visualizamos indícios de que a manifestação da experiência quando advinda de “pessoas comuns” não é valorizada pela cobertura. A seguir, apresentaremos as funções permitidas aos testemunhos pela cobertura.

#### 6.4 FUNÇÕES DOS TESTEMUNHOS: O QUE É PERMITIDO SER FALADO?

Os testemunhos desempenharam três grandes funções na cobertura do caso Chapecoense: caracterizar o acontecimento, caracterizar a vítima, e expressar o impacto emocional. A função **caracterizar o acontecimento** engloba os testemunhos que colaboram

com a apuração e delineamento do caso. Já a função **caracterizar as vítimas** reúne os que reconstroem as trajetórias de vida das pessoas que morreram no acidente. E a função **expressar o impacto emocional** abrange os testemunhos que demonstram as diferentes emoções suscitadas pela tragédia. O quadro abaixo indica a ocorrência dessas três funções ao longo das primeiras 24 horas de cobertura.

Quadro 21: Caso Chapecoense- função dos testemunhos



Fonte: elaboração própria.

Expressar o impacto emocional foi a função mais recorrente na cobertura (80%), ou seja, os testemunhos foram acionados para ilustrar emoções e sentimentos mobilizados pelo acontecimento, um papel habitual autorizado pelo jornalismo. Ainda que fazer sentir seja constitutivo de qualquer narrativa jornalística (CHARAUDEAU, 2010), e ainda mais quando se trata de tragédias, avaliamos que as especificidades do acontecimento potencializaram esse aspecto. A gravidade do acidente (queda de avião), o estatuto das vítimas (jogadores de futebol) e a interrupção brusca de um sonho (disputa da final de uma competição internacional) são elementos que predispõem a uma abordagem mais emocional. Acrescentamos a isso o fato de o acidente ter ocorrido em outro país (dificultando a apuração) e a ausência de sobreviventes capazes de prestar testemunho.

Argumentamos, ainda, que estas particularidades também impactaram na discreta ocorrência da função caracterizar o acontecimento (12%). Geralmente, o papel de colaborar com o delinear do acontecimento está embasado no relato do visto e ouvido. Sem as testemunhas oculares, os testemunhos foram mais restritos, tanto nos índices como nas

subfunções identificadas. Conforme abordaremos a seguir com mais detalhes, eles contribuíram com o esclarecimento de questões anteriores ao acidente. Já a caracterização das vítimas (8%), observada apenas neste caso, consideramos uma decorrência do estatuto social das vítimas.

Outro diferencial observado é a ausência da função conferir credibilidade à testemunha, ligada à ocorrência da transmissão ao vivo. Apesar de a cobertura ao vivo ter sido realizada, nesta etapa, os testemunhos convocados não eram provenientes de pessoas comuns, mas de um dirigente do clube e do prefeito de Chapecó. Ambos se manifestaram do ponto de vista testemunhal, entretanto, possuíam outros capitais para além da experiência. Portanto, não sendo necessário que eles mesmos atestassem sua própria credibilidade para estarem ocupando aquele lugar.

Essa posição também ajuda a explicar o fato de os dois terem sido convocados para a participar da cobertura ao vivo, direto do estúdio. Ao longo de todo o telejornal, eles eram chamados para comentar questões mais específicas, sobre a companhia de aviação contratada, as negociações, a aeronave, rotas; a até mais amplas, como a história do clube, a relação com os jogadores e a importância do time para a cidade de Chapecó. Considerando as manifestações deles de maneira ampla e não apenas as que se configuraram como testemunhos, sugerimos que ambos participaram da cobertura como uma espécie de comentarista, sendo acionados por diversas vezes para falar sobre a reportagem exibida ou o avanço das informações, por exemplo.

Assim, a cobertura justifica a presença do dirigente e do prefeito pela proximidade com a tragédia, mas é o cargo e a autoridade que os dois representam que sustentam a permanência durante toda a edição.

Essas contribuições mais restritas dos testemunhos também podem ser vistas pela análise da ocorrência das funções de acordo com o momento da cobertura (cobertura ao vivo x reportagens), conforme quadro abaixo.

Quadro 22: Caso Chapecoense- comparativo de funções entre cobertura ao vivo e reportagens



Fonte: elaboração própria.

O quadro mostra que as três funções foram identificadas nos dois momentos, ou seja, o avanço da apuração não levou à concessão de novos papéis aos testemunhos, apenas modificou as prioridades. Na cobertura ao vivo, a ênfase maior é na caracterização do acontecimento (34%); nas reportagens gravadas, na caracterização das vítimas (83%) e no impacto emocional. (90%). O desdobramento das funções em subfunções, que faremos a seguir, também corrobora essa inferência. Do total de nove subfunções identificadas, sete ocorreram na cobertura ao vivo. Ou seja, a cobertura convoca mais os testemunhos com o passar do tempo, mas os papéis desempenhados seguem praticamente os mesmos.

Da perspectiva audiovisual, os testemunhos da cobertura ao vivo foram concedidos a partir do estúdio da emissora em São Paulo. Assim, os enquadramentos de câmera adotados foram os usuais das entrevistas em estúdio, ora mais abertos (mostrando jornalistas e entrevistados), ora mais fechados (dando destaque ao entrevistado). Além disso, os testemunhos foram ilustrados com fotografias e imagens veiculadas pela transmissão ao vivo de uma rede de televisão colombiana (figura 56 a 58).

Figuras 56 a 58: Caso Chapecoense (cobertura ao vivo) - dimensão audiovisual dos testemunhos



Fonte: frames capturados dos telejornais Bom dia Brasil (28/11/2016)

Após a análise da ocorrência das funções, apresentaremos o desdobramento de cada uma por meio de uma série de subfunções. A função **caracterizar o acontecimento**, é desempenhada por dirigente do clube e autoridade, e composta por apenas uma subfunção:

1) **informação sobre o “antes” da irrupção (dirigentes):** ocorre quando os testemunhos narram situações que ocorreram antes da confirmação da tragédia, tanto em relação à viagem (“*Eu fiquei muito preocupado, porque na saída do voo o Décio me ligou e disse: ó seu Plínio, tá tudo tranquilo, agora nós vamos decolar. E aí eu marquei o horário da decolagem e chegando no hotel, eu comecei a passar mensagem pra saber se tinham chegado no destino. E... nenhum me respondeu. Liguei pro celular do Sandro, que é o presidente, dava o horário das 20h07 o horário da última presença no whats app; liguei pro Maurinho, dava o horário das 20h15; liguei pro Décio não respondia; liguei pro supervisor, não respondia... Eu tava, realmente, preocupado... com a situação. E quando foi as quatro horas da manhã, fui acordado pela minha filha me dando a notícia*”), quanto aos últimos contatos com as vítimas (“*Então, eu fiquei enchendo o saco dele a semana toda [para ir junto no voo], e ele falava: não, não, não. Até que de manhã, ele falou: então, vamo. E... a gente começou a ver ... passagem e... daí que eu percebi que não tinha levado passaporte. Por causa dessa confusãozinha e... foi esse detalhe, porque a gente tinha decidido, a gente tava junto na hora de sair pro aeroporto, tanto que saímos juntos, só eu peguei um voo diferente só.*”).

Os trechos acima mostram a intenção de o jornalismo reconstruir, de alguma forma, a tragédia. Destacamos, novamente, a influência das especificidades do acontecimento, considerando que sem sobreviventes em condições de testemunhar e com a limitação da apuração em outro país, a cobertura busca, por meio dos testemunhos, recuperar os fatos que antecederam o acidente. Pensando na perspectiva teórica, a tentativa é por dar a ver o passado do acontecimento (QUÉRÉ, 2005). E isso ocorre com relatos de experiências que remontam a questões bem específicas, como viagens anteriores feitas com a mesma companhia aérea do acidente (*“Viajo sempre, viajei com esse avião, viajei com essa tripulação. O avião, aparentemente, era seguro. A tripulação tranquila, muito solícita. E nós tínhamos um clima muito bom”*), e aos problemas de liberação de voo ocorridos antes do acidente (*“Nós tivemos em Barranquilla (...)e nós voamos com esse mesmo avião. Esse mesmo piloto entrou em contato comigo, às 9h da manhã, dizendo que a Anac não havia liberado para ele pousar em Guarulhos, pedindo apoio, inclusive, porque ele nos conheceu nessa inserção em Barranquilla”*).

A subfunção ainda apresenta outros enfoques, também relacionados com os momentos que antecederam o acidente, mas com um tom mais emocional, como o último contato com as vítimas (*“Todos os jogadores, antes da minha saída do hotel, abracei, eles me beijaram. A gente conversou bastante. Então a gente...viveu com eles até o final... da tarde”*), a tentativa de falar com a equipe após o horário previsto para a chegada do voo (*“Eu tentei entrar em contato com ele e... e... não deu, não consegui. Logo em seguida, mandei uma mensagem e, também, não tive resposta”*), e situações que impediram o embarque de algumas pessoas (*“Eu desisti da viagem ontem, porque eu teria um compromisso hoje, às 11 horas da manhã. E pedi para que o presidente do Conselho da Chapecoense, o Plínio De Nes Filho, que ficasse aqui e fosse comigo. E ele acabou me atendendo o pedido e ele ficou”*). Essa abordagem das “quase-vítimas” aparece em outros testemunhos, porém como possuem carga dramática maior, estão mais ligados à função de expressão de aspectos emocionais.

Quanto à questão audiovisual dos testemunhos veiculados em reportagens, observamos o predomínio do plano próximo (figura 50) com 80% de ocorrência, considerado o enquadramento usual de sonoras. Também notamos a presença de marcas corporais da tragédia em 40% dos testemunhos, como voz embargada ao ponto de interromper a entrevistas, olhos inchados e vermelhos de chorar (figura 51), sendo nenhum testemunho coberto com ilustra de imagem.

Figuras 59 e 60: Caso Chapecoense: dimensão audiovisual da função caracterizar o acontecimento



Fonte: frames capturados do Jornal Hoje (29/11/2016).

A segunda função, **caracterizar as vítimas**, é desempenhada por familiares, amigos das vítimas e dirigentes, e também se concretiza por meio de apenas uma subfunção:

- 1) **Narração de histórias de vida:** quando os testemunhos fornecem elementos que reconstróem a trajetória de vida dos jogadores (*“Sempre teve vontade de ser jogador de futebol, e com muito sacrifício chegou lá”*) e o momento que viviam no clube (*“Ele tava muito feliz lá na Chapecoense, porque ele tava tendo sequência de jogos e .... o filho dele nasceu agora, tem uns 4 meses, e ele tava muito feliz”*).

Essa característica de fazer “pequenas biografias” (RIBEIRO, SACRAMENTO, 2014, p. 63) dos mortos é, relativamente, frequente nas coberturas de tragédia. Os chamados *cases* costumam ganhar destaque, especialmente a partir do avanço da cobertura para outras etapas do acontecimento, como velórios e enterros. Contudo, no caso Chapecoense, consideramos que a construção desse perfil de vítimas foi antecipada, pelo fato de se tratarem de celebridades. Os testemunhos de familiares e amigos que desempenharam essa subfunção começaram a ser convocados já no Jornal Hoje, ou seja, em torno de 12 horas após a queda do avião. Pensando nas outras cobertura de análise, essa função é identificada apenas 48 horas conforme verificamos em observação exploratória.

Do ponto vista audiovisual, destacamos que 50% das pessoas que prestaram testemunho apresentaram marcas corporais, como choro e mãos no rosto (figura 61). O caso mais significativo ocorreu no relato do filho do técnico Caio Júnior, quando questionado pela repórter sobre como definiria o próprio pai. Muito emocionado, chorando e, por vezes, interrompendo a entrevista (figura 62), ele contou que o pai era um ídolo (*“Um ídolo.. [chora], sempre fez o melhor pra todos nós ... pra mim, pra meu irmão, pra minha mãe, pra*

*toda nossa família. Ajudava a família toda, sempre foi bem querido em todos os lugares que passou [chora]. Minhas primeiras palavras foram... "gol Caio", que era o que eu ouvia. [chora e para de falar] "Gol Caio" era o que eu ouvia na tv quando era menino e jogava bola*). Parte do testemunho dele foi ilustrado com imagens do técnico em campo como jogador e com fotos de família (figura 63). Nesse caso, pontuamos que o ilustra é utilizado como reforço de emoção. O enquadramento escolhido em 100% dos casos foi o plano próximo.

Figuras 61 a 63: Caso Chapecoense: dimensão audiovisual da função caracterizar a vítima



Frames capturados do Jornal Nacional (29/11/2016).

Na função “expressar o impacto emocional”, os testemunhos ressaltam ainda mais esse aspecto dramático, por meio do acionamento de uma série de emoções. A função é desempenhada por todos os graus de proximidade identificados, e se desdobra em sete subfunções:

- 1) Indicação de ruptura da normalidade (dirigentes, amigos das vítimas e autoridades):** quando os testemunhos relembram o passado de ascensão e vitórias do time em oposição ao presente trágico (*“E ontem de manhã, eu me despedindo deles, eles diziam que iam em busca para tornar esse sonho realidade. E nós, muito emocionados até, compartilhamos desse sonho e... o sonho acabou nesta madrugada...”*);

- 2) **Expressão da incredulidade pela tragédia e sobrevivência (dirigentes, familiares e moradores):** quando os testemunhos versam sobre o caráter inacreditável da tragédia (*“Ainda não caiu a ficha. Não, não dá pra acreditar.”*) e da sobrevivência de parentes que estavam no voo (*“Não caiu a ficha. Feliz por ele tá vivo e triste por causa dos outros companheiros dele... que não tão mais aqui, o Tomás, o Renan [incompreensível]... muito triste”*);
- 3) **Ilustração da angústia pela falta de informações (dirigentes, familiares):** ocorre quando os testemunhos relatam a incerteza quanto ao número de mortos, à identidade dos sobreviventes e ao estado de saúde deles (*“Existem amigos de uma vida toda que estavam no voo, e que a gente não tem de informação oficializada”*; *“Triste pelas famílias, né? A gente tá abalado porque não tem como tá sossegado sem ter a notícia certa do Alan”*);
- 4) **Ilustração do sofrimento (dirigentes, familiares, moradores):** desempenhada quando os testemunhos demonstram a dor e o sofrimento pela morte dos jogadores e outros integrantes da delegação (*“Meu coração está despedaçado. Estou sofrendo muito. É muito difícil... Jamais achei que fosse passar por esse momento.... que .... eu não consegui assimilar ainda.”*);
- 5) **Ilustração da resignação (dirigentes, autoridades):** ocorre quando os testemunhos demonstram o sentimento de aceitação e impotência frente à tragédia (*“Eu tô triste. Muito triste. Mas... diz que a vida continua, só o tempo pra amenizar um pouco essa coisa, né?”*);
- 6) **Ilustração da esperança/desesperança (familiares):** verificada quando os testemunhos demonstram a expectativa pela recuperação dos jogadores resgatados com vida (*“Que Deus.... Que Deus ilumine que nosso filho possa voltar pra casa de novo. Que ele é um guerreiro, sempre foi um guerreiro e eu sei que ele vai vencer essa também.”*), ou a descrença quanto à possibilidade da sobrevivência (*“Querida ele vivo, de verdade... mas acho que não vou conseguir não”*);
- 7) **Ilustração da comoção (moradores):** quando os testemunhos demonstram o pesar pela tragédia e pela morte dos jogadores (*“Imagina perder todas essas pessoas que*

*fazem parte do time que representa uma cidade. Eu acho que é uma perda muito grande.”).*

As subfunções **indicação de ruptura da normalidade e expressão da incredulidade pela tragédia e sobrevivência** estão associadas às características mais marcantes das tragédias: a desestruturação, a estupefação e o choque provocados pelo acontecimento. Os testemunhos que acionam a noção de ruptura ressaltam o passado feliz interrompido pela tragédia *“Eu dizia isso domingo, é... [suspira] é um sonho que nós estamos vivendo e que, infelizmente, se transformou num pesadelo”*), especialmente a partir da trajetória de superação do clube *“É, com certeza, a gente fica sem palavras nesse momento, né. Na verdade, Chapecó, com muito orgulho, viu... eu como torcedor, vi os momentos difíceis da Chapecoense quase fechando as portas. E de 2009, a gente conquistou tudo o que conseguiu até hoje. E agora, que estava a um passo de conquistar a América, acontece uma tragédia dessas. Sem palavras”*). Apesar de nossa análise ser centrada nos testemunhos, salientamos que essa tônica não está presente apenas nos relatos de experiência, mas de uma maneira geral ao longo da cobertura, desde as primeiras transmissões ao vivo da manhã *“O time da Chapecoense vivia um momento muito especial, de orgulho para o time e toda a cidade de Chapecó, porque ia disputar amanhã, pela primeira vez, a final da Copa Sul Americana”*) até às últimas reportagens do período de 24 horas *“Chapecó chora a perda de seus heróis e o fim de um sonho”*).

Esse aspecto inimaginável da tragédia está presente com mais ênfase na subfunção de expressão da incredulidade, especialmente em relação à ocorrência do acidente *“É muito triste a notícia que a gente recebeu hoje de manhã... É... na verdade.... jamais a gente ia poder esperar. Time que a gente amava.”*), e à sobrevivência *“Não caiu a ficha ainda. Feliz por ele tá vivo e triste por causa dos outros companheiros dele... que não tão mais aqui”*). Também observamos que alguns testemunhos foram convocados para desempenhar essa subfunção em relação à sobrevivência, mesmo sem terem embarcado no avião. São os relatos das “quase-vítimas” *“Eu agradeço a Deus por estar viva... porque eu só não tava no avião porque meu passaporte não ficou pronto na sexta-feira. Não dá pra acreditar. Ele falou comigo, me ligou no último horário antes do voo... e.... depois disso não tive mais notícia”*).

As subfunções **ilustração da angústia pela falta de informações e ilustração da esperança/ desesperança** são unidas por sentimento semelhante de incerteza quanto à tragédia *“Só temos a informação da mídia”*), diferenciando-se quanto ao momento da cobertura. Inicialmente, a tônica é ausência de informação que vai se transformando em

esperança e desesperança com o avanço da apuração (“*O Neto, o zagueiro, acabou de saber que também tem uma chance, né, tá no hospital. A gente não tem confirmação ainda se... se chegou... mas a gente vai continuar acreditando, claro, até confirmar a gente acredita*”; “*Queria ele vivo, de verdade... mas acho que não vou conseguir não*”).

Já a subfunção **ilustração do sofrimento** representa a dor da certeza da morte, e reúne os testemunhos mais dramáticos. Os depoimentos são provenientes de pais e mães que perderam seus filhos (“*Meu coração está despedaçado. Estou sofrendo muito. É muito difícil... Jamais achei que fosse passar por esse momento.... que .... eu não consegui assimilar ainda*”; “*Ele tá aqui [esfrega o peito], tá aqui dentro. Enquanto vida Deus me der, eu vou amar meu filho, porque ele foi um filho maravilhoso*”), e também de dirigentes do clube que, de tanta dor, não conseguem olhar as imagens do acidente durante a entrevista em estúdio (“[âncora] *Ele tem evitado olhar as imagens, ele vira pra janela. E aqui, todo o nosso apoio, inclusive, ele tá tentando se manifestar, dizer alguma coisa, Plínio?* [dirigente] *Não... a gente não consegue. Não consegue, porque... eram todos filhos [chora]*”).

Essas manifestações são esperadas de familiares e pessoas próximas em qualquer cobertura de casos extremos. O que surpreende, nesse caso, é que também são concedidos por quem possui a menor proximidade com a tragédia, os torcedores e moradores. As manifestações são tão intensas, que eles parecem se referir a pessoas da família e, inclusive, expressam essa relação verbalmente (“*Não era apenas um clube, né? Não era simplesmente jogadores. Era família, né? Então, esse sentimento passava pra arquibancada, né? Passava pra mim, passava pro meu filho. Passava pra todos. Então, o sentimento é de muita, muita tristeza*”).

Esse impacto da tragédia entre a população de Chapecó também é demonstrado pelos testemunhos de **ilustração da comoção** e de **ilustração da resignação**. Na comoção, temos a ideia de que o acontecimento afetou não só os moradores, mas a vida na cidade como um todo (“*Desde às 3 e meia da manhã já estou acordada acompanhando.... e coração partido com isso. Uma tragédia muito grande pra nossa cidade, né?*”; “*Imagina perder todas essas pessoas que fazem parte do time que representa uma cidade. Eu acho que é uma perda muito grande*”). Já na resignação, o que predomina é o sentimento de impotência (“*Mas a gente tem, nesse momento, pelas notícias que os senhores têm, que ser realista. Então nos resta dar o atendimento que esses irmãos tanto merecem*” e de que é preciso ser seguir em frente (“*Vamos seguir em frente, né? Pedir a Deus que coloque ele em um bom lugar que .... sempre trouxe alegria pra gente*”).

E o corpo de quem presta testemunho demonstra a dor expressa pela fala. As subfunções de impacto emocional são as que exibem marcas corporais da tragédia em maior recorrência (61%). Os torcedores, dirigentes e familiares choram, passam a mão no rosto, limpam lágrimas, e parecem não acreditar no que estão vivendo (figura 64 a 69).

Figuras 64 a 69: Caso Chapecoense: dimensão audiovisual da função expressar o impacto emocional



Fonte: Frames do Jornal Hoje e Jornal Nacional (edições de 29/11/2016)

E justamente nesses momentos, nos quais os testemunhos demonstram maior sofrimento e vulnerabilidade, notamos a utilização do *zoom in*. Em nenhum outro momento, observamos o movimento de aproximação; sendo realizado apenas nos casos em que os entrevistados estão, visivelmente, emocionados. Como exemplo, citamos o testemunho do pai (figura 70 e 71) do jogador Felipe Machado (“*Não sei o que vou fazer da minha vida. [abaixa a cabeça e chora/ começa zoom in] Não sei, não sei mesmo. Não sei... Como é que eu vou receber o corpo desse guri aqui...*”) e do vice-presidente (figura 72 e 73) da Chapecoense (“*Um time que a gente ama. Um time que a gente começou.. [esfrega o rosto e se emociona/*

começa zoom in] *há muito tempo. Eu tô muito envolvido com a Chapecoense... E eu sei tudo o que passamos... E agora que nós chegamos.... não vamos dizer ao auge, mas chegamos.... um time a de destaque nacional.... acontecer uma tragédia dessas.... Cara, é muito difícil, a tristeza é muito grande...”).*

Figuras 70 a 73: Caso Chapecoense: uso de *zoom in*



Fonte: frames do Jornal Hoje e Jornal da Globo (edições 29/11/2016)

Uma prática questionável do ponto de vista ético. Em um caso tão dramático e de tanto sofrimento por si só, qual a necessidade de mostrar os momentos de desespero e descontrole tão de perto? O que esse movimento poderia acrescentar à cobertura, se não a espetacularização? Quantitativamente, esses casos podem não ser expressivos; entretanto, revelam mais uma camada a respeito do tratamento concedido às pessoas afetadas pelas tragédias. Em relação a outro item de análise da dimensão audiovisual, o ilustra de imagem, notamos a utilização em apenas 5% dos testemunhos. Além disso, todos foram usados no encerramento da reportagem, uma rotina de edição usual para facilitar o “corte” da reportagem para o estúdio. Também não observamos rupturas quanto ao enquadramento de imagem, sendo o plano próximo utilizado em 95% dos casos. Essas permanências, que indicam uma estabilidade da cobertura a partir da manutenção de rotinas produtivas usuais, também podem ser vistas nos papéis autorizados aos testemunhos.

Considerando todas as funções identificadas, podemos dizer que os testemunhos do caso Chapecoense foram convocados para desempenhar um papel primordial: expressar o

impacto emocional (80%). Para uma melhor visualização, sintetizamos todas as funções/subfunções e os índices de recorrência no quadro-resumo abaixo.

Quadro 23: Caso Chapecoense- tipologia das funções, subfunções e recorrências dos testemunhos

<b>Caso Chapecoense: funções dos testemunhos</b>	
<b>FUNÇÕES</b>	<b>SUBFUNÇÕES</b>
<b>Caracterizar o acontecimento</b> 12%	12% Informação sobre "o antes" da interrupção
<b>Caracterizar a vítima</b> 8%	8% Descrição de histórias de vida
<b>Expressar o impacto emocional</b> 80%	12% Indicação e ruptura de normalidade 14% Expressão de incredulidade pela tragédia e pela sobrevivência 7% Ilustração da angústia pela falta de informações 26,5% Ilustração do sofrimento 4% Ilustração da esperança/desgraça 9% Ilustração da comoção 7% Ilustração da resignação

Fonte: elaboração própria.

Além da predominância do aspecto emocional, apenas três subfunções corresponderam a mais da metade dos casos: ilustração do sofrimento (26,3%), expressão da incredulidade pela tragédia e sobrevivência (14%) e indicação de ruptura da normalidade (12,5%). Ainda que se trate de experiências únicas e pessoais, os testemunhos foram convocados para reiterar os mesmos pontos de vista. Um indício, também, de que um maior número de convocações não está ligado a maior pluralidade de papéis, já que este foi o caso com mais testemunhos acionados, mas não o com mais funções/subfunções.

Apesar de todas as especificidades do acontecimento – ausência de sobreviventes, acidente em outro país, local de difícil acesso – a cobertura já foi apresentada com uma certa estabilidade ao telespectador desde as primeiras horas da manhã. Não estamos dizendo que não houve desestruturação; os próprios jornalistas demarcaram a incapacidade de informar com exatidão nos momentos iniciais. Quando um dos âncoras do telejornal Bom dia Brasil

fala que “*estamos descobrindo juntos essa tragédia*”, está assumindo essa dificuldade de apuração.

A cobertura ao vivo, outro fator que tensiona a convocação dos testemunhos, é representativa dessas limitações iniciais. Sem sobreviventes em condições de se manifestarem, a cobertura buscou os testemunhos das pessoas disponíveis e que possuíam a maior proximidade com o caso até então, um dirigente do clube e o prefeito da cidade. O fato de eles passarem um programa inteiro à disposição, dentro do estúdio, concedendo testemunho sobre questões anteriores à irrupção do acontecimento é sintomático da tentativa e da dificuldade inicial de “domar o selvagem” conforme diz a expressão de Motta (2005), que define tão bem essa busca do jornalismo por controlar, delimitar e hierarquizar acontecimentos. Ou seja, a cobertura busca dar conta de sua deficiência por meio do testemunho.

Não há dúvidas de que a contribuição deles foi significativa, desempenharam sete das nove subfunções identificadas em toda a cobertura. Contudo, eles dividiram espaço com uma série de reportagens e entradas ao vivo de Chapecó e Medellín. Eles foram, de fato, a única voz testemunhal do programa e com proximidade com a tragédia; entretanto, a apuração evoluiu ao longo do telejornal com o acionamento de outras fontes (polícia, hospital, aeroporto e governo colombianos, agência nacional de aviação e governo federal, por exemplo). Por isso, compreendemos que a cobertura não permitiu que os testemunhos exercessem funções para além das usuais, porque não precisou. As limitações decorrentes do acontecimento e do ao vivo ocorreram, porém não foram tão intensas ao ponto de a cobertura conceder maior protagonismo aos testemunhos.

Além disso, com o avanço do tempo e do delineamento do caso, os telejornais apresentaram narrativas cada vez mais estabilizadas. O estatuto das vítimas – celebridades – também mostrou ser um fator de importância na cobertura. Quanto mais próximos das vítimas famosas, mais identificados eram os testemunhos. O que demonstra o valor que a cobertura concede às pessoas que possuem a experiência como único capital social. Os moradores e torcedores de Chapecó, que tanto compartilharam com a cobertura a sua dor e sofrimento, não foram nomeados em sua maioria.

Por todos esses fatores, defendemos que o jornalismo convoca os testemunhos e permite que eles excedam as funções usuais, apenas quando precisar dar conta de suas limitações, sustentar a cobertura ao vivo ou lidar com as condições de produção adversas propiciadas pelas especificidades do acontecimento.

## 7 O TESTEMUNHO DE URGÊNCIA NAS COBERTURAS DE TRAGÉDIA

A análise das primeiras 24 horas de cobertura dos casos Kiss, Samarco e Chapecoense demonstrou o quanto a convocação e as funções dos testemunhos estão atreladas às especificidades do acontecimento, à cobertura ao vivo e às limitações do trabalho jornalístico. Esses três fatores funcionam como pontos de pressão na cobertura, que podem tanto impulsionar quanto desestimular o acionamento e as funções autorizadas.

Reconhecemos a dificuldade do trabalho jornalístico em acontecimentos extremos. A magnitude das consequências e potencial de afetação que conferem caráter de tragédia aos casos, também desafiam a capacidade de apuração e narração do jornalismo. Os três casos que analisamos pertencem a diferentes ordens, possuindo **especificidades do acontecimento** muito distintas. No caso Kiss, um incêndio numa região central transforma mais de 600 pessoas em sobreviventes, propiciando o acesso dos jornalistas às vítimas. Além disso, a Rede Globo possui uma emissora afiliada na cidade, o que agiliza a mobilização de equipes e a apuração no local. No caso Samarco, um rompimento de barragem em uma área privada, provoca um “tsunami de lama” que soterra um distrito inteiro e interrompe estradas, prejudicando o acesso de jornalistas. E, ainda, a emissora que cobre a região fica a cerca de 115 km da cidade, implicando no maior tempo de deslocamento das equipes. No caso Chapecoense, um acidente aéreo em outro país, de madrugada, em uma área montanhosa e de difícil acesso, dificultando até mesmo a operação de resgate. Na Colômbia, estava apenas uma equipe de reportagem, deslocada para cobrir uma competição esportiva. Isto é, um acontecimento produziu muitos sobreviventes, o outro isolou os sobreviventes, e o terceiro teve poucos sobreviventes e ainda em gravíssimo estado de saúde.

Considerando esse contexto, fomos olhar para os números de convocações: caso Kiss, 41 testemunhos; caso Samarco, 13; caso Chapecoense, 56. E observamos que o maior acionamento ocorreu, justamente, na cobertura com as maiores dificuldades iniciais (acontecimento em outro país, dificuldade de acesso, apenas uma equipe de reportagem no país). Entretanto, as particularidades não explicam o fato de o caso Kiss possuir alguns fatores que colaborariam com a cobertura (fácil acesso, alto número de testemunhas) ter mais acionamentos que o caso Samarco, com limitações maiores (acessos interrompidos,

acontecimento em área privada). Por isso, defendemos que as especificidades influenciam, mas não são definidoras. Outro fator tensiona esses acionamentos.

Se a tragédia e suas particularidades desorganizam rotinas, é a urgência da **cobertura ao vivo** que potencializa e dá visibilidade a essas limitações. O que antes ficava escondido nos bastidores do trabalho jornalístico, passa a ser exposto ao telespectador, fazendo parte da narração que se constrói, ao mesmo tempo, em que é apurada. Como pontuou o âncora de uma das coberturas, *“Estamos descobrindo juntos essa tragédia”*. A metáfora do “gotejamento esporádico de dados” (LOZANO ASCENCIO, SANCHES CALERO, MORALES CORRAL, 2017, p. 25) também é representativa dessa narrativa que vai se fazendo aos poucos. É desse contexto que o testemunho participa. Ao longo do trabalho, fomos acumulando indícios de que quanto maior a desorganização das rotinas e as deficiências da apuração, maior é o protagonismo concedido ao testemunho.

No caso Kiss, a cobertura teve de dar conta de uma transmissão em caráter de urgência, em um domingo e, portanto, fora da estrutura dos telejornais. Logo, os testemunhos foram acionados para suprir essas deficiências iniciais, sendo o acontecimento apurado ao vivo a partir dos relatos de experiência. Embora bem mais organizada e dentro dos telejornais, a cobertura da Chapecoense, também teve transmissão ao vivo e acionou os testemunhos para sustentar as primeiras horas. Ainda que os papéis autorizados aos testemunhos tenham sido distintos, como retomaremos a seguir, ambas têm como ponto em comum a cobertura ao vivo. Já o caso Samarco, sem a transmissão em tempo real, as deficiências foram sendo superadas “internamente”. Isto é, sem a necessidade de apurar o acontecimento em tempo real, as limitações foram controladas ao ponto de a primeira reportagem a ser exibida ter uma série de fontes oficiais. Em outras palavras, é na urgência da cobertura ao vivo que crescem as limitações e as deficiências. E é nesses momentos de falta de informações oficiais, que o testemunho é acionado.

Para compensar essas limitações, as três coberturas buscaram as pessoas com a maior proximidade possível com o acontecimento. Os sobreviventes corresponderam a 56% das convocações no caso Kiss e a 61% no caso Samarco. É a valorização da experiência direta. É o testemunho da urgência, do desespero, do calor do momento, das situações mais dramáticas vividas na fuga de uma boate tomada pela fumaça tóxica das chamas ou de uma onda avassaladora de rejeitos. Já no caso Chapecoense, sem possibilidade de acionamento de sobreviventes (vítimas em grave estado de saúde), 61% dos testemunhos vieram de familiares, amigos, funcionários das vítimas e dirigentes do clube. É o testemunho das repercussões do acontecimento, de quem não viveu diretamente a tragédia, mas foi afetado por suas

consequências. Embora busque a maior relação com a tragédia, as coberturas também mostram que outras experiências – um pouco mais distantes – também são acionadas para compor o acontecimento, especialmente a partir de seus desdobramentos.

A influência das limitações propiciadas pela cobertura ao vivo ficou ainda mais nítida quando analisamos as funções autorizadas em cada cobertura. O caso Kiss, com maior desestruturação das rotinas na transmissão ao vivo, foi o que apresentou maior variedade de funções (3) e subfunções (14). O caso Chapecoense, que também teve cobertura ao vivo, mas mais organizada desde o princípio, observamos a mesma quantidade de funções (3), mas número reduzido de subfunções (9). E, por fim, no caso Samarco, que não teve cobertura ao vivo, os testemunhos foram bem mais restritos nas funções (2) e nas subfunções (5). Essas relações nos mostram o quanto o testemunho é acionado para compensar as deficiências da cobertura. A aproximação entre os casos também pode ser feita a partir das funções comuns às coberturas, conforme sintetizado no quadro abaixo.

Quadro 24: Comparativo entre ocorrência das funções dos testemunhos na cobertura de tragédia



Fonte: elaboração própria.

O comparativo mostra que duas funções ocorrem nos três casos: expressar o impacto emocional e caracterizar o acontecimento, em maior ou menor grau dependendo das limitações. No caso Kiss, pressionado pela desestruturação do ao vivo e a necessidade da apuração em tempo real, predominou a função de caracterizar o acontecimento (60%). Essa instabilidade também explica a função conferir credibilidade à testemunha ter ocorrido apenas nessa cobertura. Com testemunhos realizados por telefone – sem a imagem do sobrevivente e outros fatores que pudessem contribuir para a confiabilidade do relato (estar em frente à boate, por exemplo) – foram as próprias vítimas que se auto declararam como dignas de ocuparem aquele espaço. Ainda que essa “autodesignação” em que a testemunha “se declara testemunha [...] e “nomeia a si mesma” (RICOEUR, 2007, p. 172-173) faça parte do estatuto do testemunho, as limitações do jornalismo fizeram com que esse aspecto fosse ressaltado.

No caso Samarco, as duas únicas funções ocorridas apresentaram um certo equilíbrio, com pequeno predomínio da expressão do impacto emocional (53%). Aqui, cabe salientar que a função caracterizar o acontecimento é composta por apenas uma subfunção, a que reúne os aspectos mais sensacionais do acontecimento (descrição da fuga e dos resgates) e com maior enfoque na emoção.

No caso Chapecoense, que teve a cobertura ao vivo mais organizada, a tônica foi a expressão do impacto emocional (80%). Ainda que esse número diga respeito apenas à participação dos testemunhos, não podemos ignorar o impacto da morte de jornalistas no tom emocional da cobertura. Conforme já pontuou Silveira (2020), “houve uma mudança na performance dos jornalistas devido à proximidade com as vítimas”, na medida em que eles demonstraram mais abertamente suas emoções e sentimentos. Além disso, consideramos que embora os testemunhos tenham contribuído nos primeiros momentos da cobertura ao vivo, participaram de forma mais tímida da apuração, tendo dois fatores contribuído para isso: não ter havido sobreviventes aptos a se manifestarem nas primeiras 24 horas e a apuração ter ficado centrada nas fontes oficiais. Além disso, com o avanço no esclarecimento do acontecimento, os telejornais apresentaram narrativas cada vez mais estabilizadas e os testemunhos foram ficando ainda mais restritos aos aspectos emocionais. Já a exclusividade da ocorrência da função caracterizar a vítima atribuímos ao estatuto das vítimas, famosos jogadores de futebol. Em nenhum outro caso, as vítimas tiveram suas histórias de vida contadas por meio do testemunho nas primeiras 24 horas.

Aprofundando o olhar das funções para as subfunções, observamos o quanto os testemunhos podem ser acionados para destacar uma variedade de temas relacionados às

tragédias. As quatro funções identificadas desdobram-se em 18 subfunções, como reunido no quadro abaixo.

Quadro 25: Tipologia das funções dos testemunhos na cobertura de tragédias

<b>Funções dos testemunhos na cobertura de tragédias</b>	
<b>FUNÇÕES</b>	<b>SUBFUNÇÕES</b>
<b>Conferir credibilidade à testemunha</b>	Autodenominação como testemunha ocular Contextualização da testemunha
<b>Caracterizar o acontecimento</b>	Apontamento das causas Confirmação/negação de informações iniciais Esclarecimento de questões polémicas Informação sobre o "antes" da irrupção Descrição da fuga e dos resgates
<b>Caracterizar a vítima</b>	Descrição das histórias de vida
<b>Expressar o impacto emocional</b>	Indicação de ruptura da normalidade Expressão da incredulidade pela tragédia e sobrevivência Ilustração do alívio pela sobrevivência Manifestação da indignação Ilustração do sofrimento Ilustração da angústia pela falta de informações Ilustração da esperança/desesperança Ilustração da comoção Ilustração da resignação Ilustração da solidariedade

Fonte: elaboração própria.

O enfoque no aspecto emocional é evidente, na medida em que é o grupo que possui a maior variedade de subfunções. No entanto, apenas três são comuns aos três casos: expressão da incredulidade pela tragédia e sobrevivência, ilustração da angústia pela falta de informações e ilustração do sofrimento. Todas refletem o aspecto destruturador da tragédia, que rompe e desestabiliza. É choque de não acreditar no que está vivendo tendo em vista a magnitude do acontecimento, os sentimentos de incerteza e angústia antes da estabilização das informações, e o sofrimento provocado pela certeza da perda de vidas.

Entre as 18 subfunções, identificamos que poucas excedem os papéis usuais destinados aos testemunhos de ilustrar situações e sentimentos, restringindo-se aos papéis mais passivos de lamento e sofrimento. No caso Samarco, quase todos testemunhos (com exceção do relato do prefeito de Mariana) têm um comum, uma particularidade: são acionados a partir dos aspectos mais espetaculares do acontecimento. É a sobrevivente que acha que o mundo vai acabar e que diz ter vivido um filme de terror, a mãe que foge sem os filhos, a tia que corre mais de 20 minutos com os sobrinhos no colo para escapar da onda de lama, a senhora ofegante que mal consegue falar em meio à fuga e a mãe que não sabe como vai explicar ao filho o desaparecimento do pai. Em nenhum momento, a cobertura convoca os testemunhos para falar sobre as causas do acontecimento e possíveis responsáveis, mesmo a mineração fazendo parte do dia a dia desses sobreviventes e familiares de vítimas.

No caso Chapecoense, o foco também é o impacto emocional, mas centrado na dor de uma cidade inteira que estava preparada “*para uma festa e acordou com uma tragédia*” e “*perde os seus heróis*”. Predominam os testemunhos de uma legião de torcedores e moradores que chora como se tivesse perdido familiares. As exceções são os testemunhos veiculados na cobertura ao vivo, que contribuem com a caracterização do acontecimento ao abordarem fatos anteriores à irrupção do acontecimento. Embora tivessem falado sobre os voos anteriores realizados com a mesma companhia e problemas na liberação da aeronave, dirigente e prefeito não foram questionados sobre responsabilidades, por exemplo. Essas questões foram destinadas a outras fontes. Isto é, a cobertura não autorizou que os testemunhos excedessem as funções habituais, porque não precisou compensar limitações da apuração.

Já no caso Kiss, apesar de ter convocado os testemunhos para uma série de papéis mais ligados ao sofrimento de sobreviventes e familiares, também autorizou que eles fossem além: manifestassem indignação quanto às responsabilidades pela tragédia, esclarecessem questões polêmicas, apontassem causas e confirmassem/negassem informações iniciais. Argumentamos que todas essas perspectivas só foram autorizadas porque a cobertura tinha que dar conta das suas próprias deficiências, potencializadas pela cobertura ao vivo. Só por isso, os testemunhos desempenharam funções, geralmente atribuídas às fontes oficiais.

Por isso, compreendemos que o testemunho é uma necessidade da cobertura ao vivo de tragédia. Assim, quanto maiores as desestruturações, maiores as convocações e a autorização para ocuparem outros espaços para além dos usuais. Quanto falta a fonte oficial, é nos testemunhos que o jornalismo vai buscar elementos para suprir suas limitações para contornar as especificidades do acontecimento e sustentar a transmissão ao vivo. É na dificuldade que os testemunhos ascendem.

Reiteramos que os relatos mais centrados nos aspectos do extraordinário e do sofrimento fazem parte do acontecimento e precisam ser contemplados, na medida que ajudam a configurar o drama humano e a magnitude do acontecimento e suas consequências. O problema é quando ficam restritos ao sofrimento individual. A manifestação baseada na experiência tem potencial para tensionar o discurso de fontes oficiais e colaborar para a configuração de questões públicas.

Como já pontuou Amaral (2019, p. 23), “na cobertura de acontecimentos catastróficos, o jornalismo revela toda sua potencialidade, mas também suas limitações”. Acrescentamos que ainda deixa ver outras questões, que são contidas pelas rotinas produtivas da normalidade, mas que vem à tona pela desestruturação, especialmente na cobertura ao vivo. Entre elas estão entrevistas por telefone, repetição das mesmas perguntas para diversos sobreviventes, repetição de sonoras, uso de zoom in para reforçar emoção, imagens sem qualidade técnica (e justificadas por apresentadores) e veiculação de ilustra de imagens de maneira aleatória (falta de sincronia entre os testemunhos e as imagens exibidas).

Além dessas rupturas, destacamos uma em especial, por ser muito recorrente: a repetição de imagens. As cenas que representavam os aspectos mais espetaculares foram exibidas exaustivamente. No caso da Boate Kiss, fazemos referência às imagens de socorro às vítimas em frente à boate e dos sobreviventes quebrando a marretadas a parede da casa noturna para dissipar a fumaça. Já no caso Samarco, lembramos das cenas de uma localidade inteira soterrada por uma onda de lama e dos detalhes impressionantes, como um carro em cima de uma casa. Mais do que imagens-sintoma (CHARAUDEAU, 2006, p. 4), essa repetição de imagens tem um caráter terapêutico no sentido de ajudar a controlar o trauma (DAYAN, 2009). Isto é, por mais sensacionais que sejam, as “descontinuidades do acontecimento” (QUÉRÉ, 2005) vão sendo diminuídas com a reiteração das imagens, na medida que as pessoas vão ficando mais familiarizadas com tais imagens.

Porém, entre todas as rupturas, talvez, a mais significativa seja a forma como as pessoas que se manifestam a partir da experiência são nomeadas. A regra geral de identificação para qualquer pessoa convocada pelo jornalismo é nome completo e função social. Entretanto, nas coberturas analisadas impressiona o número de testemunhos que não receberam qualquer identificação: caso Kiss: 29%, caso Samarco: 69%, e caso Chapecoense: 30%. A observação de acordo com os graus de proximidade, revela outras relações.

Considerando o primeiro grau, constatamos que, no caso Kiss, os sobreviventes só são chamados como tal nos períodos de desestruturação da transmissão ao vivo, depois voltam a ser identificados pela profissão. No caso Samarco, os sobreviventes também são chamados de

moradores ou por suas profissões, mas em nenhum momento pela proximidade com a tragédia. Já o segundo grau apresenta números mais discrepantes: no caso Kiss, 54% são nomeados pela relação com o caso; no caso Samarco, ninguém é nomeado pela proximidade (sendo que 75% não são identificados de forma alguma); e no caso Chapecoense, 77% são chamados pela proximidade. Além disso, os familiares são identificados de maneira ainda mais completa e não de forma genérica como “pai de vítima” como ocorre na Kiss, mas como “mãe de Tiaguinho”, numa referência ao jogador. Por outro lado, quando se trata do terceiro grau de proximidade (torcedores, moradores e autoridades), 68% não são identificados.

Essas observações nos levam a ponderar que as nomeações nas coberturas de tragédias não estão apenas ligadas às rupturas da cobertura ao vivo, mas também por outras questões. Consideramos que se trata de um exemplo muito representativo da construção social da vítima, pela qual as vítimas não são criadas imediatamente em virtude da ocorrência de um acontecimento. Isto é, não são produzidas por fatos (FASSIN, 2016), mas por processos de construção sociais e históricos (SARTI, 2011; VECCHIOLI, 2013). Como vimos, a narrativa jornalística também pode ser associada a essa lógica. Se “a vítima não existe sem a midiaticização” (HARTOG, 2012, p. 2), então, ainda que experiencie determinada situação e seja afetada de alguma maneira, a vítima só será considerada como tal depois que obtiver o reconhecimento público de sua posição. No caso, o jornalismo afirma a legitimidade desse sofrimento no momento em que dá visibilidade aos acontecimentos mostrados, como também pelo modo como constrói as narrativas.

A partir dessa perspectiva, observamos que não basta sobreviver à tragédia para ser considerado sobrevivente pela cobertura. É preciso mais: “merecer a condição de vítima” e estar entre as “vítimas boas” (VECCHIOLI, 2018, p. 4). No caso Kiss, o chamado “status moral das vítimas” fez os frequentadores terem o seu sofrimento reconhecido, e o segurança da boate, não. Além disso, devemos considerar outras questões sociais que passam pelo estatuto da vítima, ou seja, quem são os mortos. Os três casos têm vítimas muito distintas: jovens universitários, trabalhadores pobres e jogadores de futebol famosos. Uma hierarquia de vítimas que indica não só o lugar destinado ao testemunho das pessoas que têm como único atributo o saber da experiência, mas também as relações sociais envolvidas na afirmação de quem merece ter a sua condição de vítima e o seu sofrimento reconhecido. Tudo isso aponta para os distintos modos de morrer na mídia (ANTUNES, 2012) ou, em outras palavras, uma hierarquia de morte, que o jornalismo opera ao denominar os acontecimentos, delimitar os sentidos ou construir os modos como as vítimas devem ser vistas.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse pela cobertura de tragédias nasceu de uma experiência profissional, quando senti “na pele” as dificuldades do trabalho jornalístico em um acontecimento limite. Assim como as testemunhas têm uma visão parcial e restrita como se enxergassem pela fresta de uma porta, conforme a metáfora de Sarlo (2012), eu também possuía essa mesma perspectiva. Quase dez anos após o incêndio da boate Kiss, ainda lembro da sensação de chegar em frente à boate, olhar ao redor e ter como única certeza a impotência de narrar tudo aquilo.

Hoje, ao fim do processo de doutoramento que resulta nesta tese, tenho uma visão mais ampla; mais dúvidas, porém uma certeza: a importância da pesquisa sobre a cobertura de tragédias. É preciso pensar sobre as condições de produção em que esse trabalho se desenvolve, pois não se trata de um acontecimento rotineiro, apreendido quase “em modo automático” pelas rotinas produtivas, em que o repórter sai da redação apenas com lacunas a serem preenchidas em um texto previamente planejado. É preciso discutir as formas como o jornalismo narra e se apropria da experiência do outro, que não é um “anônimo” abordado na rua para comentar o aumento dos preços nos supermercados, mas alguém em um momento de profundo sofrimento. E nas situações de tragédias, todas essas questões encobertas pela prática diária vem à tona.

Nesse sentido, o percurso teórico-metodológico percorrido nesta tese apresentou algumas respostas sobre o que a convocação e os usos do testemunho na urgência revelam sobre as especificidades da cobertura de tragédias em telejornalismo, como detalhado ao longo de todo o trabalho. O fato de os casos pertencerem a ordens tão distintas foi um ponto positivo, pois possibilitou analisar a influência das características de cada acontecimento nos modos de narrar da cobertura. O incêndio da boate Kiss teve grande número de sobreviventes, facilidade de acesso e uma emissora de TV na cidade do acontecimento. O rompimento da barragem da Samarco, teve sobreviventes isolados, acessos interrompidos e emissora de TV a mais de 100 km do local. E o acidente aéreo da Chapecoense, teve poucos sobreviventes em gravíssimo

estado de saúde, dificuldade de acesso ao local da queda da aeronave e apenas uma equipe de reportagem na Colômbia.

A distinção entre os casos também salientou que a tragédia e suas particularidades desorganizam rotinas, mas é a urgência da cobertura ao vivo que potencializa e eleva as limitações do trabalho jornalístico ao extremo. Rotinas improváveis nas situações de normalidade passam a ser aceitas, como entrevistas por telefone, repetição de perguntas aos entrevistados e de imagens exibidas exaustivamente e veiculação de ilustra de imagem fora de sincronia com as falas. Essas quebras das regras usuais são tão evidentes, que os próprios apresentadores justificam o porquê de estarem exibindo imagens com qualidade inferior, por exemplo.

São nestes momentos de desestruturação e deficiência das rotinas usuais, que a cobertura recorre ao testemunho e o autoriza a desempenhar outros papéis para além dos usuais. Isto é, para compensar a sua própria incapacidade de apuração e a ausência das fontes oficiais. Nesses casos, o testemunho não só ilustra dor, sofrimento e uma diversidade de impactos emocionais, mas também esclarece situações, confirma ou nega informações iniciais, aponta as causas e desvenda questões polêmicas. Para isso, as coberturas buscam quem tem a maior proximidade com o acontecimento. É o relato de quem sobreviveu à tragédia que colabora com a função do jornalismo de estabelecer os primeiros contornos e dar uma explicação provisória aos casos. O caso Kiss teve 56% dos testemunhos provenientes dos sobreviventes; o Samarco, 61%; e o Chapecoense não teve sobreviventes, mas 61% dos testemunhos foram concedidos pelo grau seguinte de proximidade com a tragédia (familiares, amigos, dirigentes).

Na urgência de apurar e narrar – às vezes, simultaneamente – o jornalismo ainda deixa ver algumas questões, como a hierarquia de vítimas que opera. Essa escala começa com a frequente falta de identificação dos testemunhos convocados, o que é sintomático do lugar que o jornalismo reserva ao testemunho. Aproximadamente um terço dos testemunhos não foram nomeados nas coberturas da Kiss (29%) e os da Chapecoense (30%), já no caso Samarco, esse número chega a impressionantes 70%. Por meio dessa hierarquia, as coberturas ainda indicam quem deve ser visto como sobrevivente e quem merece ter seu sofrimento reconhecido. Todas essas situações apontam menos para critérios jornalísticos e mais para questões sociais, como as pessoas atingidas. O caso Chapecoense mostrou que o estatuto das vítimas – celebridades – foi um fator de importância na cobertura, afinal quanto mais próximos das vítimas famosas, mais identificados foram os testemunhos. O que demonstra o valor que a cobertura concede às pessoas que possuem a experiência como único

capital social, além dos diferentes modos de morrer na mídia, como nos lembra Antunes (2012).

Por todas essas questões, defendemos a relevância dos estudos que analisem esses momentos tão desestabilizadores do jornalismo, não só como forma de dar visibilidade às rupturas das práticas, à complexidade do trabalho e às construções sociais que permeiam as narrativas, mas também para apontar caminhos para uma narrativa que não olhe para as testemunhas apenas a partir de papéis pré-determinados.

A análise demonstrou a variedade de papéis que os testemunhos podem exercer, na medida em que desempenharam quatro funções na narrativa (conferir credibilidade à testemunha, caracterizar o acontecimento, caracterizar a vítima e expressar o impacto emocional) e 18 subfunções. Como esperado em uma cobertura de tragédia, o aspecto emocional permeou as três coberturas como um todo e os testemunhos participaram dessa configuração dos impactos emocionais. Entretanto, em alguns casos essa ênfase foi maior. Na cobertura da Chapecoense, que teve a particularidade das mortes de jornalistas noticiadas pelos próprios colegas de emissora, esse índice chegou a 80%. Já no caso Kiss, o predomínio foi a função de caracterização do acontecimento (60%); e o Samarco apresentou recorrências mais equilibradas, embora quase metade dos testemunhos tenham sido convocados para expressar uma única subfunção: a descrição da fuga e dos resgates (47%), a que remete aos episódios mais espetaculares.

São diferentes especificidades de acontecimento, limitações e coberturas, que resultam em diferentes acionamentos dos testemunhos. Quanto maior a desorganização das rotinas e as deficiências de apuração, maior é o protagonismo concedido ao testemunho. Isto é, o jornalismo convoca os testemunhos e permite que eles excedam as funções usuais, apenas quando precisa dar conta de suas limitações, sustentar a cobertura ao vivo ou lidar com as condições de produção adversas propiciadas pelas especificidades do acontecimento.

Nesse contexto, a cobertura de tragédias estabelece uma relação de dependência do testemunho, que é agravada pela urgência, pela precarização do trabalho e pela falta de preparação do campo jornalístico para enfrentar as tragédias. A associação desses três fatores alimenta esse ciclo de limitações e, conseqüentemente, a necessidade de acionamento do testemunho para amenizá-las. Amaral, em entrevista a Quadros (2020, p. 211) sugere que a experiência vivenciada a cada cobertura de tragédia deveria propiciar “uma maior especialização na cobertura de temas importantes, assim como maior popularização de pautas científicas e a conscientização [...] sobre as desigualdades sociais”. Além disso, aponta a autora, as coberturas precisam ir para além do “dia do desastre”. Dessa forma, o jornalismo abordaria

tanto “possíveis ameaças e mapear vulnerabilidades ambientais, econômicas e sociais”, assim como “a reconstrução e a redução destas mesmas vulnerabilidades”.

Sugerimos que uma das possibilidades em aberto é o estudo da convocação dos testemunhos em um espaço temporal maior. Na urgência, demonstramos uma maior recorrência e permissões para ocupar outros papéis. Entretanto, em análise exploratória das três coberturas analisadas nesta tese, observamos que a convocação dos testemunho cai com o passar do tempo, já a partir das 48 horas após a irrupção do acontecimento. A que níveis chegariam no fim da primeira semana de cobertura? Também avaliamos que o cotejamento entre as coberturas local e nacional possam ser uma caminho interessante de pesquisa. Considerando que as coberturas locais costumam ser mais intensas e prolongadas (a cobertura especial do caso Kiss durou dois meses e meio a nível estadual), que relações seriam estabelecidas com o testemunho? Esta tese contribui com o momento de urgência, mas as coberturas de tragédia ainda podem revelar muitas complexidades não só sobre as práticas jornalísticas, como também sobre a sociedade que este mesmo jornalismo – que é afetado – ajuda a configurar.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)**. São Paulo: Boitempo, 2008.

AMARAL, M. A representação dos testemunhos no discurso das catástrofes ambientais: de sujeitos sociais a sujeitos discursivos. **Revista Contracampo**, v. 15 - n.3 - p. 182 a 190 - set. 2013.

\_\_\_\_\_. Fontes testemunhais, autorizadas e experts na construção jornalística de catástrofes. **Líbero**, v. 18, n. 36, p. 43-54, jul./ dez., 2015.

AMARAL, Márcia; MOTTA, Juliana. O papel das vítimas nas narrativas jornalísticas sobre o desastre em Mariana. **Lumina**, v. 11, n. 3, p. 40-58, dez., 2018.

AMARAL, M.; MOTTA, J.; SOUZA, E. Comoção pública e os testemunhos da destruição, da urgência e do sofrimento: De Mariana à Brumadinho. *Revista Eco-Pós*, 2022 (no prelo).

AMARAL, M.; LOZANO ASCENCIO, C; CRISTOBAL, E. Indicadores para análise das narrativas jornalísticas sobre desastres: em busca de invisibilidades e saliências. In: **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**, n.144, ago.-nov. 2020. Equador: CIESPAL, 2020, p. 125- 140.

AMARAL, Márcia; LOZANO ASCENCIO, Carlos. Palavras que dão a volta ao mundo: a personalização das catástrofes na mídia. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**, n.130, dez. 2015- mar. 2016. Equador: CIESPAL, 2016, p.243- 258.

\_\_\_\_\_. (Coords.). **Periodismo y desastres: múltiples miradas**. Barcelona: InCom- UAB/ Editorial UOC. 2019

ANTUNES, E. Notícia depois da morte: visibilidades e ausências no jornalismo. In: MAROCCO, B.; BERGER, C.; HENN, R. **Jornalismo e acontecimento: diante da morte**. Florianópolis: Insular, 2012.

ANTUNES, E; CALDEIRA, B. Cobertura jornalística de assassinato de mulheres: observando vítimas e agressores, refigurando a violência. In: MARTINS, M.; CORREIA, M.; VAZ, B.; ANTUNES, E. Sentidos da morte na vida da mídia. Curitiba: Appris, p .25- 46, 2017.

ARAÚJO, P. A vertigem do momento: o poder do sofrimento e da morte e a ilusão da força das vítimas. MARTINS, M.; CORREIA, M.; VAZ, P.; ANTUNES, E. (eds.). **Figurações da morte nos média e na cultura**: entre o estranho e o familiar. Braga, Portugal: CECS- Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2016, p. 113 a 130.

BABO-LANÇA, Isabel. A constituição do sentido do acontecimento na experiência pública. **Trajectos, Revista de Comunicação, Educação e Cultura**, n. 6 – p.85-94, 2005.

BECKER, B. Reconfigurações do Jornalismo Audiovisual: um estudo da cobertura do Fantástico sobre a pandemia de Covid-19. In: Lumina. v. 15, n. 3, p. 6-22, set/dez., 2021.

\_\_\_\_\_. **Televisão e Telejornalismo**: transições. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2016.

BENETTI, Márcia. Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (Orgs). Metodologia de pesquisa em jornalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BERGER, C.; TAVARES, F.; Tipologias do acontecimento jornalístico. In: **Jornalismo e Acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, p. 121-142, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,1997.

BRUCK, Mozahir S. **O jornalismo diante de novos cenários sociais**: A imprensa e o surgimento da Aids e do Crack. São Paulo: Intermeios, 2015

\_\_\_\_\_. O superficial aparentes: notas sobre a natureza do discurso jornalístico. CARVALHO, Carlos Alberto; BRUCK, Mozahir S. **Jornalismo**: cenários e encenações. São Paulo: Intermeios, 2012

CARVALHO, Carlos Alberto. O que veio primeiro: o jornal ou o jornalismo? LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton, VAZ, Paulo Bernardo. **Para entender o jornalismo**. Cidade: Autêntica, 2014.

CARVALHO, C.A.; LEAL, B. Pré e *pós morten*: a morte, o morrer que o jornalismo e as mídias apresentam e aquelas que cometem. In: MARTINS, M.; CORREIA, M.; VAZ, B.; ANTUNES, E. **Sentidos da morte na vida da mídia**. Curitiba: Appris, p. 293- 307, 2017.

CASADEI, Eliza Bachega. **Jornalismo e ressignificação do passado**: os fatos históricos nas notícias de hoje. 2010. Dissertação (Mestrado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_. **Os códigos padres de narração e a reportagem**: por uma história da narrativa do jornalismo de revista no século XX. 2013. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em

Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

\_\_\_\_\_. **Como contar os fatos:** a história da narrativa do jornalismo de revista do século XX. São Paulo: Alameda, 2014.

CASTRO, A. **Glossário de Defesa Civil:** Estudos de Riscos e Medicina de Desastres. Ministério do Planejamento e Orçamento: Brasília, 1998.

CATÁSTROFE. Dicionário etimológico online. Disponível em <https://www.dicionarioetimologico.com.br/busca/?q=cat%C3%A1strofe>. Acesso em: 02/10/2022.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias.** São Paulo: Contexto, 2010.

CHARAUDEAU, P. A televisão e o 11 de setembro: alguns efeitos do imaginário. *Logos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 1-10, 2006.

CHOULIARAKI, L. O 11 de Setembro, a sua colocação em imagens e o sofrimento à distância. In: DAYAN, D. *O terror espetáculo: terrorismo e televisão*. Lisboa: Edições 70, 2009. p. 173-192.

CORTELLA, M. Facebook (página pessoal) Disponível em <https://www.facebook.com/watch/?v=544979919353035>. Acesso em 03/10/2022.

COUTINHO, Iluska. **Dramaturgia do Telejornalismo:** a narrativa da informação em rede e nas emissoras de televisão de Juiz de Fora-MG. Rio de Janeiro: MAUAD Editora, 2012.

DAYAN, D. Balanço de um percurso. In: DAYAN, Daniel. *O terror espetáculo: terrorismo e televisão*. Lisboa: Edições 70, 2009. p. 407- 488.

DESASTRE. Dicionário etimológico online. Disponível em <https://www.dicionarioetimologico.com.br/busca/?q=desastre>. Acesso em 02/10/2022.

DEWEY, John. **Arte como experiência.** São Paulo: Martins Fontes, 2010.

EMERIM, Cárilda. **As entrevistas na notícia de televisão.** Florianópolis: Editora Insular, 2012.

FASSIN, Didier. **La razón humanitaria:** una historia moral del tiempo presente. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2016.

FERNANDES, A. A emoção no discurso jornalístico: contar histórias e comover leitores. MENDES, E.; MACHADO, I. **As emoções no discurso:** volume II. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2010., p. 141 a 152.

FRANÇA, Vera. O crime e o trabalho de individuação do acontecimento no espaço midiático. *Caleidoscópio- Revista de Comunicação e Cultura*, n. 10, 2011, p. 59- 72.

FRANÇA, Vera; LOPES, Suzana. Análise do acontecimento: possibilidades metodológicas. **Matrizes**, v.11, n. 3, 2017, p. 71-87

FROSH, Paul; PINCHEVSKI, Amit. **Media witnessing**: Testemny in the Age of Mass Communication. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.

GADRET, Débora. **A emoção na reportagem de televisão**: as qualidades estéticas e a organização do enquadramento. 2016. Tese - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

GUIMARÃES, César Geraldo; LEAL, Bruno Souza. Experiência estética e experiência mediada. **Intexto**. Porto Alegre, v. 2, n. 9, p. 1-14, 2008.

GOMES, Mayra. **Poder no Jornalismo**. São Paulo: Hacker Editores. Edusp, 2003.

GONÇALVES, J. Quem fala no jornalismo? In: LEAL, B.; ANTUNES, E.; VAZ, P. Para entender o jornalismo. Belo Horizonte: Autêntica editora, p.89- 101.

GUTMANN, J. Formas do telejornal: linguagem televisiva, jornalismo e mediações culturais. Salvador: *Edufba*, 2014.

HARTOG, François. El tiempo de las víctimas. **Revista de Estudos de Ciências Sociais**, n. 44, set./ dez. 2012, p. 12-19.

JÁUREGUI, Carlos. **Cães, indignados e indignos**: o pathos da indignação no discurso jornalístico. 2015. 266 f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

JESPER, Jean-Jacques. **Jornalismo televisivo**. Coimbra: Minerva, 1998.

LAGE, L. O rosto do sofrimento na TV: notas sobre o primeiro plano no telejornalismo. In: **Animus**, v. 16, n. 31, 2007.

LAGE, Leandro. **Testemunhos do sofrimento nas narrativas jornalísticas**: Corpos abjetos, falas inaudíveis e as (in)justas medidas do comum. 2016. 218f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

LANA, Lígia; MARTINS, Bruno; SALGADO, Tiago; SILVEIRA, Fabrício. Experiência. In: FRANÇA, V.; MARTINS, B.; Mendes, A. (Orgs). **Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (GRIS)**: trajetória, conceitos e pesquisa em comunicação. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

LEAL, Bruno; ANTUNES, Elton. O testemunho midiático como figura de historicidade: implicações teórico-metodológicas. In: **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 129, 2015, p. 213-228.

LOZANO ASCENCIO, Carlos. **Aportaciones para una historia del acontecer catastrófico**. 2005. Disponível em <

<http://www.bocc.ubi.pt/pag/ascencio-carlos-lozano-aportaciones-para-una-historia-del-acontecer-catastrofico.pdf> >. Acesso em: 5 out. 2015.

LOZANO ASCENCIO, Carlos; ALCARAZ, Florence. Las coberturas mediáticas del terremoto de México del 19 de septiembre de 2017. AMARAL, M.; LOZANO ASCENCIO, C. (Coords). **Periodismo y desastres: múltiples miradas**. Barcelona: InCom- UAB/ Editorial UOC, p. 121-141, 2019.

MANNA, N. O que é a informação? In: LEAL, B.; ANTUNES, E.; VAZ, P. **Para entender o jornalismo**. Belo Horizonte: Autêntica editora, p.67- 88.

MORETZSOHN, S. Noticiar a dor: possibilidades e dificuldades do jornalismo na tragédia de Santa Maria. In: SILVEIRA, A. **Midiatização da tragédia de Santa Maria: a catástrofe biopolítica**. Santa Maria, RS: Facos-UFSM, p. 71- 88, 2018.

MOTTA, Juliana. **A participação dos testemunhos na cobertura ao vivo do incêndio da boate Kiss**. 2016. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade Federal de Santa Maria.

MOTTA, Juliana.; AMARAL, Márcia. Os testemunhos na cobertura jornalística do caso Kiss: transbordamento emocional e provas de verdade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v.13 - n.1 – p. 77 a 88 - jan. /jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Las condiciones de producción de la noticia y el papel de las fuentes en las primeras 72 horas después de la tragedia del club nocturno Kiss. AMARAL, M.; LOZANO ASCENCIO, C. (Coords). **Periodismo y desastres: múltiples miradas**. Barcelona: InCom- UAB/ Editorial UOC. 2019

\_\_\_\_\_. Os lugares concedidos aos testemunhos nas narrativas televisivas de tragédias. BRUCK, Mozahir S; OLIVEIRA, Max E.; MORAIS, José M. (Orgs). **Testemunhas e testemunhos do contemporâneo**. Belo Horizonte: PUC-MG, 2019.

MOTTA, Juliana. QUADROS, Mirian. 2018 Apontamentos sobre o estado da arte das pesquisas sobre testemunho no Brasil. In: II Simpósio Internacional de Comunicação, Frederico Westphalen/ RS. **Anais...** Frederico Westphalen: Universidade Federal de Santa Maria, 2018, p. 342-356

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. LAGO, C.; BENETTI, M. (Orgs). In: **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. O trabalho simbólico da notícia. In: Reunião Anual da Compós, 12, 2002, **Anais...** – Recife, Pernambuco: Compós, 2003. Disponível em: [http://www.compos.org.br/data/biblioteca\\_921.pdf](http://www.compos.org.br/data/biblioteca_921.pdf). Acesso em: ago. 2018

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

OSÓRIO, M. O ciberacontecimento breaking News: uma proposta teórico-metodológica para a compreensão de notícias urgentes. 2018. 215f. Tese (Doutorado em Comunicação)- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

PANTTI, M. & WAHL-JORGENSEN, K. On the political possibilities of therapy news: Media responsibility and the limits of objectivity in disaster coverage. **Estudos em Comunicação**, v.1 – p. 3 a 25. 2007.

PATERNOSTRO, Vera Íris. **Globo News: o primeiro canal de jornalismo do Brasil, 10 anos, 24 horas no ar**. São Paulo: Globo, 2006.

PERES, Ana Cláudia Mendes de Andrade e. **O que resta dos fatos: testemunho e guinada afetiva no jornalismo**. 2017. 180f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

PENNA, J.C. **Escritos da Sobrevivência**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

PICCININ, Fabiana. Narrativas de um real autenticado: notas sobre a grande reportagem na TV contemporânea. PORCELLO, Flávio; VIZEU, Alfredo; COUTINHO, Iluska (Org.). **#Telejornalismo: nas ruas e nas telas**. Florianópolis: Insular, 2013.

PIERRON, Jean-Philippe. **Transmissão: uma filosofia do testemunho**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

QUADROS, M. Márcia Franz Amaral: “um desastre nunca começa quando eclode”. *Radiofonias- Revista de estudos em mídia sonora*, 11 (2). Disponível em <https://periodicos.ufop.br/radiofonias/article/view/4641>. Acesso em 02/10/2022.

QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos, Revista de Comunicação, Educação e Cultura**, n. 6 – p.59 a 75, 2005.

RIBEIRO, A. P. & SACRAMENTO, I. Jornalismo e Histórias de vida: o trágico e o melodramático na cobertura televisiva do incêndio da boate Kiss. In: FREIRE FILHO, J., COELHO, M. (Orgs). *Jornalismo, Cultura e Sociedade: Visões do Brasil contemporâneo*. Sulina, 2014.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

SARLO, Beatriz. **Tiempo Pasado: cultura de la memoria y giro subjetivo, una discusión**. Buenos Aires: Ed. Siglo XXI, 2012.

SARTI, Cynthia. A vítima como figura contemporânea. **Caderno CRH** (Salvador) n. 61, v. 24, 2011.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

\_\_\_\_\_. **O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução**. São Paulo: Editora 34, 2018.

SERELLE, Marcio. Jornalismo e guinada subjetiva. **Estudos de Jornalismo e Mídia**. Florianópolis, n. 2, p. 33 a 44, jul./dez. 2009.

SERRA, Cristina. **Tragédia em Mariana: a história do maior desastre ambiental do Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SILVA, Marisa; BAPTISTA, Carla; SOUZA, Jorge Pedro. Ética periodística en la cobertura mediática del incendio de Pedrógão Grande (Portugal) el verano de 2017. In: AMARAL, M.; LOZANO ASCENCIO, C. (Coords). **Periodismo y desastres: múltiples miradas**. Barcelona: InCom- UAB/ Editorial UOC, p. 81-98, 2019

SILVEIRA, I.C.M. **A performance de apresentadores e repórteres na cobertura da morte de profissionais da imprensa na tragédia da Chapecoense**. 2020. 280 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020.

SIMÕES, Paula Guimarães. A centralidade da experiência na constituição das representações: contribuições interdisciplinares para o campo da comunicação. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. E-compós**. Brasília, v.13, n.1, p. 1 a 17, jan/abr. 2010.

SOUZA, Elise; CAPOVILLA, Júlia. Disputas numéricas em el periodismo brasileño: las dimensiones de la tragedia socioambiental en Mariana (Brasil) en diciembre de 2015. In: AMARAL, M.; LOZANO ASCENCIO, C. (Coords). **Periodismo y desastres: múltiples miradas**. Barcelona: InCom- UAB/ Editorial UOC, p. 99- 120, 2019

SPONHOLZ, L. Neutralizando conhecimento: como jornalistas lidam com experts. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 591-619, set. /dez. 2008.

TRAGÉDIA. Dicionário etimológico online. Disponível em: <https://www.dicionarioetimologico.com.br/busca/?q=trag%C3%A9dia>. Acesso em: 02/10/2022.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo Volume 1: Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Editora Insular, 2005.

VAZ, P.; CARDOSO, J. M.; FELIX, C. B. Risco, sofrimento e Vítima Virtual: a política do medo nas narrativas jornalísticas contemporâneas. **Contracampo**, Niterói, n. 25, p. 24-42, dez. 2012.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

## APÊNDICE A- PROTOCOLO DE ANÁLISE

### PROTOCOLO DE ANÁLISE DE TESTEMUNHOS

#### SOBRE O PROGRAMA

Nome do programa: **Jornal Nacional**

Data:

Período temporal: (24h)

#### SOBRE A TESTEMUNHA

GC: Dione Ferreira- empregada doméstica

Grau de proximidade com o acontecimento: moradora/torcedora/  
empregada doméstica de um jogador

#### CONTEXTO NARRATIVO


Formato (testemunho veiculado em): **TV**

Tema: **Chapecó chora a perda de seus heróis**

#### IDENTIFICAÇÃO PARA A PESQUISA: TC15

#### FUNÇÕES DESEMPENHADAS:

Ilustração do sofrimento

DIMENSÃO VERBAL		DIMENSÃO AUDIOVISUAL
TEXTO QUE ANTECEDE	TRANSCRIÇÃO TESTEMUNHO	FRAME REPRESENTATIVO
<p><b>OFF</b> - Dona Dione trabalhava para o jogador Mateus Briteço, um dos jogadores mortos no acidente. Ela e a filha estavam inconsoláveis.</p>	<p><b>SD123</b> [MUITO CHORO] A gente desejava boa sorte pra ele sempre... nas redes sociais, tudo.... Não tem palavras pra dizer [CHORA . FUNÇÃO: <b>ilustração do sofrimento</b></p>	 <p><b>PLANO PRÓXIMO</b> <b>SOBE SOM CHORO FORTE</b> <b>SEM ILUSTRA</b></p>

NUP: 23081.054963/2023-71

Prioridade: Normal

Ato de entrega de dissertação/tese

134.334 - Dissertação e tese

### COMPONENTE

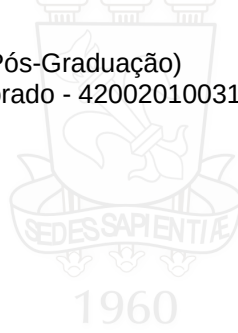
Ordem	Descrição	Nome do arquivo
1	Tese de doutorado (134.334)	tese_poscom_juliana_motta_2023.docx.pdf

### Assinaturas

15/04/2023 11:23:49

JULIANA MOTTA DE OLIVEIRA (Aluno de Pós-Graduação)

06.10.35.02.0.0 - PG - Comunicação - Doutorado - 42002010031D2



Código Verificador: 2637560

Código CRC: f989744a

Consulte em: <https://portal.ufsm.br/documentos/publico/autenticacao/assinaturas.html>

